



**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
GERÊNCIA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM TURISMO**



FABIANA LYRA LAMENHA

**PERSPECTIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
NA COMUNIDADE PALATEIA, BARRA DE SÃO MIGUEL (ALAGOAS/BRASIL)**

**ARACAJU/SE
2025**

FABIANA LYRA LAMENHA

**PERSPECTIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
NA COMUNIDADE PALATEIA, BARRA DE SÃO MIGUEL (ALAGOAS/BRASIL)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Turismo do Instituto Federal de
Sergipe, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Turismo.

Linha de pesquisa: Turismo de Base Comunitária

Orientadora: Prof. Dra. Carla Norma Santos

ARACAJU/SE
2025

ATA DA DEFESA



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

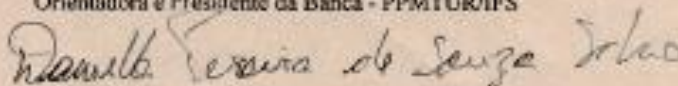
Ata da sessão pública de Defesa de Mestrado - Trabalho de Conclusão de Curso da aluna **Fabiana Lyra Lamenha**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, na área de concentração Gestão de Turismo.

Às 09:30hs do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e quatro, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, reuniram-se, nos termos do regimento do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR, os componentes da Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos (Orientadora e Presidente da Banca - PPMTUR - IFS), Profa. Dra. Irineia Rosa do Nascimento (Avaliadora Interna - PPMTUR - IFS), Prof. Dr. Dênio Santos Azevedo (Avaliador Interno - PPMTUR - IFS) e Profa. Dra. Daniella Pereira de Souza Silva (Avaliadora Externa - Universidade Federal de Sergipe - UFS), para análise e julgamento do trabalho **"PERSPECTIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE PALATEIA, BARRA DE SÃO MIGUEL (ALAGOAS/BRASIL)"**, da mestranda **Fabiana Lyra Lamenha**. A sessão pública foi aberta pela Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos, na qualidade de Presidente, sendo em seguida passada a palavra à mestranda para apresentação do trabalho. A mesma teve um tempo de trinta minutos para a explanação. Após a sua fala foi dada a palavra aos demais professores: Dra. Daniella Pereira de Souza Silva, Dr. Dênio Santos Azevedo e Dra. Irineia Rosa do Nascimento para avaliação e arguição da candidata. Em seguida a mestranda teve comentários e respondeu aos questionamentos realizados. Após a análise e deliberações da banca de Defesa, foi atribuído o conceito **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada por todos os membros da sessão de banca examinadora.

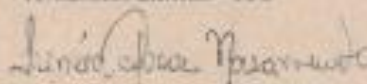
Aracaju (SE), 14 de outubro de 2024.


Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos

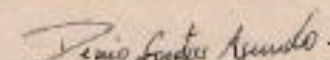
Orientadora e Presidente da Banca - PPMTUR/IFS


Profa. Dra. Daniella Pereira de Souza Silva

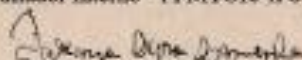
Avaliadora Externa - UFS


Profa. Dra. Irineia Rosa do Nascimento

Avaliadora Interna - PPMTUR/IFS


Prof. Dr. Dênio Santos Azevedo

Avaliador Interno - PPMTUR/IFS


Fabiana Lyra Lamenha

Mestranda - PPMTUR/IFS

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Fabiana Lyra Lamenha
Instituto Federal Sergipe - IFS

Dra. Carla Norma dos Santos
Instituto Federal de Sergipe - IFS

AGRADECIMENTOS

Expresso minha mais profunda gratidão a todos que serviram comigo nesta jornada de conhecimento, contribuindo de maneira significativa para o meu crescimento acadêmico. A realização desta dissertação foi um desafio repleto de aprendizado, e o apoio àqueles que me cercam foi essencial para sua conclusão

Aos moradores da Comunidade Palateia (AL), minha sincera gratidão por me receberem com tanto acolhimento e por colaborarem para a concretização deste estudo. Dedico esta dissertação a todos vocês com muito carinho.

À minha orientadora, Dra. Carla Norma Correia dos Santos, pela confiança, cuja orientação, paciência e expertise foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho; aos membros da banca, por dedicarem seu tempo e expertise na análise e contribuições deste trabalho. Suas observações e críticas construtivas são essenciais para o aprimoramento desta dissertação.

A todos que fazem parte da equipe e os docentes do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, pela oportunidade, acolhimento, por nos estimular a acreditar na pesquisa científica.

Aos colegas do mestrado, pela parceria acadêmica, não vou citar nomes porque vários foram essenciais nesta caminhada, quero agradecer por todas as reflexões, trocas de ideias e camaradagem ao longo e além do curso.

À minha família e amigos, ao apoio e a compreensão ao longo dos dias em que não estive presente e mesmo presente estava ausente envolvida com os estudos.

E, finalmente, a Deus, por me conceder força e coragem para perseverar diante das dificuldades ao longo desta trajetória acadêmica.

Cada um de vocês desempenhou um papel essencial no meu crescimento acadêmico, e por isso, deixo aqui meu sincero agradecimento. O conhecimento adquirido, as lições aprendidas e as relações construídas foram, sem dúvida, o maior presente desta caminhada. Obrigada por terem feito parte dessa jornada.

“A persistência é o caminho do êxito.”
(Charles Chaplin)

RESUMO

A pesquisa está embasada nos conceitos e fundamentos do Turismo de Base Comunitária (TBC), com foco na comunidade da Palateia, localizada em uma reserva extrativista na Barra de São Miguel/AL, Nordeste do Brasil. Essa comunidade se destaca por suas atividades tradicionais, incluindo maricultura, apicultura, pesca e extrativismo vegetal, apresentando atributos naturais, recursos humanos e saberes que favorecem o desenvolvimento do TBC. Este modelo propõe experiências por meio do intercâmbio cultural, buscando promover o desenvolvimento sustentável e incentivando a participação coletiva, a preservação ambiental e o respeito às culturas locais, visando também despertar o interesse da comunidade em gerar benefícios coletivos. A pesquisa tem como objetivo compreender as características e o potencial para o desenvolvimento sustentável por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade da Palateia, a fim de propor um roteiro como ferramenta de planejamento e fortalecimento comunitário. Também se buscou identificar a oferta turística existente e evidenciar a relevância do TBC para a comunidade, culminando na proposta de um roteiro turístico coletivo, construído com a participação ativa da população, como um instrumento de planejamento e aprendizagem. O estudo utilizou um método fenomenológico, adotando uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada, aliada a uma pesquisa exploratória. Para a compreensão da dinâmica local, foram empregadas diversas técnicas de coleta de dados, como observação participante, diário de campo, questionários semiestruturados, bola de neve e registros fotográficos. Os resultados evidenciam que o TBC se apresenta como uma alternativa viável para promover transformações econômicas e sociais, integrando a comunidade ao turismo de forma sustentável. No entanto, foram identificadas áreas que necessitam de melhorias, como infraestrutura, qualificação e governança, que devem ser abordadas para maximizar os benefícios do TBC.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária (TBC); Comunidade; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The research is based on the concepts and principles of Community-Based Tourism (TBC), focusing on the Palateia community, located in an extractive reserve in Barra de São Miguel, Alagoas, in the Northeast of Brazil. This community stands out for its traditional activities, including mariculture, beekeeping, fishing, and plant extractivism, showcasing natural attributes, human resources, and local knowledge that support the development of TBC. This model proposes experiences through cultural exchange, aiming to promote sustainable development, encourage collective participation, foster environmental preservation, and respect local cultures while also engaging the community to generate collective benefits. The research aims to understand the characteristics and potential for sustainable development through Community-Based Tourism (TBC) in the Palateia community to propose a tourism itinerary as a tool for planning and community strengthening. Additionally, it sought to identify the existing tourism supply and highlight the importance of TBC for the community, culminating in the proposal of a collective tourism itinerary developed with the active participation of the local population as a planning and learning tool. The study employed a phenomenological method, adopting a qualitative and applied approach combined with exploratory research. To understand the local dynamics, various data collection techniques were used, such as participant observation, field journals, semi-structured questionnaires, snowball sampling, and photographic records. The results reveal that TBC represents a viable alternative to promote economic and social transformations, integrating the community into tourism in a sustainable manner. However, areas requiring improvement were identified, such as infrastructure, skills development, and governance, which must be addressed to maximize the benefits of TBC.

Keywords: Community-Based Tourism (TBC); Community; Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios do TBC	25
Figura 2- Visita e realização de entrevista com moradoras da Reserva Palateia	59
Figura 3 - Secretária de Turismo da Barra de São Miguel/AL	60
Figura 4 - Sede da Instância de Governança Caminho da Águas, Secretário	60
Figura 5 - Oficina coletiva para elaboração do roteiro	62
Figura 6 - Oficina coletiva para elaboração do roteiro, cartaz	63
Figura 7 – Técnica do SENAR, pesquisadora e Presidente da Associação dos Apicultores durante experiência no apiário.....	65
Figura 8 - Localização da Comunidade Palateia e do Município da Barra de São Miguel/AL	68
Figura 9 – Distância entre o centro da Barra de São Miguel e a Reserva Palateia	69
Figura 10 - Placas indicativas para acesso a Reserva Palateia	69
Figura 11 – Última Camboa que dá acesso à comunidade	70
Figura 12 – Camboa do meio que dá acesso à comunidade	70
Figura 13 – Roda de conversa, restaurante Ostra Paraíso	71
Figura 14 - Caderno de registro sobre o início do povoamento da Reserva Palateia	72
Figura 15 – Espaço cultural amigos da Palateia	77
Figura 16 – Participação da pesquisadora na primeira oficina coletiva, creche escola Leonor Wendborn Iafelice	80
Figura 17 – Visita ao projeto Peixe Boi, localizado em Porto de Pedras, AL	80
Figura 18 - Participação da pesquisadora na segunda oficina desenvolvida pela SETUR	81
Figura 19 – Primeiro encontro do SEBRAE/AL, com integrantes da comunidade para apresentação da metodologia “3 Fases”	82
Figura 20 – Entrevista na residência do pioneiro da ostreicultura na Reserva Palateia	87
Figura 21 – Linha do tempo da cadeia produtiva das ostras	90
Figura 22 – Associação Paraíso das Ostras e Restaurante	92
Figura 23 – Casa do vigilante do criatório das ostras	93
Figura 24 – Mercadinho do Presidente da Associação dos Apicultores	93
Figura 25 – Presidente da Associação dos Apicultores da Palateia demonstrando o uso de um dos EPIs necessários para a experiência no apiário.....	94

Figura 26 – Apicultor e tampa de madeira da colmeia com a seiva para a produção da própolis vermelha	95
Figura 27 – Tampa da colmeia onde as abelhas depositam a seiva para a produção da própolis vermelha	95
Figura 28 – Um dos pioneiros da apicultura em Alagoas e a pesquisadora, estação ambiental Braskem	97
Figura 29 – Moradora que criou o passeio dos famosos, creche escola Leonor Wendborn Iafelice	100
Figura 30 – Moradora e seus registros sobre a Reserva Palateia, restaurante Ostras do Paraíso	102
Figura 31- Etapas do processo de roteirização	115
Figura 32 – Trajeto entre o espaço cultural Amigos da Palateia e a Vila Palateia Receptivo	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Marco legal do turismo responsável	31
Quadro 2 – Objetivos da política nacional de turismo que convergem com o turismo de base comunitária, segundo o Art. 5º da política nacional de turismo	37
Quadro 3 - Políticas estaduais de turismo de base comunitária e projetos de Lei no Brasil	38
Quadro 4 – Funções das organizações sociais em relação ao turismo	42
Quadro 5 – Princípios e características do associativismo e cooperativismo	47
Quadro 6 – Descrição dos grupos de participantes da pesquisa	58
Quadro 7 – Composição familiar por unidades habitacionais (UH) em 90 UH avaliadas	75
Quadro 8 – Escolaridade dos entrevistados	99
Quadro 9 – Renda salarial dos entrevistados	99
Quadro 10 – Pontos positivos e negativos, diagnóstico situacional	108
Quadro 11 – Atrativos encontrados e o seu grau de atratividade	117
Quadro 12 – Possíveis novos atrativos para a Reserva Palateia	118
Quadro 13 – Impactos positivos e negativos	122
Quadro 14 – Programação do roteiro	124
Quadro 15 – Precificação do roteiro	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABETA - Associação Brasileira de Empresa de Ecoturismo
BATUC - Rede Turismo Comunitário da Bahia
COMTUR - Conselho Municipal do Turismo
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
CADASTUR - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CADÚNICO - Cadastro Único
CADSOL - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
DO - Denominação de Origem
DS - Desenvolvimento Sustentável
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESS - Empreendimentos da Economia Solidária
IABS - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMA - Instituto do Meio Ambiente
MTUR - Ministério do Turismo
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização não governamental
ONU - Organizações das Nações Unidas
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OS - Organizações Sociais
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNT - Plano Nacional do Turismo
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNTBC - Política Nacional de Turismo de Base Comunitária

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRODETUR - Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo

REDTURS - Rede de Turismo Comunitário da América Latina

RESEX - Reservas Extrativistas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR - Secretaria de Estado do Turismo

SMTICS - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços

SMDSTH – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUS – Sistema Único de Saúde

TBC - Turismo de Base Comunitária

TCU - Tribunal de Contas da União

TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário

TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

WWF - Word Wildlife Found

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. REFERENCIAL TEÓRICO	23
1.1 Turismo de Base Comunitária e Ruralidade: uma contribuição para novas possibilidades de desenvolvimento local	23
1.2 Políticas Públicas no Turismo: contextualizando as principais referências, para o fortalecimento no desenvolvimento do TBC.....	30
1.3 Organizações Sociais e Empreendedorismo: uma reflexão contributiva para a relevância da participação social no desenvolvimento local.	41
1.4 O Associativismo e a Economia Solidária: abordagens e convergências em comum para o desenvolvimento local	46
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	52
2.1 Método, Abordagem, Natureza e Caráter da Pesquisa: a fenomenologia como método de investigação	52
2.2 Pesquisa Bibliográfica	54
2.3 Instrumentos e Técnicas de Pesquisa.....	56
3. COMUNIDADE PALATEIA, TBC E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	67
3.1 Caracterização da Área de Estudo: Reserva Palateia	67
3.2 Dinâmica Socioeconômica, o Cotidiano e as Intervenções Institucionais	74
3.3 A Relevância da Cadeia Produtiva das Ostras como Fator Determinante para Desenvolvimento do Turismo na Palateia	85
3.4. O Desenvolvimento do TBC na Reserva Palateia: perspectivas e desafios	91
4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PRODUTO TECNOLÓGICO - DIAGNÓSTICO, FORÇAS COMPETITIVAS, DESAFIOS E CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO	107
4.1 Diagnóstico Situacional	107
4.2 Forças Competitivas e Desafios	110
4.3 Construção do Roteiro	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	135

APÊNDICE A- PROGRAMAÇÃO INICIAL DO ROTEIRO - RESERVA PALATEIA

APÊNDICE B - PROGRAMAÇÃO FINAL DO ROTEIRO – RESERVA PALATEIA.

APÊNDICE C - MANUAL DE CONDUTA PARA OS VISITANTES

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA COMUNIDADE

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUIÇÕES

APÊNDICE F - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Turismo desempenha um papel crucial em diversas áreas, sendo de grande importância em termos psicológicos, sociais, econômicos e culturais. O investimento em turismo proporciona diversas vantagens, a exemplo do desenvolvimento econômico e social, podendo gerar um impacto significativo na economia e no desenvolvimento local, implicando através da procura de bens e serviços, o estímulo à atividade econômica e a inclusão social. O turismo brasileiro enquanto setor econômico é reconhecido como importante gerador de divisas, podendo gerar oportunidades de trabalho e renda e de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos do nosso território (Brasil, 2009).

O turismo é um importante transformador de economias e sociedades, sendo considerado uma das principais maneiras de difundir a cultura e mostrar as belezas naturais de um país. Assim, de acordo com Irving *et al.* (2016, p.16), “turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas”.

Panosso Netto (2013) discute as múltiplas perspectivas sobre o turismo, destacando três visões distintas. Ele enfatiza que o turismo não é apenas uma atividade de lazer, mas também uma oportunidade para geração de renda e lucro financeiro, além de estar intimamente ligado à inclusão social e ao desenvolvimento de ações para mitigar seus impactos negativos e maximizar os positivos (Panosso Netto, 2010). Essas perspectivas incluem uma visão leiga, que associa o turismo ao descanso e à busca por novas experiências, uma visão empresarial, que o considera como um setor econômico que oferece oportunidades de negócio e investimento, e uma visão acadêmico-científica, que enfatiza a importância da pesquisa, análise de dados e desenvolvimento de políticas públicas para o setor turístico (Panosso Netto, 2013).

Essas são algumas das especificidades multifacetadas de investigação proposta pelo autor, que entende que o turismo pode apresentar, a depender das diferentes perspectivas, interesses e olhares, novas abordagens para uma melhor compreensão deste fenômeno socioeconômico. Infere-se, portanto, que o turismo é praticado por pessoas que realizam atividades específicas com diferentes fins, fora das suas respectivas cidades, e se utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja prestação constitui um negócio ou uma troca de experiência.

Destarte algumas percepções apresentadas sobre o turismo, entre tantas outras visões existentes, desempenha um papel importante, contribuindo para a conservação e preservação do patrimônio cultural e natural. Na visão de Paes (2009) o patrimônio cultural é herança, mas é

também propriedade. Já o Patrimônio natural fundamenta-se por um estatuto jurídico, constituído por um território normatizado e legitimado pela necessidade de conservação da natureza e, por conseguinte, da sobrevivência da espécie humana (Paes, 2009). As localidades turísticas recebem atenção devido ao seu valor turístico, podendo contribuir para a sua proteção, preservação e manutenção para futuras gerações.

O turismo praticado de forma responsável promove práticas sustentáveis que preservam a biodiversidade e os recursos naturais. Além disso, fomenta o intercâmbio cultural e a compreensão mútua entre pessoas de diferentes locais e culturas. Os viajantes têm a oportunidade de mergulhar em novas experiências, conhecendo diversas tradições, costumes e formas de vida, o que pode contribuir para a tolerância, o respeito e a apreciação da diversidade cultural. Esse intercâmbio cultural pode melhorar o entendimento mútuo entre indivíduos de diferentes origens e, como ressalta Brasil (2019, p.58), "a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas. Esses princípios permeiam os planos nacionais de turismo e o Programa de Regionalização do Turismo".

Os visitantes têm a oportunidade de experimentar novas culturas, tradições, culinária e idiomas, enquanto as comunidades locais podem compartilhar sua herança e aprender com os visitantes. O turismo pode incentivar a preservação do patrimônio cultural e natural de uma região. Para Paes (2009, p.163), "o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica". Ao atrair visitantes para locais históricos, monumentos, museus, parques nacionais e outras áreas naturais, poderá despertar o interesse maior em protegê-los e preservá-los para as futuras gerações.

O turismo pode ser uma forma de educação e conscientização, permitindo que os visitantes aprendam sobre questões globais, como sustentabilidade, conservação ambiental e desenvolvimento local, que segundo Cruz (2009), parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável. Os viajantes podem se tornar mais conscientes e responsáveis, adotando práticas respeitosas em relação ao meio ambiente e às comunidades locais. Ainda pode impulsionar a cultura e a criatividade, como artesanato, pesca, música, dança, arte, literatura e cinema.

Os visitantes ainda, têm a oportunidade de apreciar e adquirir produtos culturais únicos, estimulando a economia local, conhecer as tradições e manifestações, o que pode beneficiar os artistas e criadores locais e diversas outras vantagens competitivas e inclusivas, que proporcionam não só aos visitantes, mas também aos residentes locais, uma melhora na

qualidade de vida, criando um ambiente mais propício para o desenvolvimento local, que segundo Carestiato (2000, *apud*, Mattos; Irving, 2005, p.27), constitui:

Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

O turismo tem um impacto significativo na economia, no desenvolvimento local, na preservação do patrimônio cultural e natural, na promoção do intercâmbio cultural, na educação e conscientização, bem como no estímulo à cultura e ao desenvolvimento de novas práticas do turismo.

Em suma, o turismo pode trazer retornos positivos para uma localidade sendo considerado um fenômeno social, de inclusão, geração de emprego e renda e, a Organização Mundial do Turismo acredita que, pelo turismo ser capaz de aproximar as pessoas, ele será um importante vetor de solidariedade nos próximos anos (UNWTO, 2002).

Portanto, é importante reconhecer e promover o turismo de forma sustentável, equilibrando o crescimento econômico com a preservação e o respeito pelos recursos naturais, culturais e pelos seus povos, o que pressupõe características essenciais ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), que “é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local” (Fabrino, 2013, p.14).

Dado o papel significativo que o turismo pode desempenhar em uma localidade, é importante estar atento aos desafios e possíveis consequências que podem surgir dessa atividade. Por exemplo, a comercialização da cultura, se não for bem gerida, pode levar a uma transformação em que aspectos culturais se tornam atrações turísticas, o que pode resultar em uma mudança na identidade cultural. Também existe a possibilidade de que a padronização da experiência turística, voltada para atender às expectativas dos visitantes, possa exercer pressão sobre os recursos naturais e o meio ambiente, além de sobrecarregar a infraestrutura e influenciar na distribuição dos benefícios.

Esses aspectos ressaltam a importância de estratégias que leve em consideração a valorização das bases comunitárias e dos recursos locais, de forma a mitigar os impactos negativos e potencializar os benefícios para a população. Nesse sentido, estratégias que incentivem a organização liderada pelos próprios habitantes do destino turístico podem ser uma tendência promissora, sem depender exclusivamente de empresas já estabelecidas no setor. Segundo Irving (2018), experiências de participação social bem-sucedidas podem desempenhar um papel significativo na mudança de mentalidade dos envolvidos, promovendo a

corresponsabilidade e o exercício da cidadania, que são essenciais para o desenvolvimento das sociedades.

Sob a ótica da participação social nos processos de aprimoramento, aprendizado e construção coletiva, emerge a motivação desta pesquisa: a busca por estratégias que possam promover resultados mutuamente satisfatórios entre os diversos atores envolvidos e o avanço do Turismo de Base Comunitária (TBC). O objeto de investigação desta pesquisa concentra-se na comunidade localizada às margens da laguna do Roteiro, a Reserva Palateia, situada no município de Barra de São Miguel/Alagoas, próximo à divisa com o município de Roteiro/Alagoas. Trata-se de uma área protegida com 748 hectares de manguezal, inserida no bioma Mata Atlântica e em unidades de tabuleiro costeiro. Sua criação e regulamentação remontam ao Decreto Estadual Nº 32.355, de 03 de junho de 1987, que estabelece, em seu artigo 1º, a Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa do Roteiro - RESEX, destinada à preservação integral do meio natural, proibindo todas as formas de interferência sobre esse ecossistema, exceto aquelas necessárias para garantir sua própria estabilidade.

A maioria dos habitantes desta região emprega técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração em atividades como pesca, maricultura, extrativismo vegetal e apicultura. Entre essas, o cultivo de ostras se destaca como uma das principais fontes de renda, consolidando-se como uma das maiores produções de Alagoas. Desde 2004, esse cenário impulsionou o desenvolvimento de novas oportunidades, como o turismo, que embora atualmente ocorra em menor escala, continua atraindo visitantes interessados em explorar a laguna. Esses visitantes realizam passeios de canoa até as bancadas de ostras, onde podem degustar e aprender sobre o processo de cultivo, beneficiamento e venda, fortalecendo o vínculo entre as atividades locais e o turismo.

A escolha da comunidade Palateia como foco da pesquisa foi motivada pela riqueza de seus recursos naturais, pelo capital humano e pelos conhecimentos locais, elementos essenciais para o desenvolvimento de experiências externas ao Turismo de Base Comunitária (TBC). Com experiência em outras comunidades tradicionais e encantada pelo forte capital social presente, a pesquisadora encontrou na organização social de Palateia, voltada para a pesca, maricultura e apicultura, uma oportunidade de investigar a diversidade de aspectos ecológicos, econômicos e culturais da comunidade, como também pela possibilidade de desenvolver novas formas de inovação através do turismo.

A pesquisa se concentra na Reserva Palateia para investigar como os residentes locais, visitantes e agentes públicos influenciam a dinâmica do turismo nessa região. Foram explorados diversos aspectos, como: a) Aspecto Econômico: Diversificação da economia local através de

passeios turísticos e venda de produtos. b) Aspecto Social: Inclusão da comunidade nos processos de gestão do turismo. c) Aspecto Ambiental: Conscientização sobre a preservação ambiental e seus benefícios para as gerações futuras. d) Aspecto Cultural: Preservação e promoção da identidade cultural local e do senso de pertencimento.

Este estudo é relevante para a comunidade da Palateia por preencher lacunas de pesquisa, contribuir para futuros projetos de desenvolvimento e possivelmente gerar empregos e renda. A comunidade demonstrou interesse em desenvolver a atividade do turismo na região, acreditando que isso atrairá investimentos e apoio governamental, gerando visibilidade e benefícios para todos os envolvidos. Assim, esta pesquisa pode informar e orientar ações futuras para o desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade.

Dentro desta perspectiva, a presente pesquisa tem o objetivo geral, compreender as características e o potencial para o desenvolvimento sustentável por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade da Palateia, a fim de propor um roteiro como ferramenta de planejamento e fortalecimento comunitário. Para atingir o objetivo proposto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I) identificar o espaço físico-social, características e as potencialidades da comunidade; II) diagnosticar o conhecimento da comunidade sobre o turismo: temores, desafios e perspectivas; III) identificar a oferta turística da comunidade; IV) evidenciar a importância do TBC para a comunidade; V) propor a comunidade um roteiro como instrumento de planejamento e aprendizagem coletiva.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, reflete-se sobre o referencial teórico, no qual a discussão é fundamentada com base nos estudiosos da temática. O segundo capítulo trata da escolha do método, da abordagem, da natureza e do caráter da pesquisa, apresentando informações sobre a pesquisa bibliográfica, a observação participante e de campo, bem como os instrumentos e as técnicas de pesquisa utilizados na investigação e o processo de construção do roteiro.

O terceiro capítulo tem como finalidade apresentar uma análise aprofundada da comunidade Palateia, foco central desta pesquisa, buscando explorar suas potencialidades ambientais e sociais, além da caracterização da área de estudo. Através da investigação dos fatores que definem a localidade, serão examinadas as relações socioeconômicas, o cotidiano da população e as intervenções institucionais que influenciaram seu desenvolvimento. Destaca-se a relevância da cadeia produtiva das ostras, que teve um papel essencial na construção histórica e econômica da comunidade, culminando na análise das perspectivas e desafios para a implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva Palateia.

O quarto capítulo apresenta o processo de construção do produto tecnológico, detalhando as etapas que culminaram na elaboração do roteiro turístico para a comunidade Palateia. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico situacional que analisou o contexto socioeconômico e ambiental da região. Em seguida, foram identificadas as principais forças competitivas e os desafios enfrentados pela comunidade no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). Por fim, foi descrito o processo de criação do roteiro, envolvendo a participação da comunidade e destacando os recursos e atrativos locais que sustentaram o planejamento do roteiro.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados conteúdos teóricos acerca de temas pertinentes para a compreensão da pesquisa. O artigo foi estruturado da seguinte forma: o primeiro subcapítulo apresenta uma abordagem contributiva sobre o turismo de base comunitária e acerca da ruralidade. Em seguida, contextualizando as referências das políticas públicas e esclarecendo a importância para o fortalecimento do TBC. No terceiro subcapítulo é ressaltado a relevância da participação social, sob a vertente da importância das organizações sociais e das novas formas de empreender, como preponderante ao desenvolvimento do TBC. Por fim, apresenta uma abordagem relacional entre o associativismo e a economia solidária convergindo para a busca do desenvolvimento local, mostrando novas formas de gerar impactos positivos, como resposta a problemas socioeconômicos existentes no contexto contemporâneo na qual estamos inseridos.

Nestes subcapítulos, buscou-se abordar conteúdos teóricos relevantes para dar respaldo e uma melhor compreensão ao objetivo da pesquisa, traçando caminhos fundamentados em autores conceituados na área de estudo pertinente, evidenciando através dos temas a importância da inclusão social para o desenvolvimento local, como um meio de superar as dificuldades encontradas pelas comunidades que têm potencial para desenvolver o turismo, mas que são excluídas dos processos de tomada de decisão.

1.1 Turismo de Base Comunitária e Ruralidade: uma contribuição para novas possibilidades de desenvolvimento local

O Turismo de Base Comunitária (TBC) e a valorização da ruralidade ganharam cada vez mais destaque no setor do turismo, pois oferecem uma abordagem sustentável, autônoma e enriquecedora para viajantes e comunidades locais. Conforme, Braghini, Santos e Vieira (2020), o TBC é uma ferramenta de gestão e ordenamento comunitário, em prol da atividade turística, na qual a comunidade tem consciência e participação nos seus processos de desenvolvimento. Pode ser uma abordagem de turismo baseada na participação ativa, envolvimento e empoderamento das comunidades locais na concepção, desenvolvimento, operação, tomada de decisões e beneficiamento das atividades turísticas em suas áreas.

Corresponde a um modelo de turismo que busca promover a inclusão social, o respeito e a valorização das culturas locais, a proteção do meio ambiente, proporciona a troca de saberes, vivências, experiências entre visitantes e as comunidades e a distribuição justa dos benefícios econômicos do turismo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades

anfitriões e promover a sustentabilidade de longo prazo, promovendo assim, a solidariedade e cooperação entre os envolvidos. Maldonado (2009, p.31) defende que o turismo comunitário é:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O diferencial desta experimentação seria a sua dimensão humana e cultural, que busca incentivar o diálogo entre iguais e os encontros interculturais entre visitantes e visitados, na perspectiva de conhecer e de aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009). Assim, busca-se valorizar as manifestações das identidades culturais em articulação com a vivência dos atrativos naturais, históricos e recreativos. Segundo Hallack *et al.* (2011), não é um segmento turístico, e sim uma prática turística que busca conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza, pois, segundo eles:

Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora (Hallack *et al.*, 2011, p.10).

Vários autores comungam também da ideia de que o TBC não se configura como um segmento (Mielke; Pegas, 2013; Irving, 2009; Hallack *et al.*, 2011; Bartholo *et al.*, 2009). Desta forma, cada pesquisador tem uma maneira de pensar acerca do tema, a exemplo de Mielke e Pegas (2013), que consideram como sendo uma metodologia de trabalho, enquanto que para Irving (2009), vai além de uma forma de gestão, na medida em que permite estabelecer laços sociais, dando um sentido mais amplo à ideia daquilo que é comum em uma comunidade. Bartholo *et al.* (2009, p. 158) identificaram “características das singularidades dos casos e generalizações a respeito do conceito de TBC”. Já Fabrino (2013, p. 24), configura este modelo de turismo como “uma proposta de desenvolvimento apoiada em bases endógenas, pensadas em diversos segmentos turísticos”. Irving *et al.*, concorda quando escreve

Iniciativas de turismo de base comunitária, para serem sustentáveis, econômica e socialmente, não podem prescindir de uma visão estratégica, que considere não apenas o “destino” turístico como a potencialidade econômica para uma determinada região, mas também as diferentes alternativas e variáveis associadas a um modo de desenvolvimento centrado nos recursos e demandas endógenas (Irving *et al.*, 2005).

As discussões referentes a esse tema recorrentemente ressaltam as seguintes premissas do TBC: o protagonismo local; a autogestão; a geração de benefícios econômicos para as populações locais; a valorização da cultura local; o compromisso de proteção da natureza; a oportunidade do encontro entre visitantes e visitados; e o compromisso de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das comunidades receptoras (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

Todas essas premissas aproximam a perspectiva do Turismo Responsável, o qual apresenta em sua base a busca pelo desenvolvimento turístico sustentável, integrado e participativo. São formas de turismo de base endógena, que se propõem, de maneira construtiva, inclusiva e democrática a seguir um conjunto de valores, pressupostos ou fundamentos, ou seja, os princípios mostrados na Figura 1, que regem o TBC.

Figura 1 - Princípios do TBC



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2023).

Este tipo de turismo não é um fim em si mesmo, mas um meio para as comunidades atingirem seus objetivos coletivos, que perpassam pelo empoderamento social, fortalecimento do sentimento de pertencimento, melhoria da qualidade de vida, valorização da cultura e dos modos de vida, preservação da natureza, entre outros. Destaca-se dentre os seus objetivos:

- 1) Aumentar a coesão social e o empoderamento das comunidades para serem protagonistas do planejamento e do desenvolvimento da atividade turística;
- 2) Ampliar a capacidade empreendedora das comunidades na área do turismo, proporcionando o fomento de empresas comunitárias prestadoras de serviços turísticos e de apoio;

- 3) Direcionar os benefícios da atividade para a comunidade receptora, visando a promover melhorias na qualidade de vida, no bem-estar social e no mercado de trabalho local;
- 4) Fortalecer os laços identitários e culturais, a autoestima e o sentimento de pertencimento das comunidades, valorizando os seus modos de vida e sua cultura;
- 5) Proporcionar experiências memoráveis e transformadoras, a partir do diálogo intercultural, com base no respeito mútuo entre visitantes e comunidades;
- 6) Promover consciência ambiental e social e a responsabilização pela proteção da natureza de todos os atores envolvidos na atividade turística.

Na prática e no contexto de cada iniciativa, em um processo de experimentação e de acordo com os rearranjos locais, o TBC se impõe na realidade como formas complexas e dinâmicas de fazer e gerir o turismo. Assim, essas iniciativas são múltiplas, heterogêneas e dispersas. Os autores Sampaio *et al.* (2011) apresentam estas iniciativas como uma estratégia de sobrevivência, de comunicação social, de conservação de modos de vida e de preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.

Para Braghini, Santos e Vieira (2020) a prática deste modelo de turismo, pode oscilar na coerência das iniciativas com relação a alguns dos princípios considerados fundamentais ao TBC. Na visão destes autores:

Cada iniciativa é única e se apresenta em uma condição própria e específica de existência e/ou maturidade com relação ao desenvolvimento do TBC e, portanto, pode se expressar mais forte em um aspecto do que outro, em momentos diferentes do seu processo (Braghini; Santos; Vieira, 2020, p. 28).

O TBC é uma alternativa que pode ocorrer em áreas rurais e em áreas urbanas, em áreas interioranas e litorâneas. São desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, produtores rurais da agricultura familiar, comunidades periféricas e por grupos sociais vulneráveis. As iniciativas normalmente podem apresentar diferentes níveis de organização e de autogestão, algumas contam com a parceria de organizações não governamentais, poder público, empresas, instituições de ensino e pesquisa e do Sistema S. Inúmeras iniciativas já estão articuladas em redes de TBC e/ou em redes da Economia Solidária.

Já a ruralidade refere-se ao conjunto de características, atividades, modos de vida e relações sociais presentes em áreas rurais, ou seja, em locais fora dos centros urbanos, geralmente ligadas a agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e outras atividades. A compreensão da ruralidade é

importante para o planejamento e implementação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, visando promover a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental das comunidades rurais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das áreas rurais.

Inclui a forma como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam nas áreas rurais, bem como a relação entre as comunidades rurais e o meio ambiente natural em que estão inseridas. Segundo Elias (2008), o setor rural que conserva um patrimônio cultural e etnográfico é valorado pelas sociedades urbanas, gerando um fluxo econômico que, se for bem canalizado, pode ser uma importante fonte de divisas. Fazendo uma ponte para o turismo, o uso e valorização dos recursos e potencialidades das áreas rurais para esta atividade, traz a possibilidade de envolvimento, participação ativa das comunidades locais na gestão, podendo trazer desenvolvimento e trocas de experiências genuínas. Elias (2008, p.141) vai além ao afirmar que:

A paisagem não é o que o visitante observa, isto é a imagem, é a foto. [...] A paisagem é mais uma mostra da identidade cultural da região e muitas vezes nos explica formas de costumes das gentes desta zona. Assim a paisagem nos fala da propriedade da terra, da herança, da tipologia dos cultivos, da rede de comunicações, das devoções, nos explica a arquitetura e nos faz entender a alimentação.

A evolução desta realidade social trazida para o contexto turísticos, nos traz a ideia de distanciamento entre o urbano e o rural, mas também traz como proposta a perspectiva de que o turismo pode emergir como uma solução de atividade produtiva, a partir do desenvolvimento socioespacial, da busca do bem-estar e justiça social e, da possibilidade de autonomia para localidades com potenciais de desenvolvimento a partir do reconhecimento dos recursos endógenos disponíveis nestas áreas rurais. De acordo com Souza e Klein (2019, *apud* Veiga, 2005, p. 9), essa visão do rural “definido pelas suas características próprias, como o oposto do urbano, numa visão dualista de tipos ideais, cedo viu, porém, o seu valor explicativo posto em causa na análise da mudança social” (Veiga, 2005, p. 9).

A ruralidade caracteriza-se como uma construção histórica da identidade e expressões das relações existentes ali e suas potencialidades para a prática do desenvolvimento de outras atividades. Na percepção de Souza e Klein (2019, *apud* Laurenti, 2000, p. 2), trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades de distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais.

No Brasil, a partir da década de 1990, no entanto, o turismo passa a ser uma dessas atividades não agrícolas que vem agregando valor às atividades dos agricultores familiares

(Sansolo; Bursztyn, 2009). Estes movimentos turísticos de deslocamento para visitação em áreas rurais, foram iniciadas no Brasil, em algumas propriedades dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, diversificando suas atividades, trazendo alternativas devido às dificuldades financeiras do setor agropecuário na época, passando a receber turistas, com intuito de ofertar vivências e troca de experiências nas práticas diárias desenvolvidas nestas propriedades.

A ruralidade no TBC envolve a valorização da cultura local, do modo de vida das comunidades rurais, dos saberes tradicionais, das práticas agrícolas, da pesca, da gastronomia típica, dos produtos artesanais, da paisagem rural e outras características próprias das áreas rurais, ao mesmo tempo que gera renda. Alguns termos também são adotados por Muller (2007, *apud* Sansolo e Bursztyn, 2009, p.143) e “abarca atividades tais como a tradicional produção agrária, os serviços ambientais que ela pode oferecer, os valores cênicos e paisagísticos e a própria cultura derivada da relação entre os habitantes e o meio onde vivem”.

Essa valorização é parte integrante da identidade e do atrativo turístico das áreas rurais e, as comunidades locais são incentivadas a participar ativamente do planejamento, desenvolvimento e gestão das atividades turísticas, de forma a promover o fortalecimento socioeconômico das comunidades, a conservação dos recursos naturais e culturais, e a promoção de uma experiência enriquecedora para os visitantes. Silva e Castriota, (2018, p.241) corroboram com essa ideia, ao afirmarem que:

Ao mesmo tempo em que agrega fatores importantes presentes, como modo de vida rural, patrimônio edificado, saberes e fazeres, culinária, manifestações culturais e religiosas, aspectos naturais, etc. É um conceito que vem sendo introduzido no Brasil e que tem sido discutido como forma de beneficiar econômica e socialmente a comunidade local. Além de possibilitar o protagonismo local, permite uma maior interação com os turistas, transformando, assim, o turismo em uma experiência mutuamente enriquecedora.

Essa abordagem busca promover uma visão holística e integrada do turismo, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais, envolvendo as comunidades locais como protagonistas do processo e garantindo assim que os benefícios sejam compartilhados de forma mais equitativa e sustentável.

Em 2004, o Ministério do Turismo (MTUR) apresentou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural Brasileiro. Os objetivos expostos pelas diretrizes evidenciam um privilégio ao incremento econômico da atividade, considerando como um segmento turístico. A crítica às propostas lançada por este órgão é que as diretrizes desenvolvidas por ele não distinguem as pequenas e grandes propriedades rurais, como se as necessidades fossem homogêneas e como se o território fosse visto unicamente desde sua

perspectiva econômica, deixando outros atributos como as características naturais/ambientais, culturais e políticas/institucionais em segundo plano, o que não permite um diagnóstico correto da realidade de cada propriedade rural.

Portanto, é importante considerar as características peculiares de cada espaço territorial, pois o desenvolvimento local envolve o uso sustentável dos recursos naturais, culturais e históricos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades e diversificar a economia. Ao oferecer serviços turísticos, as comunidades rurais ampliam suas oportunidades de geração de renda, direcionando o espaço para novas atividades e estimulando o empreendedorismo, complementando assim os setores tradicionais, como o agrícola. O ambiente rural oferece potencialidades que, no entanto, foram constantemente subaproveitadas por falta de políticas públicas locais e pela carência de pessoas com vocação e características empreendedoras, capazes de desenvolver o associativismo e cooperativismo, que agora são atividades “exploradas de maneira sustentáveis” (Blanco, 2004, p.45).

O visitante neste ambiente se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, podendo aprender na prática os costumes, experimentando uma vivência genuína. Consequentemente, há o resgate da autoestima da comunidade visitada, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e o desenvolvimento local (Blanco, 2004). Com efeito, o turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa ao cotidiano das famílias de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural.

O produtor local passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais passam a despertar o interesse não só da população dos grandes centros urbanos, mas também dos habitantes de municípios vizinhos. Ao apresentar para os visitantes os modos tradicionais dos produtores rurais, a exemplo das suas tradições gastronômicas e culturais, as comunidades consolidam o seu modo de vida local como um atrativo, o que pode passar a ser produto turístico, ampliando assim novas possibilidades de rentabilidades e conseguindo manter uma tradição familiar.

Pode-se comprovar que em algumas regiões, o turismo tradicional de massa está dando lugar a essa nova forma de turismo mais pessoal e acolhedora. A relevância das atividades locais, do turismo rural em áreas onde há a predominância de atividades do primeiro setor, pode ser constatada, na medida em que essa associação se reverte em novas oportunidades de emprego e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho e de forma mais solidária. O turismo rural, configura-se como uma

nova construção social, em que a terra passa a ser percebida com valores potenciais múltiplos, por sua multifuncionalidade (Blanco, 2004).

Nesse sentido, essas atividades não agrícolas assumem um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas altamente estratégicas para o crescimento socioeconômico. Com efeito, as novas atividades rurais podem impulsionar o empreendedorismo, provocando mudanças no modo da população local gerar emprego e renda, além de proporcionar ao visitante uma experiência enriquecedora. Maldonado (2009, p. 26), escreve que o turismo rural responde a “um segmento de mercado especializado (nicho) ao dirigir-se a pequenos números de viajantes em busca de experiências originais e enriquecedoras”.

Essas argumentações evidenciam a importância das áreas rurais para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Neste contexto rural, o turismo comunitário pode ser uma alternativa econômica e de resgate à autoestima, devido às dificuldades de conseguir recursos/investimentos para infraestrutura, promoção e divulgação de uma localidade, dificuldades no acesso e tantos outros fatores. Maldonado reforça a ideia quando escreve que:

A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural; vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009, P. 31)

Ao mesmo tempo, o turismo pode ajudar a diversificar a economia local de forma solidária, criando novas oportunidades de trabalho e renda, envolvendo a participação ativa da comunidade local na condução, planejamento e promoção do turismo em suas próprias localidades, além de ajudar a valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural.

1.2 Políticas públicas no turismo: contextualizando as principais referências, para o fortalecimento no desenvolvimento do TBC

Na Europa, no final do século XX iniciam-se as discussões e a utilização do termo Turismo Responsável (TR), que ajudou a orientar e fortalecer a concepção do TBC. Em 2002, paralelo à cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável, RIO+10, sediada em Joanesburgo, foi realizada a conferência sobre o Turismo Responsável (TR) nos destinos na Cidade do Cabo, resultando em uma declaração que tinha como foco enfatizar a responsabilidade que compete a todas as partes interessadas no turismo de alcançar a sustentabilidade dos destinos enquanto lugares que devem ser, antes de tudo, bons para se morar, privilegiando a prática em detrimento do discurso.

Esse termo, “Turismo Responsável”, refere-se às práticas, sob os princípios da sustentabilidade, envolvendo todos os segmentos de mercado, empreendimentos, equipamentos, produtos e serviços turísticos e os diversos atores sociais relacionados com a atividade turística, com o intuito de sanar ou mitigar os efeitos negativos e intensificar os efeitos desejáveis gerados pelo turismo. O uso preferencial por este termo, tem o objetivo de convocar para a ação todos os envolvidos na cadeia produtiva do turismo, a mapearem seus impactos e assumirem suas responsabilidades pelos resultados da operação turística nos lugares (Pinto, 2022). Sendo assim, as discussões sobre o TR surgem como forma de concretizar os ideais de sustentabilidade no turismo e fortalecer ainda mais a importância do TBC como uma estratégia de desenvolvimento local.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) atrela o Turismo Responsável (TR) ao Código de Ética Mundial do Turismo (1999), portanto, segue os preceitos da ética e da responsabilidade socioambiental, que de acordo com Brasil (2019, p.118), “parte da compreensão e da promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais”. Alguns marcos, conforme Quadro 1, abarcam os códigos de ética e conduta, declarações internacionais e nacionais, políticas públicas e o arcabouço legal brasileiro que servem de referências e visam orientar, regulamentar, fomentar e promover equipamentos, serviços, produtos, práticas, experiências e destinos turísticos com responsabilidade social, cultural, econômica e ambiental.

Quadro 1 - Marcos Legais do Turismo Responsável.

Marco Legal / Ano Abrangência	Cerne	Acesso Disponível Em:
Código de ética Mundial para o Turismo / 1999 - Internacional	Fixar normas de procedimento dos profissionais, assegurando relações de responsabilidade e sustentabilidade. A principal missão do código, se tornou a convenção da OMT sobre ética do Turismo.	http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/programas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf
Declaração de Turismo Responsável da Cidade do Cabo / 2002 – Internacional	Estabelecer princípios e diretrizes para promover o turismo responsável e sustentável, incluindo a promoção da sustentabilidade, conciliando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, a responsabilidade social e a promoção da cultura local.	https://responsibletourismpartnership.org/cape-town-declaration-on-responsible-tourism/
Turismo Responsável – manual para Políticas Locais / 2004 – Nacional	Ser um mecanismo prático que possa estabelecer ou aprimorar os instrumentos legais que darão sustentação e estímulo à atividade turística ecológica e socialmente responsável.	http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000024.pdf

Política Nacional de Turismo / 2008 - Nacional	Tem como principais objetivos, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111771.htm
Agenda 2030 da ONU – 17 ODS / 2015 - Internacional	Constituem uma lista de metas a serem cumpridas, a partir dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o intuito de melhorar a qualidade de vida e equilíbrio na utilização dos recursos naturais e culturais das nações.	https://brasil.un.org/pt-br/shdgs
Declaração de Políticas de Turismo para sustentabilidade e crescimento inclusivo / 2017 – Internacional	Apoiar à agenda política dos membros parceiros da OECD sobre crescimento/ desenvolvimento sustentável e inclusivo do turismo.	https://www.oecd.org/cfe/tourism/OECD-Policy-Statement-Tourism-Policies-for-Sustainable-and-Inclusive-Growth.pdf
Código de Conduta Brasil / 2019 - Nacional	É um instrumento de compromisso com o objetivo de estabelecer padrões éticos entre os envolvidos com o turismo, destinando-se a ações de prevenções e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/
Declaração de Glasgow para ação climática no Turismo / 2021 - Internacional	O foco é conscientizar o setor de turismo para que as suas ações sejam agentes de mudança para as questões climáticas.	https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/2022-02/GlasgowDeclaration_EN_0.pdf

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2023).

Esses marcos legais do turismo desempenham um papel crucial na promoção, desenvolvimento e regulamentação de práticas turísticas que buscam equilibrar o crescimento econômico com a preservação cultural, ambiental e social. Eles fornecem diretrizes, normas e regulamentações que orientam as ações de todos os envolvidos na cadeia produtiva do turismo, desde governos e empresas até comunidades locais e visitantes.

Outra ação que pode ser considerada fortalecedora e que serviu de exemplo, incentivando a criação de diversas outras ações, foi a criação da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) em 2001, cujo objetivo era de articular redes, construídas em diferentes escalas locais e nacionais de diversas iniciativas, com a finalidade de diversificar as possibilidades de emprego e renda, de valorizar a cultura local e de fomentar o associativismo (Moraes *et al.*, 2017). Essas ações fortalecem aspectos relacionados às iniciativas do TBC, no que se refere às estratégias de grupos organizados, a exemplo de representantes de comunidades, técnicos, pesquisadores, sociedade civil, professores, agências e de movimentos sociais, que possa ter o intuito da criação de redes.

No Brasil iniciativas, como o projeto Acolhida na Colônia, criado em 1999, período anterior a criação da REDTURS, já trazia em sua missão os princípios do associativismo, ligados a redes de cooperação. Segundo Faxina e Freitas (2020), trata-se de uma rede de esforços com enfoque em processos socioespaciais de associativismo, sustentado na participação ativa de comunidades rurais. Essas iniciativas, segundo Fabrino *et al.*, (2016) promovem o envolvimento e a articulação de comunidades que se propõem a realizar o TBC, ajudando a fortalecer e consolidar essas organizações.

Essas iniciativas coletivas de construções criados a partir das pesquisas, dos fóruns de discussões e da convergência de uma série de fatores trouxeram este tema para o centro das discussões no Brasil (Hallack; Burgos e Carneiro, 2011; Irving, 2009) e influenciaram outras práticas no país, a exemplo do projeto Bagagem, criado em 2002, que incentivou informalmente em 2003 a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), sendo está rede oficializada no ano de 2008, apoiada financeiramente pelo primeiro edital público do MTur, que contemplava as iniciativas de TBC e pelos debates de fomento do turismo solidário (Hallack; Burgos e Carneiro, 2011). Outras iniciativas merecem destaques, por desenvolverem ações estruturantes consolidadas, como a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), oficialmente lançada em 2008; em 2014 a rede Caiçara de Turismo Comunitário e posteriormente a rede Turismo Comunitário da Bahia (BATUC), criada a partir do Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, ocorrido em 2015, em Brasília.

As pesquisas e os processos coletivos de construção têm contribuído para que o TBC venha sendo organizado coletivamente, integrando as comunidades, por meio da participação coletiva, da criação de redes e alianças locais, nacionais e até latino-americanas a partir de reuniões, fóruns que integram. Desta forma, observou-se o fortalecimento do coletivo, aprimorando o conhecimento, o relacionamento, o poder de coesão e a troca de experiências, podendo desenvolver habilidades para criação de projetos que possam trazer algum tipo de retorno para a promoção de um turismo mais sustentável.

Importante registrar as políticas públicas estruturantes, fortalecedoras dos programas e planos institucionais, para fomentar e incentivar nacionalmente a adoção de políticas, como referência e base para o fortalecimento do TBC. Oficialmente nas políticas públicas de turismo, a participação social começou a ser incluída nas pautas a partir de 2004, integrando-se ao Plano Nacional do Turismo (2003/2007), como estratégia de gestão de turismo descentralizados no país. Esta participação dirigida se estruturou nos planos de políticas públicas nacionais de turismo através dos Planos Nacionais do Turismo (PNT): PNT 2003/2007; PNT 2007/2010; PNT 2013/2016; PNT 2018/2022.

O Ministério do Turismo lançou, em abril de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apresentando ao País uma nova perspectiva para o turismo brasileiro por meio da gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização. Um dos objetivos do Programa de Regionalização é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo. A regionalização propõe a ampliação das ações centradas nas unidades municipais e apresenta ao País, em 2004, o Mapa da Regionalização, composto por 219 regiões turísticas, contemplando 3.203 municípios. (MTUR, 2007)

O objetivo do mapa do turismo, como critério do PRT, é o de nortear a definição de políticas públicas, incluindo a destinação de recursos do Ministério do Turismo (Brasil, 2023). Os municípios do país são classificados no mapa, nas categorias A, B, C, D e E. Estas categorias levam em conta o desempenho da economia no turismo, a partir de 05 (cinco) variáveis: quantidade de estabelecimentos; quantidade de empregos no setor de hospedagem; quantidade estimada de visitantes domésticos; quantidade estimada de visitantes internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. (Brasil, 2023). Atualmente, até o dia 16 de julho de 2023, encontram-se inseridos no mapa do turismo brasileiro, 342 regiões e 2619 municípios brasileiros. O registro no mapa está aberto à participação de todos os municípios brasileiros, desde que observem os critérios estabelecidos na Portaria Ministerial nº 41/2021 (Brasil, 2023), que são construídos em conjunto com as Unidades Federativas do Brasil.

Um dos critérios necessários para serem inseridos no mapa turístico é que os municípios precisam dispor de uma secretaria/departamento para o turismo, de uma Lei Orçamentária, de prestadores de serviços turísticos de atividade obrigatória regular no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), de um Conselho Municipal de Turismo ativo, sendo também necessário, assinar um termo de compromisso e preencher a aba referente a atividade turística dos municípios. Por fim, devem comprovar a existência de uma Instância de Governança Regional (IGR) no turismo, como um conselho, fórum, comitê ou associação responsável por sua gestão, sendo importante que a sociedade e o governo estejam alinhados e inseridos no desenvolvimento da atividade turística através desta IGR (Brasil, 2016).

Complementando as ações de fortalecimento, em 2004, a Word Wildlife Found (WWF), Fundo Mundial da Natureza Brasil, publicou o documento “Turismo Responsável: manual para políticas locais”. Segundo essa organização, o Turismo Responsável encontra-se no âmbito das estratégias para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, e o define como “aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários” (WWF, 2004, p. 16).

Outro momento relevante foi a realização em 2005, na cidade de Porto Alegre, do V Fórum Social Mundial, que resultou na elaboração de uma declaração, que apresentava a proposta de um turismo fundamentado na autogestão das comunidades locais, que o diferenciava dos modelos centralizadores e excludentes, ganhando força e sendo visto com outras interpretações no cenário nacional (Neuhaus; Silva, 2006). Cabe ressaltar, que no Brasil, o movimento do TBC, teve início a partir de discussões acadêmicas na década de 1990 (Graciano; Holanda, 2020) e que a reflexão sobre o TBC no Brasil, durante muitos anos, se apresentava no sentido marginal, distantes das políticas públicas nacionais e internacionais (Hallack; Burgos; Carneiro, 2011).

Em 2007 o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), ganhou força, tornando-se o principal programa da política adotada no Plano Nacional de Turismo (PNT) tendo como princípios a descentralização, a integração, a participação e a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica (Brasil, 2007). Este programa continua a se destacar em âmbito nacional pela continuidade e aprimoramento das estratégias de ordenamento territorial implementadas a partir da municipalização do turismo, pois a lógica territorial do turismo tem início no município. Vale ressaltar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas. Esses princípios permeiam os planos nacionais de turismo e o Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2019).

Conforme Fonseca *et al.* (2022), a principal intenção do PRT com a instituição das regiões turísticas foi fomentar a cooperação entre os municípios para a concepção de produtos turísticos articulados e regionais. Sendo assim, o programa busca a valorização das características e potencialidades de cada região, incentivando a diversificação da oferta turística e a distribuição dos benefícios gerados pelo setor. Desde então, ainda segundo Fonseca *et al.* (2022), o objetivo do PRT é promover o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo em diferentes regiões.

Um dos critérios para captação de recursos, a partir do PRT é que as Instâncias de Governança Regional (IGR) do turismo, estejam nos mapas turísticos, representando os municípios, aliados aos conselhos e fóruns ligados ao turismo. A governança local ou instâncias de governança, são formas de organizações proposta na regionalização, que se constituem como espaços sociais de gestão compartilhada de assuntos, programas e projetos de interesse coletivo, para a construção do turismo sustentável, por meio do estabelecimento ou parcerias com diversos agentes/atores e que necessitam estarem nos mapas para se beneficiar da captação de recursos e fortalecer o turismo.

A governança implica a existência de estruturas e de processos que permitam e encorajem os interesses do setor privado e de outros setores da sociedade impactados direta ou

indiretamente pelo turismo a planejarem e decidirem juntamente com os gestores públicos sobre o modelo de desenvolvimento turístico a ser adotado e a gestão desta atividade, tanto em nível nacional, quanto (e sobretudo) em nível local e regional (OMT, 2013). Teixeira *et al.*, 2019, definem a governança como a habilidade dos atores regionais de concordarem acerca de uma visão de longo prazo para o desenvolvimento da sua região, e a capacidade de investir parte substancial de recursos financeiros e humanos disponíveis para a realização dos seus objetivos comuns.

A capacidade dos atores locais de se envolverem na resolução de problemas sociais através de políticas públicas pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local a partir da integração, participação e parcerias (Raposo, 2014). Contudo, embora o TBC preconize a participação comunitária, a conservação e a centralidade da colaboração, existem muitas fragilidades nos processos de autogestão, governança e comercialização das experiências (Teixeira *et al.*, 2019).

Outra referência relevante no processo de fortalecimento foi o lançamento do edital 001/2008, publicado pelo Ministério do Turismo, voltado para impulsionar essas atividades, que também serviu de marco para o fortalecimento de iniciativas voltadas ao TBC. A chamada contou com a inscrição de quinhentas propostas de todo o Brasil, das quais cinquenta foram selecionadas, neste edital. Desta chamada importa destacar duas obras escritas beneficiadas, que contribuem até hoje, significativamente para as reflexões, pesquisas, fortalecimento, desafios, potencialidades, tendências e funcionamento do mercado na área do TBC.

A primeira obra foi publicada em 2009, intitulada “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras”, organizada por Roberto Bartholo, Davis Sansolo e Ivan Bursztyn. Posteriormente, em 2010, ocorreu o lançamento da segunda obra, com o título “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública”, uma realização da Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas do Ministério do Turismo.

O Brasil ainda não possui uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária (PNTBC) que regulamente, estabeleça as diretrizes e os instrumentos de gestão e de financiamento para o TBC no país. A Lei nº. 11.771, de 17 de setembro de 2008, pode colaborar, sendo um norte, visto a ausência de uma política nacional regulatória para o TBC. Os objetivos propostos no art. 5º, da Lei, visa o desenvolvimento, a partir da inclusão social como alternativa à redução das disparidades socioeconômicas regionais; a participação e o envolvimento das comunidades no planejamento do turismo e nos benefícios gerados pela atividade; a preservação da natureza e da identidade cultural das comunidades tradicionais; e o aumento das linhas de

financiamento para pequenas e microempresas, características da lei que convergem indiretamente para o desenvolvimento do TBC, conforme mostra o Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Objetivos da Política Nacional de Turismo que convergem com o Turismo de Base Comunitária, segundo Art. 5º da Política Nacional de Turismo.

Incisos	Descrição Dos Objetivos
II	Reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda
VI	Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;
VIII	Propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural
IX	Preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística
XIV	Aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Lei nº 11771/2008 (2023).

Pela ausência de uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária (PNTBC), a Lei Geral do Turismo, acaba sendo a legislação que serve de base, para regulamentar e nortear o Turismo de Base Comunitária. Nas descrições dos seus incisos, conforme o Quadro 2 acima, direcionam para um turismo pautado na inclusão e na promoção no desenvolvimento sustentável, o que condiz com as diretrizes propostas pelo Turismo de Base Comunitária.

Seguindo os momentos marcantes, em 2018 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) publicou o documento “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes”. Este documento buscou orientar a implementação do TBC nas unidades de conservações federais compatível “com a conservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e com o protagonismo comunitário no desenvolvimento da atividade” (ICMBIO, 2018, p. 5).

Verificam-se outras iniciativas importantes a partir de 2018, de alguns governos estaduais brasileiros, Quadro 3, com intuito de fortalecer o Turismo de Base Comunitária, instituindo políticas, através da promulgação de leis específicas para orientar e promover o TBC. Algumas consolidadas e outras em tramitações.

Quadro 3 - Políticas Estaduais de Turismo de Base Comunitária e Projetos de Lei no Brasil.

MACRO-REGIÃO	UF	DOCUMENTO OFICIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO	DESCRIÇÃO
Norte	PA	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do Pará	Lei n. 9.773, de 27/12/2022	Institui a Política Estadual de TBC no Estado do Pará
Nordeste	BA	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária da Bahia	Lei n. 14.126, de 24/09/2019	Institui a Política Estadual de TBC a ser realizada nas áreas de interesse turístico e nos territórios de Identidade no Estado da Bahia.
Centro-Oeste	GO	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Goiás	Lei n. 21.052, de 15/07/2021	Institui a Política Estadual de TBC no Estado de Goiás e dá outras providências
Centro-Oeste	MT	Projeto de Lei (PL) - Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Mato Grosso	Projeto de Lei (PL) n. 714/2021	Projeto de Lei em tramitação, desde agosto/2021, na Assembleias Legislativa do Estado do Mato Grosso, que pretende instituir a Políticas Estadual de TBC, em consonância com a Lei n. 10.183, de 18/11/2014
Sudeste	ES	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do Espírito Santo	Lei n. 11.731, de 21/12/2022	Institui a Política Estadual de TBC no Estado do Espírito Santo
Sudeste	MG	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de Minas Gerais	Lei n. 23.763, de 06/01/2021	Institui a Política Estadual de TBC no Estado de Minas Gerais, em consonância com a Lei n. 22.765, de 20/12/2017
Sudeste	RJ	Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do Rio de Janeiro	Lei n. 7.884 de 02/03/2018	Institui a Política Pública de TBC a ser realizada nas áreas de interesse turístico no Estado do Rio de Janeiro
Sudeste	SP	Projeto de Lei (PL) - Política Estadual de Turismo de Base Comunitária de São Paulo	Projeto de Lei n. 365/2018	Projeto de Lei em tramitação, desde maio de 2018, na Assembleia Legislativa do Estado, que pretende instituir e estabelecer a Política Estadual de TBC no Estado de São Paulo
Sul	PR	Projeto de Lei (PL) - Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do	Projeto de Lei n. 138/2021	Projeto de Lei em tramitação, desde abril de 2021, na Assembleia Legislativa do Estado, que pretende dispor

		Paraná		sobre o TBC em consonância com a Lei n. 15.973 de 2008, que estabelece a Política de Turismo Estado no Paraná
--	--	--------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2023).

As regulamentações das políticas públicas do TBC seriam fundamentais e necessárias para todas as regiões do país, pois serviriam como referência e fortalecimento para diversas ações. Podem também, desempenhar um papel fundamental na promoção, captação de recursos, desenvolvimento e sustentabilidade desse tipo de turismo. Esses instrumentos governamentais visam criar um ambiente favorável para que as comunidades possam participar ativamente do planejamento e da gestão, tendo voz ativa nas decisões em prol do desenvolvimento local.

Na ausência de uma lei que regule, oriente e promova o Turismo de Base Comunitária (TBC), os conselhos e os fóruns de turismo podem desempenhar um papel crucial no setor. Eles proporcionam um espaço para discussão, colaboração, troca de ideias e formulação de políticas. Os fóruns de turismo, em particular, referem-se a ambientes de discussão, como plataformas ou eventos, onde ocorre o compartilhamento de ideias e a construção de parcerias. Seu objetivo é colaborar no desenvolvimento e na gestão do turismo, dependendo do objetivo proposto.

Neste sentido, a criação de um Conselho Municipal de Turismo é o primeiro passo para pensar no desenvolvimento integrado das ações que visam consolidar a atividade turística como importante motor do desenvolvimento econômico, cultural, social e cultural. Os Conselhos, como organizações, têm um papel fundamental em nível local, regional, nacional ou até internacional. Criados por leis, descrito como um órgão consultivo, normativo, deliberativo e de assessoramento, geralmente compostos por representantes de diversos setores relacionados ao turismo, incluindo governo, setor privado, comunidades locais, organizações não governamentais (ONGs) e acadêmicos, têm o objetivo de coordenar esforços e criar políticas que promovam o crescimento sustentável do turismo.

Verificam-se outras iniciativas importantes em 2019, como a publicação pelo ICMBio, “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservações Federais: cadernos de experiências”, compartilhando as iniciativas coletivas, engajadas e criativas de TBC contempladas pela “Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de Turismo de Base Comunitária” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD BRA 08/023), que selecionou nove projetos direcionados à promoção e ao fortalecimento do TBC, em associação às unidades de conservação. Pode-se dizer, que o TBC surgiu de diversos debates acerca da necessidade de se criar um modelo de turismo mais justo e equilibrado, que leve em

conta a conservação ambiental e coloque a população local como protagonista do planejamento, execução e controle das atividades turísticas (Araújo, 2011).

Em 2022, o termo turismo responsável completou 20 anos no Brasil e um dos produtos do referido projeto, produzido neste ano, foi o Mapa Brasileiro do Turismo Responsável, sendo distinto ao mapa de regionalização, que classifica e categoriza as regiões turísticas, proposta pelos planos de regionalização. Este mapa do turismo responsável, encontra-se disponível em plataforma interativa, com informações acerca de 40 iniciativas de TBC pelo Brasil, que em alguma medida apresentam como características: a participação das comunidades nos processos decisórios da gestão do turismo; a gestão e transparências das informações; a distribuição dos benefícios gerados pelo turismo para as comunidades; a valorização e a promoção da cultura e do modo de vida local; a responsabilidade socioambiental; e a promoção de relações interculturais entre visitantes e comunidades anfitriãs (Brasil, 2023).

O TBC é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades tradicionais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008). Segundo Fabrino (2013), este movimento se baseou nas prerrogativas do Desenvolvimento Sustentável (DS) e de uma visão crítica ao turismo de massa. Já Meguis, Farias, Viana e Hamoy (2015) haviam indicado, que este tipo de turismo foi pensado como uma saída para os problemas ocasionados pelo turismo convencional.

Cabe ressaltar, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que através do Decreto nº 6.040 de 07/02/2007, busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, trabalhando no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, ambientais, culturais, sociais e econômicos, respeitando e valorizando sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. No mesmo decreto, as comunidades tradicionais são definidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (Brasil, 2007a, p. 1).

Já no decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, o Turismo de Base Comunitária é considerado um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da

cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

Essas definições destacam a importância da participação e do empoderamento das organizações sociais locais em todas as etapas do processo turístico, desde o planejamento até a operação e o beneficiamento das atividades turísticas. É uma abordagem que busca equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais do turismo, visando o desenvolvimento sustentável de longo prazo. Conforme Irving (2009, p.108), é o desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internaliza a variável local e as identidades envolvidas como elemento central do planejamento.

Autogestão, associativismo e cooperativismo, democratização de oportunidades e benefícios, centralidade da colaboração, parceria e participação da comunidade, valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais no que tange a gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, são os princípios que visam a apropriação da comunidade por parte destas e dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turísticas (Brasil, 2010). Essas são as direções que norteiam o TBC e ajudam no fortalecimento do desenvolvimento do turismo, oportunizando aos moradores serem autogestores da atividade, carregando em sua essência o protagonismo local (Costa, 2013)

As políticas federais, estaduais e municipais, podem consolidar e fortalecer o TBC, através de arcabouço jurídico e institucional, sendo de fundamental importância para que oriente, promova, regule e fomente o TBC como iniciativas inclusivas e geradoras de divisas. Tais políticas podem vir a trazer oportunidades para os destinos, através do fortalecimento da economia local, da redução da pobreza, da inclusão social e do estímulo ao empoderamento e a participação comunitária.

1.3 Organizações Sociais e Empreendedorismo: uma reflexão contributiva para a relevância da participação social no desenvolvimento local.

As Organizações Sociais são fundamentais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, pois elas permitem que as comunidades locais se organizem e participem ativamente do processo de desenvolvimento turístico. Elas buscam promover o bem-estar social e soluções para problemas e desafios enfrentados pelas comunidades. Essas organizações são formadas por pessoas que se unem em torno de uma causa comum em diversos campos da atividade humana, podendo ter objetivos filantrópicos, sociais, científicos, econômicos e culturais.

Elas desempenham um papel fundamental na mobilização e na criação de programas e projetos que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, oportunizando à comunidade assumir papel relevante, sobretudo, quando a meta é o desenvolvimento. Desse modo, cada grupo social tem a chance de participar não somente do planejamento, mas da realização de programas que visem à melhoria de suas condições de vida (Ammann, 2003). Essas organizações podem ser formadas por grupos comunitários, associações de moradores, cooperativas, ONGs, entre outras formas de organização coletiva, juridicamente formalizadas ou não.

A participação social de forma organizada e engajada é fundamental na construção de uma comunidade mais justa e inclusiva, participando dos processos decisórios de planejamento, implantação e avaliação das atividades incluídas nas organizações. Elas possuem funções fundamentais para o alcance de objetivos comuns, conforme o Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Funções das Organizações Sociais (OS) em relação ao turismo.

Funções das Organizações Sociais (OS)	Exemplos de Ações
Representar os interesses da comunidade	As OS podem representar a comunidade em relação a questões relacionadas ao turismo, como negociações com parceiros e governos, gestão de recursos e planejamento de atividades
Planejar e gerenciar atividades turísticas	As OS podem planejar e gerenciar as atividades turísticas em conjunto com a comunidade, garantindo que as atividades sejam sustentáveis e respeitem as tradições e culturas locais
Oferecer serviços turísticos	As OS podem oferecer serviços e produtos turísticos, como hospedagem, alimentação, guiamentos turísticos, oficinas e venda de artesanato, gerando renda para a comunidade
Promover a cultura local	As OS podem promover a cultura local por meio de eventos, festivais e outras atividades que valorizem as tradições e modos de vida das comunidades
Fortalecer a participação e a gestão comunitária	As OS podem fortalecer a participação e a gestão comunitária, incentivando a organização coletiva, o diálogo e a tomada de decisão compartilhadas

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Uma Organização Social, pode ter várias formas e também pode desempenhar diferentes funções no contexto do TBC, a depender de sua missão, objetivos e atividades específicas. No entanto, em geral, as que se envolvem no TBC tem o propósito de apoiar e fortalecer iniciativas de turismo organizadas a partir da participação social. Irving (2009) escreve, sobre a importância do tema da participação social, como um real diferencial em turismo de base comunitária, em

termos de possibilidade de empoderamento, governança democrática e inclusão social, podendo trazer melhorias para uma localidade. Ao envolver-se ativamente nas decisões e ações das organizações, as pessoas têm a oportunidade de contribuir com suas perspectivas, conhecimentos e habilidades, fortalecendo seu senso de pertencimento e capacidade de influenciar positivamente a realidade em que vivem e serem vetores de mudança.

As organizações sociais (OS) e o Turismo de Base Comunitária (TBC) são conceitos que se complementam e que buscam promover o desenvolvimento sustentável e a participação das comunidades locais na atividade turística. Ambos desempenham um papel fundamental na valorização da cultura local, na proteção do meio ambiente e no fortalecimento econômico das comunidades, contribuindo para uma forma mais justa e inclusiva de turismo. Evidentemente que o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica (Irving, 2009).

Além disso, é necessário garantir que as atividades turísticas sejam sustentáveis e respeitem os limites ecológicos e culturais da região. Essas atividades turísticas têm referências em um processo sustentável, construído por um grupo comunitário autônomo, capaz de realizar a própria gestão turística, que se insere na sociedade por meio das relações equilibradas com o poder público, entidades não governamentais e, principalmente, com o mercado turístico (Mielke, 2009). Os autores Mielke e Pegas (2013), ressaltam a importância de ter um líder que seja legitimado a frente da organização/gestão e que proporcione harmonia e equilíbrio, o que evidencia a importância da governança interna para proporcionar o desenvolvimento de fluxos democráticos e estratégicos.

A governança no turismo é um processo de tomada de decisão coletiva, participativa e transparente, que visa garantir a participação das comunidades locais, na implementação e desenvolvimento do turismo, na preservação do patrimônio cultural e natural, a equidade na distribuição dos benefícios e a sustentabilidade do turismo. Ela envolve parcerias e colaboração entre diferentes atores, capacitação das comunidades, gestão sustentável e empoderamento das comunidades locais.

No caso no TBC, o objetivo é que as comunidades sejam protagonistas do processo, gerando renda, fortalecendo sua identidade cultural e protegendo o meio ambiente, podendo minimizar os impactos negativos do turismo convencional, como a descaracterização cultural, a degradação ambiental e a concentração de renda em grandes empresas turísticas. O TBC emerge como uma alternativa capaz de fortalecer a organização social e minimizar os impactos gerados pelo turismo convencional massificado (Santos; Braghini, 2020, p. 253)

As organizações sociais podem atuar como facilitadoras, fornecendo capacitação, assistência técnica e recursos financeiros para as comunidades locais desenvolverem suas atividades turísticas de forma sustentável. Uma organização social bem estabelecida, pode ajudar na articulação de parcerias entre as comunidades, os órgãos governamentais e o setor privado, visando fortalecer o turismo de base comunitária em determinada região. Segundo Irving (2009, p. 112), “o protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento”.

Dessa forma, as organizações sociais desempenham um papel importante no apoio e na promoção do turismo de base comunitária. A gestão eficaz de uma organização social no turismo envolve a participação da comunidade, o planejamento, a gestão, a capacitação da equipe, a tomada de decisões coletivas, o monitoramento e avaliação constante. Porém, podem enfrentar diversos desafios e problemas em seu funcionamento, como: dificuldades de acesso aos recursos financeiros; falta de engajamento da comunidade; problemas de gestão; conflitos internos; falta de capacitação; gestão ineficiente; sustentabilidade; mudanças políticas e sociais constantes.

De certo, as dificuldades para se conseguir um desenvolvimento pautado nos pilares da sustentabilidade, no atual contexto contemporâneo na qual estamos inseridos, estão mais desafiadores, pois as desigualdades sociais e econômicas são mais evidentes, criando cenários mais incertos e vulneráveis em relação à distribuição de riqueza, sendo um desafio para as questões voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento local.

Destarte a necessidade vivida por grande parte da população inseridos neste contexto de desigualdades, não é nova a ideia, de que períodos conturbados e incertos criam oportunidade para novas formas de empreender, ainda mais, se tratando da criatividade e necessidade das pessoas (Nassif; Armando; La Falce, 2020). A necessidade de as pessoas produzirem algo para se sustentarem as tornam criativas a ponto de buscarem soluções para superar os desafios que possam surgir, desenvolver habilidades de auto sustentação e, ainda, a inclusão de outros atores nesses processos produtivos. No entanto, a busca por criar negócios e projetos que beneficiem diretamente a comunidade, promovendo a preservação cultural e ambiental, contribuindo para a inclusão social, empoderamento das pessoas e o desenvolvimento sustentável, gerando impactos positivos, seria um dos pré-requisitos propostos pelo empreendedorismo social.

Em decorrência da paralisia social e econômica, em uma perspectiva ampla, relacionada às políticas públicas de desenvolvimento regional, encontramos evidências, na literatura, de que o empreendedorismo é fundamental para promover a diversificação e a construção de

capacidades em economias mais resilientes (Nassif *et al.*, 2020). Sob a perspectiva acadêmica o empreendedorismo pode ser definido a partir das análises de como, por quem e com que efeitos podem ser avaliadas, exploradas e criadas as oportunidades para a criação de bens e serviços futuros (Parente *et al.*, 2011). Desta forma, mesmo que os efeitos da recessão sejam severos, as evidências apontam para o fato de que empreendedores têm capacidade de recuperação (Cowling *et al.*, 2015).

Na visão de Parente *et al.* (2011), ao promover a capacitação e o espírito empreendedor da sociedade perfila-se como um constructo teórico-prático novo, com características, princípios e valores próprios. Estes autores defendem a ideia de que o fenômeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crises e desafios sociais, econômicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas. Enxergar no próximo às soluções, através dos problemas de uma determinada área, é uma das iniciativas do empreendedorismo social, que possibilita a construção de negócios cujo maior impacto são melhorias na sociedade, priorizando-se a população de baixa renda. O empreendedorismo social tem seu desenvolvimento a partir de pessoas solidárias, realizadoras, que gostam de inovar, são criativas, gostam de aprender continuamente e possuem senso de responsabilidade consigo, com o público e com a comunidade.

Os empreendedores sociais normalmente são agentes que promovem transformações, capazes de enxergar as necessidades de outras pessoas movidos pelo altruísmo, buscam inovar desenvolvendo alternativas socioeconômicas participativas e tentam promover mudanças a partir de uma determinada realidade local, causando impactos positivos para resolver problemas sociais. Características empáticas e inconformadas ressaltam o perfil empreendedor ideal para o objetivo deste tipo de gestão. Os empreendedores sociais, crescem e se destacam nos diversos ramos de atuação, com soluções simples, inclusivas e inovadoras, para resoluções de problemas sociais, ambientais e econômicos, sendo uma das alternativas encontradas por empreendedores que buscam promover mudanças nos conceitos e modelos de vida, impactando positivamente as populações menos favorecidas da nossa sociedade.

É um conceito que tem vindo a suscitar diversas formas, sendo enquadrado como um tipo de economia solidária. Uma forma alternativa aos diversos problemas socioeconômicos e, estes tipos de negócios normalmente ligados aos movimentos populares de determinadas localidades, fortalecem laços de solidariedade, confiança mútua, novos valores e relações éticas entre os envolvidos. Uma crítica é recorrente ao trabalho do Estado frente aos desafios da desigualdade social, é o discurso construído em cima de tópicos de liberdade individual, autonomia e livre mercado, que legitima políticas públicas que acabam beneficiando pessoas e organizações com

mais recursos em detrimento dos mais pobres, o que, naturalmente, contribui para o aumento da desigualdade no país (Chaves; Gehlen, 2019).

As políticas públicas no TBC teriam um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento do empreendedorismo, proporcionando oportunidades de desenvolvimento econômico e inclusão social para grupos marginalizados e comunidades desfavorecidas. Tais políticas podem favorecer a participação de diferentes grupos sociais no setor do turismo, uma vez que, segundo Alves (2020), a participação é fundamental para que se alcance um desenvolvimento em acordo com a dinâmica, a realidade e as especificidades locais.

Isso pode envolver a criação de programas de capacitação e treinamento direcionados a comunidades carentes, mulheres, jovens e minorias étnicas, proporcionando-lhes habilidades e oportunidades para se envolverem ativamente na atividade turística, bem como incentivar destinos turísticos alternativos, fora dos polos tradicionais, em áreas com menor desenvolvimento econômico. Desta forma, podem ser criadas oportunidades para que as comunidades locais se beneficiem do turismo e empreendam, desenvolvendo seus próprios negócios e atraindo visitantes interessados em experiências imersivas, que podem contribuir para o fortalecimento de pequenos empreendimentos locais, seja por programas de capacitação, acesso a financiamentos e assistência técnica, criando oportunidades de emprego com a mão de obra local, que podem possibilitar a promoção de um turismo mais inclusivo, equitativo e sustentável.

1.4 O Associativismo e a Economia Solidária: abordagens e convergências em comum para o desenvolvimento local

As associações têm um papel importante no fortalecimento das comunidades em prol de objetivos comuns, na participação das políticas públicas para o fortalecimento das organizações comunitárias e no fomento da economia solidária. Elas podem trazer o apoio institucional, para captação em programas de financiamentos, capacitações e assessoria técnica necessárias para o desenvolvimento comunitário, podendo inclusive auxiliar no desenvolvimento e na sustentabilidade das iniciativas comunitárias.

Conforme Viegas (2004), as associações são formadas por grupos de indivíduos que decidem de forma voluntária e cooperada o caminho que os associados devem caminhar em prol do bem da coletividade, seguindo os princípios e valores que regem estas organizações. Nos tempos atuais, os sistemas cooperativo e associativo guardam uma grande similaridade. A lógica é a da união como ferramenta para desenvolver talentos e para estimular o empreendedorismo de resultados.

O atuar de forma conjunta, unindo forças, somando competências e talentos e reunindo recursos, gera e estimula resultados satisfatórios que atendem aos interesses de todos. Importante ressaltar os princípios e as características convergentes, conforme Quadro 5, que servem de base para o atuar destes grupos, nestes tipos de sistemas participativos.

Quadro 5 - Princípios e características do associativismo e cooperativismo.

Princípio	Característica
Livre Adesão	É livre a iniciativa que todos têm de associar-se a ela ou não, desde que aceitem suas condicionantes e responsabilidades, e a de ser laica, não permitindo qualquer tipo de discriminação social, racial, política, religiosa ou outras.
Gestão democrática /autonomia e independência	Pela sua característica associativa e sem dono, as organizações associativas são organismos altamente democráticos, sendo, portanto, dirigidas por seus associados, que nela atuam, participam e estabelecem suas políticas e tomada de decisões, elegem diretores, conselheiros, além de deliberar sobre a administração
Participação econômica dos sócios	Nas organizações associativas e/ ou cooperativas, os sócios contribuem para a formação do capital, que se torna bem comum dos associados. Os rendimentos ordinários (comuns, normais, ligados à missão da organização) serão derivados das contribuições diretas ou indiretas dos associados, dos valores recebidos por conta da prestação de serviços realizada pela organização, pelo aluguel de possíveis imóveis caso existam, ou por outros tipos de rendimentos aprovados por resolução da Diretoria.
Autonomia e independência	Qualquer organização associativa é uma organização independente, livre e de ajuda mútua, portanto autônoma e, controlada por seus membros
Educação, formação e informação	É por meio da educação que se consolida os princípios e valores cooperativos e se fortalecem os laços, permitindo que todos cresçam juntos
Interação	Para que a interação possa crescer e desenvolver, atendendo a sua finalidade e/ou missão, é necessário haver inter-relação, cooperação e influência mútua entre os membros associados, a fim de fazer com que a troca de informação e experiências produza resultados satisfatórios para todos, e ainda, a intercooperação entre as demais cooperativas do mesmo ramo, tendo como objetivo o fortalecimento do movimento associativo/cooperativo.
Interesse pela comunidade	Ao constituir uma organização associativa ou fundar uma cooperativa, a principal razão ou objetivo de seus fundadores é atender aos interesses coletivos de seus membros, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país, através da adoção de políticas aprovadas pela assembleia ou conselho.

Fonte: Adaptado de Damásio (2014).

Os princípios norteadores expostos no Quadro 5, propostos pelas associações e cooperativas convergem com os princípios que norteiam o TBC. O associativismo e o cooperativismo como uma organização que busca objetivos parecidos, tendo algumas diferenças

que podem ser notadas na natureza do processo. Enquanto a associação está pautada na promoção da assistência social e da educação, nas manifestações culturais, na representatividade política e na defesa de classes, as cooperativas têm em sua essência um viés fundamentalmente econômico, sendo seu principal objetivo oportunizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado (Balem, 2016). Freire (2011), corrobora esclarecendo acerca da natureza não econômica das associações, ao escrever que:

As associações por não terem fins lucrativos, são autorizadas à experimentação não lucrativa do dinheiro, estando sujeitas às normas jurídicas específicas para essas organizações. Tais normas jurídicas permitem a experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito (Freire, 2011, p. 29).

São modelos sociais e econômicos que requerem criatividade e necessidades diferentes, o associativismo é um tipo de economia solidária capaz de trazer possibilidades de novos modelos socioeconômico inclusivos, sustentáveis e centrados nas pessoas, caminhando junto às propostas do TBC. Damásio (2014), acrescenta ao escrever que o associativismo:

Representa uma forma de organização de grupos de pessoas ou de empresas com interesses comuns, quer sejam eles econômicos, sociais, políticos, religiosos, educacionais, sendo autossustentáveis ou não, visando à união das forças e à conjugação dos esforços, a fim de obter o máximo de aproveitamento dos recursos e o alcance dos objetivos propostos (Damásio, 2014, p.8)

Nestes modelos, as tomadas de decisões ocorrem de baixo para cima, ou seja, pela própria comunidade/associação, não deixando que os agentes externos, a exemplo dos governantes, controlem e decidam sobre quais ações se devem concretizar, ou seja, ocorre uma inversão da pirâmide, onde as necessidades e realidades são avaliadas a partir das bases endógenas. Irving (2009), alerta escrevendo que,

(...) não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais. Neste caso, embora frequentemente atores externos funcionam como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo (Irving, 2009, p.112).

No TBC essas relações entre associativismo e cooperativismo se complementam, pois quando trabalhados de forma conjunta, os benefícios são garantidos tanto aos associados ligados diretamente ao tipo de atividade que desenvolvem, quanto à população local, sendo que, ao se enxergarem como uma organização forte, passam a representar e defender os interesses em comum.

Ajuda mútua, equidade, responsabilidade própria, democracia, igualdade e solidariedades, fazem parte dos valores propostos pelo associativismo, comungando com a abordagem proposta

pelo TBC, alinhando-se à uma concepção de desenvolvimento justo e democrático para comunidades locais. Desse modo, fica evidente que o associativismo e o cooperativismo são uma atividade econômica e social promissora e tendem a crescer e se fortalecer nos seus mais diversos segmentos e categorias, sendo uma alternativa viável para o desenvolvimento das organizações comunitárias.

Já os grupos intitulados Empreendimento da Economia Solidária (EES), existem nas áreas rurais e urbanas e, geralmente são organizações coletivas de trabalhadores: associações, grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras. Esses grupos são conhecidos comumente no Brasil, tanto na literatura quanto entre suas próprias organizações, como Empreendimento da Economia Solidária (EES), que constituem sua célula básica de representação na dinâmica econômica real (Nagem; Silva, 2013).

De acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), foram cadastrados 20.383 EES em 2023, distribuídos em todo o território nacional, que desenvolvem uma extensa e expressiva variedade e quantidade de produtos e serviços. O CADSOL é uma ferramenta de reconhecimento público das iniciativas econômicas solidárias e visa permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços e outras ações e políticas públicas a elas dirigidas (Brasil, 2023)

Além disso, o CADSOL se constitui em uma base nacional de informações cadastrais das iniciativas, permitindo que governos nas diferentes esferas de poder possam obter informações para subsidiar a formulação de políticas públicas adequadas aos diversos tipos e categorias das iniciativas declaradas. Possui natureza declaratória e voluntária, embora as habilitações das iniciativas no CADSOL passem necessariamente por um processo de validação das informações prestadas no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e das comissões estaduais e/ou municipais, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A inscrição no CADSOL permite que a empresa possa requerer a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário, a qual permite o acesso a diversas políticas e programas públicos de Economia Solidária. As ações da economia solidária estão resguardada pela portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, que Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) e contemplam atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, contribuindo para a inclusão socioproductiva de trabalhadores urbanos e rurais, promoção da educação

ambiental, reaproveitamento e reciclagem de materiais, estímulo ao convívio social e às atividades culturais e a capacitação técnica e de gestão para os empreendimentos de economia solidária, visando à emancipação socioeconômica dos beneficiários (Brasil, 2023).

De modo geral, os princípios básicos de distinção dessas iniciativas, são: posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação; repartição da receita líquida entre os associados; destinação do excedente anual (denominadas sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores (Singer, 2000; Coraggio, 2007).

Segundo Singer (2000), a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capitalismo. Esse sistema capitalista no qual estamos inseridos trouxe “consequências sociais negativas geradas pelo domínio de um modelo de produção excludente, como a degradação do trabalho, motivaram a criação de diferentes formas de organização social com relações mais justas e igualitárias na sociedade” (Maturana; Kohler; Zunge, 2018, p.2). Trazem diversas heranças negativas, mas também, ressaltam a grande riqueza do ser humano, através da solidariedade, cooperação, democracia, responsabilidades sociais, preservação dos valores culturais.

As experiências na economia solidária, segundo Rêgo (2014), podem ser consideradas como uma utopia experimental de novas formas de sociabilidade e vivência compartilhada de valores. Estas experiências abrangem, um amplo espectro de objetivos e aspirações, podendo envolver desde a perspectiva de busca de alternativa de emprego através da autogestão ou, “uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo” (Rêgo, 2014, p.36).

Sob esta ótica, o surgimento dos empreendimentos da economia solidária (EES), regidos pelos princípios: da autogestão, do comércio justo e solidário, da gestão democrática e participativa, da distribuição equitativa das riquezas produzidas, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito aos ecossistemas, da valorização do ser humano, do trabalho e da cultura, é uma opção de modelo alternativo que busca oportunidades inclusivas para diversas classes sociais, como um meio alternativo de desenvolvimento através das organizações.

De acordo com Soares (2011), os empreendimentos da economia solidária têm o objetivo de melhorar a vida da população de um determinado local, sem a premissa da acumulação, e baseada em um princípio de solidariedade, cooperação e autogestão com gradativa promoção de melhoria na qualidade de vida de todos os envolvidos.

A relação proposta entre a economia solidária, o associativismo e o TBC são bastante significativas, uma vez que esses elementos estão interligados e podem em conjunto promover a

união de indivíduos e organizações com interesses comuns, visando fortalecer a comunidade e manter o progresso econômico, social e cultural de uma determinada área geográfica, promovendo o desenvolvimento local e a inclusão social nas comunidades. Essas relações também podem estimular o desenvolvimento de pequenos negócios e o crescimento do setor produtivo local, tendo os seus recursos, conhecimentos e resultados alcançados compartilhados entre eles, visando assim o bem-estar coletivo, ao invés do lucro individual.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos necessários para a realização da presente pesquisa. O subcapítulo 2.1 trata sobre o método, abordagem, natureza e caráter da pesquisa, com a indicação da fenomenologia como principal método de estudo. A seguir, no subcapítulo 2.2, será abordada a realização da pesquisa bibliográfica e por fim, no subcapítulo 2.3, serão discutidos os instrumentos e técnicas que foram utilizados nesta pesquisa.

2.1 Método, Abordagem, Natureza e Caráter da Pesquisa: A fenomenologia como método de Investigação

A importância de um método científico é fundamental para o avanço do conhecimento e para garantir a confiabilidade e a objetividade das descobertas científicas. Para Marconi e Lakatos (2010, P. 65), o método científico corresponde ao “conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar um objetivo com segurança e economia, na medida em que traça um caminho a ser seguido, detecta erros e auxilia as decisões de um cientista”.

O método utilizado no presente estudo, foi o fenomenológico, que é uma abordagem filosófica e metodológica que se concentra na descrição e interpretação da experiência subjetiva dos indivíduos. Este método “reconhece o indivíduo enquanto sujeito percebido que se constitui ao passo em que se relaciona com o mundo (objeto da percepção), por meio das experiências vivenciadas e atribuições de significados a estas” (Aguiar; Policarpo, 2018, p.73). Parte da compreensão da intersubjetividade e a singularidade da experiência humana permitindo que os investigadores entendam como as pessoas vivenciam e interpretam o mundo a partir de suas próprias perspectivas, valores e crenças.

Segundo Merleau-Ponty (2006), é o estudo das essências, essência da percepção, essência da consciência, cujo compromisso é o de conhecer, através da compreensão, a experiência dos sujeitos no mundo. Ela procura entender como os eventos, objetos, pessoas e situações são experienciados, quais os significados atribuídos a eles e como essas experiências influenciam a forma como os indivíduos compreendem a si mesmos. Assim, uma pesquisa fenomenológica analisa a maneira natural em que a realidade é percebida a partir da experiência humana, na sua essência e na sua visão de espaço (Panosso Netto, 2005).

Conforme, Andriolo (2016) corresponde ao estudo das essências, mas não de forma abstrata, ou seja, visa compreender os conceitos que são usados a partir da apreensão do seu papel na vida humana. Ainda, Andriolo (2016), a orientação fenomenológica tem o intuito de descrever as vivências e a percepção dos indivíduos, contemplando dimensões a partir de narrativas e

estímulos advindos do espaço social. A ideia foi concernir uma abordagem que aproximasse o pesquisador ao objeto pesquisado, observando como se dá a relação entre este espaço compartilhado, a identidade local, o sentimento de pertencer e as prováveis experiências, sendo estas umas das principais motivações para escolha desta orientação.

Partindo da premissa de que a experiência humana também é um dos elementos principais do fenômeno do turismo, compreende-se que a fenomenologia possa ser aplicada nos estudos sobre o turismo. Panosso Netto (2014), escreve que a descrição fenomenológica se baseia na observação e na percepção do turismo como um fenômeno altamente dinâmico, desenvolvido no tempo e no espaço por um indivíduo ou um grupo. Panosso Netto (2011) complementa, informando que fenômeno turístico, portanto, seria algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é.

A aproximação da fenomenologia com o turismo é uma abordagem que se concentra na compreensão da experiência do turista em sua totalidade e subjetividade. Sob a perspectiva desta compreensão busca-se descrever e interpretar como os turistas percebem, vivenciam e atribuem significado às suas experiências durante a sua visita. Panosso Netto (2005), propõe a análise a partir da especificidade da existência humana e não restrita às relações de consumo normalmente analisadas em pesquisas.

A fim de relacionar o método fenomenológico à temática estudada, procurando aproximar o pesquisador à comunidade Palateia e ao cotidiano da mesma, este trabalho foi inserido no escopo da pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, utilizada como estratégia da pesquisa exploratória. A pesquisa qualitativa permite o estudo dos casos com uma maior profundidade e proporciona uma maior compreensão sobre a natureza da temática, possibilitando uma maior aproximação da realidade em que se encontram as comunidades a serem estudadas (Dencker, 2007). Gomes e Araújo (2005) escrevem que a pesquisa qualitativa não se caracteriza pelo uso de dados numéricos, mas busca, sim, uma compreensão subjetiva de um grupo social, de comunidades, das interações humanas e de outros aspectos contextuais.

A ideia de conhecer as características e as especificidades da comunidade, utilizando o método qualitativo possibilita uma compreensão real e contextualizada das experiências, crenças, valores e emoções dentro do contexto social, econômico e ambiental e, como estes elementos da comunidade interagem e influenciam as experiências das pessoas, possibilitando o ‘emprego de procedimentos de interpretação a partir dos dados observados e coletados, obtido na pesquisa de campo.

A pesquisa é considerada exploratória pela ausência de bibliografia acerca do tema Turismo de Base Comunitária na área em que está sendo desenvolvida o estudo. Segundo, Gil

(2008, p.27), a pesquisa exploratória “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” O que proporciona ao pesquisador ter mais autonomia para explorar, selecionar, interpretar e fazer o registro de sua vivência nas localidades estudadas, o que permite conhecer as especificações do lugar, buscando assim, uma maior familiaridade com o problema.

2.2 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa científica apresenta várias vertentes, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica, que para Marconi e Lakatos (2003, p. 158) se classifica como um “apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”, através de exames de textos, leituras de artigos, livros, dissertações, teses e publicação de periódicos como suporte para captar seu sentido simbólico e contextual, convergentes ao tema tratado e, que servem de ajuda ao suporte teórico. Nesta pesquisa, os procedimentos e aprimoramentos se deram a partir de levantamento bibliográficos e pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Gil (1999), assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas reside na natureza das fontes. As fontes documentais podem ser de primeira mão, referentes àquelas que não receberam qualquer tratamento analítico como documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias, gravações e filmes, ou de segunda mão, relacionadas aos documentos que já foram analisados de alguma forma, como relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas e outros materiais analíticos.

Nesta pesquisa, a parte conceitual foi analisada a partir da produção acadêmico-científica acerca da temática Turismo de Base Comunitário, Ruralidade, Políticas Públicas e os marcos estruturantes do turismo, as organizações sociais e suas possíveis relação com o empreendedorismo social, o associativismo e a economia solidária, trazendo contribuições pertinentes ao tema a fim de validar o TBC como alternativa viável para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade Palateia.

Metodologicamente, partiu-se inicialmente, do levantamento ampliado, em diversos sítios, a partir de uma análise teórica, de diversos artigos das plataformas Google Acadêmico, Scielo e Scopus. Posteriormente foram extraídos os dados a partir da plataformas de Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), observados os critérios de inclusões e exclusões necessários à pesquisa, sendo feito um recorte temporal de buscas dentro do período de 2000 até 2023, com o intuito de buscar

nestes artigos e dissertações publicadas as principais referências teóricas, ocorrência e a convergência de pesquisas que tratem do tema e objetivo da pesquisa em questão.

Posteriormente, como referência sistemática aos temas abordados, partiu-se da leitura de livros publicados por autores conceituados na área. Complementando Gil (1999, p. 29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Os temas expostos aqui foram explanados por autores conceituados na área de Turismo, a saber: Panosso (2010) e (2013); Irving (2016) e (2018); Paes (2009); Matos e Irving (2005); Cruz (2009); Fabrino (2013); Merleau Ponty (1999); Jean Paul Sartre (2012); Dencker (2004). Acerca do Turismo de Base Comunitária e Ruralidades, foram consultados os seguintes autores: Maldonado (2009); Braghini *et al.* (2020); Hallack *et al.* (2011); Mielke e Pegas (2013); Irving (2009); Bartholo *et al.* (2009); Fabrino (2013); Irving *et al.* (2005); Lima *et al.* (2022); Sampaio *et al.* (2011); Elias (2008); Maldonado (2009); Souza e Klein (2019); Sansolo e Bursztyn (2009); Silva e Castriota (2018); Blanco (2004). Nas Políticas Públicas: Hallack *et al.* (2011); Irving (2009); Fonseca (2002); Teixeira (2019); Pinto (2022); Moraes *et al.* (2017); Faxina e Freitas (2020); Fabrino (2013); Neuhaus e Silva (2006); Graciano e Holanda (2020); Raposo (2014); Fabrino *et al.* (2016); Araújo (2011) e Costa (2013). Já no tocante à temática Organizações Comunitárias e Empreendedorismo foram utilizados os estudos de: Irving (2009); Mielke (2009); Mielke e Pegas (2013); Santos e Braghini (2020); Nassif *et al.* (2020); Parente *et al.* (2011); Cowling *et al.* (2015); Chaves e Gehlen (2019) e Alves (2020) e por fim, nos temas associativismo e economia solidária, foram utilizados os estudos de: Damásio (2014); Viegas (2004); Freire (2011); Balem (2016); Irving (2009); Singer (2000); Nagem e Silva (2013); Corraggio (2007); Maturana *et al.* (2018); Rêgo (2014); Soares (2011).

Como expoente da complementação, foi feito buscas por informações em relatórios, reportagens, revistas, filmes, gravações, fotografias, diversos materiais de divulgação. Em se tratando da pesquisa documental, ela possui uma familiaridade com a pesquisa bibliográfica, o que as diferenciam são a natureza de suas fontes. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2010) se submete às contribuições de diferentes autores com finalidades específicas, a pesquisa documental recorre a materiais diversos que não passaram por um tratamento analítico.

Em decorrência dos poucos artigos relacionados ao TBC, na área de abrangência do estudo, esta pesquisa é classificada de caráter exploratório, uma vez que se constatou uma carência de estudos que validem as considerações científicas. De acordo com Dencker (2004, p. 124), este tipo de pesquisa caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo, em

geral, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares. Portanto, a abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, exige do pesquisador, certamente, um maior aprofundamento, número de informações e descrição do que foi levantado para um entendimento mais completo e real do fenômeno que está sendo estudado, a fim de elucidar uma descrição detalhada do que foi observado em campo.

Neste sentido, a fundamentação teórica da dissertação foi estruturada em forma de texto obedecendo a seguinte forma: primeiro, uma contribuição acerca do Turismo e sobre a Ruralidade como possibilidades para o Turismo de Base Comunitária; segundo, contextualizando os principais marcos e referências das políticas públicas estruturantes para o TBC; terceiro, observado a relevância da participação nas organizações sociais e a importância do empreendedorismo; por fim, contextualizado sobre a abordagem e as convergências a respeito do tema associativismo e a economia solidária, como mecanismos de desenvolvimento.

2.3 Instrumentos e Técnicas de Pesquisa

Inicialmente, a pesquisa foi fundamentada por meio de uma revisão bibliográfica e documental, com a intenção de consolidar o arcabouço teórico e sustentar as categorias de análise. Essa fundamentação teórica fornece uma base robusta para o desenvolvimento da pesquisa, além de nortear o percurso metodológico a ser seguido na pesquisa de campo, que foi realizada com a sequência de acontecimentos.

Os referenciais teóricos foram baseados em livros, artigos científicos, dissertações, teses e periódicos de autores especializados nas categorias centrais desta pesquisa. A pesquisa documental incluiu uma análise de relatórios fornecidos por dois gestores municipais de Barra de São Miguel, materiais provenientes de projetos, anotações de uma antiga moradora local e informações coletadas em sites de internet, complementando as demais fontes de coleta de dados.

O segundo momento da pesquisa corresponde ao trabalho de campo, que consiste no levantamento de dados, através de técnicas de observação participante, entrevistas e aplicação dos questionários semiestruturados, participação e aplicação de oficinas coletivas, rodas de conversas, registros de imagens e vídeos. Além destas diferentes técnicas de coleta de dados, a cada visitação foi feito o registro no diário de campo, afim de anotar curiosidades e peculiaridades encontradas na área de estudo.

Para ampliação dos entrevistados no momento da aplicação dos questionários, a técnica Snowball (bola de neve), foi utilizada, onde os entrevistados indicaram outros que possuem o perfil ou características de acordo com o objeto da pesquisa. Por meio do questionamento "Quem

na comunidade conhece a sua história e o que eles esperam para que ocorra o desenvolvimento do turismo?", os entrevistados sugeriram outros sujeitos para participarem do estudo. Dessa forma, foi possível alcançar pessoas menos conhecidas ou de difícil acesso, uma vez que de acordo com Bockorni e Gomes (2021), esse tipo de amostragem é relevante em estudos que optam por amostras não probabilísticas em pesquisas de natureza qualitativa.

Após a identificação do grupo interessado em participar da pesquisa e a aplicação dos métodos e abordagens propostas, foi elaborado um diagnóstico que permitiu destacar tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos, além das forças competitivas e desafios enfrentados pela comunidade. Esse processo possibilitou o mapeamento e a compreensão da área, assim como a identificação de obstáculos e oportunidades relacionadas às potenciais experiências turísticas e à atenção na memória cultural e nos hábitos locais.

O primeiro contato com a comunidade se deu de forma informal no segundo semestre de 2023, quando foi realizado o reconhecimento da área de estudo, analisado o ambiente natural e a rotina diária da comunidade, buscado identificar os cinco indivíduos-chaves, anteriormente pesquisados em sítios eletrônicos e que apresentam/representam a comunidade: 1) atual presidente da associação das ostras; 2) o presidente da associação dos apicultores; 3) a antiga presidente da associação dos moradores, das ostras e dos apicultores; 4) a ostreicultora com notável conhecimento do senso comum e; 5) a diretora da creche escola. Nestes momentos também foram estabelecidos contatos com a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação – SMDSTH e a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços – SMTICS da Barra de São Miguel.

Após a aprovação e certificação do parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa – CEP, conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE nº 78606524.3.0000.8042 e Número do Parecer: 6.796.590, foi iniciada a pesquisa de campo, realizada no período de junho de 2024 a setembro de 2024. O processo da pesquisa foi dividido em três locais: o primeiro, na comunidade, o segundo na Barra de São Miguel/AL e, o terceiro em Maceió/AL. Isto porque se buscou entrevistar não apenas os moradores da comunidade, mas também, parceiros governamentais e não-governamentais para uma posterior triangulação entre atores e dados.

Para a realização do trabalho de campo, o primeiro passo foi a escolha dos sujeitos da pesquisa. No início já havia o reconhecimento de 05 indivíduos-chaves que poderiam direcionar a outros atores a partir da técnica snowball (bola de neve), conseguindo como consequência, chegar a novos potenciais entrevistados. Na presente pesquisa foram entrevistados 46

moradores, 03 membros de instituições governamentais e 04 membros das instituições não governamentais. Como já se conhecia parcialmente o contexto da comunidade, ante a prática em campo, foi definido então a criação de três grupos: 1) Moradores; 2) Instituições não governamentais e; 3) Instituições governamentais, conforme Quadro 6, abaixo.

Quadro 6 - Descrição dos grupos de participantes da pesquisa.

Grupo de Atores	Nº de entrevistado	Quem/Qual	Local da entrevista
Moradores	46	-Residentes da Reserva Palateia -Proprietário do Restaurante Paraíso das Ostras -Proprietário do Restaurante Ostras do Paraíso -Presidente da Associação Paraíso das Ostras -Presidente da Associação dos Apicultores da Palateia	Reserva Palateia
Instituições não governamentais	04	-Diretor da Associação Uniprópolis	-Estação Ambiental Braskem
		-Secretário da Instância de Governança Caminho das Águas	-Sede da Instância
		-Zootecnista do SENAR	-Reserva Palateia
		-Engenheira de Pesca do IABS	-Reserva Palateia
Instituições Governamentais	03	-Secretária de planejamento e infraestrutura da SETUR/AL	-Sede da SETUR Estadual
		-Secretária Municipal de Turismo	-Sede da Secretária Municipal de Turismo
		-Secretária Municipal de Assistência Social	-Sede da Secretária Municipal de Assistência

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O foco principal da pesquisa está na perspectiva da comunidade em relação ao turismo e como esta pode lidar com as influências que as atividades turísticas podem provocar no seu cotidiano e as possíveis atividades a serem desenvolvidas. O turismo na Palateia no período da pesquisa de campo se apresentou incipiente e constatou-se que a recepção de turistas ocorre de maneira esporádica, sendo composta, em sua maioria, por visitantes curiosos que chegam por conta própria, muitas vezes devido à visita de algumas celebridades na Reserva, o que trouxe certa notoriedade à localidade.

Os moradores relatam que o fluxo de turistas é ligeiramente maior durante o verão, e lembram que, entre 2010 e 2015, "era muito diferente, chegava até ter ônibus de turismo", mas que "hoje já não é mais assim". Durante o período da pesquisa de campo, realizado de junho a

setembro, não houve um número significativo de turistas, uma vez que esse período coincide com a estação chuvosa. Assim, não foi possível realizar uma análise da percepção dos turistas sobre a localidade, suas motivações, perfil socioeconômico, hábitos de viagem, além dos elementos que consideram valorizados e que esperavam encontrar como atrações turísticas.

Compreendendo essas variáveis para a definição da abordagem em campo, foram realizadas entrevistas com os grupos definidos, utilizando roteiros semiestruturados, contendo perguntas abertas e fechadas. Todas as entrevistas seguiram o padrão exigido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a devida autorização para o uso de imagem e voz. Os questionários e o roteiro estão disponíveis nos apêndices, D, E e F.

As pesquisas de campo normalmente ocorreram em visitas semanais, iniciadas em 6 de junho, encerrando com a oficina participativa de construção coletiva do roteiro no dia 12 de setembro de 2024. Durante as visitas à Reserva Palateia, aplicaram-se os questionários e foi implementada de forma mais efetiva a técnica do *snowball*. Além disso, a observação participante mostrou-se essencial para compreender a realidade do grupo de maneira imersiva, captar detalhes não verbalizados e construir uma relação de confiança. As rodas de conversa foram igualmente importantes para promover o diálogo coletivo, fomentar a troca de saberes e coletar dados sobre preocupações e valores compartilhados. Essas técnicas qualitativas ajudam no desenvolvimento de abordagens integradoras e de estudos relacionados as realidades sociais, que auxiliam na compreensão e contextualização, favorecendo assim, uma análise profunda do fenômeno estudado.

Figura 2 - Visita e realização de entrevistas com moradoras da Reserva Palateia.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

As entrevistas foram conduzidas em diferentes ambientes (Figuras 2, 3, 4) e momentos, ocorreram principalmente em residências de moradores, em sedes de instituições governamentais e não governamentais e, em alguns casos, durante algumas ações realizadas na comunidade.

Figura 3 - Secretária do turismo da Barra de São Miguel/AL.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 4 - Sede da Instância de Governança Caminho das Águas, Secretário e a pesquisadora.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Alguns aspectos abordados junto aos residentes da comunidade entrevistados foram:

- a) O perfil socioeconômico;
- b) A história e o cotidiano da comunidade;

- c) O que eles acham que deve melhorar na comunidade;
- d) A relação deles em relação ao acesso de políticas públicas;
- e) Se estão vinculados a alguma associação local;
- f) Percepção acerca do que é o turismo e as potencialidades locais;
- g) Se tem interesse em desenvolver atividades voltadas para o turismo;
- h) Importância da tradição para as futuras gerações.

Através das entrevistas e conversas informais foi possível acessar o dia a dia, as limitações, as relações sociais, as necessidades e expectativas acerca da prática do turismo naquela localidade. Quanto aos questionários aplicados com os gestores das instituições governamentais ou não governamentais, destacaram-se:

- a) Políticas públicas implantadas na comunidade;
- b) O que existe de planos futuros planejados para a comunidade
- c) Quais os impactos e benefícios da ação de instituições governamentais e não governamentais na Palateia
- d) Como é a participação e envolvimento da comunidade nas ações externas propostas pelas instituições governamentais e não governamentais

Inicialmente, a proposta de produto tecnológico para esta pesquisa envolve a construção coletiva de uma logomarca, com o objetivo de fortalecer a identidade local e as conexões comunitárias. No entanto, essa ideia foi descartada pela pesquisadora, uma vez que a criação de uma logomarca já estava contemplada em outros projetos de investimentos propostos pela Secretaria de Turismo (SETUR) estadual, como parte da estratégia de promoção, ordenamento, estruturação e divulgação da localidade.

A proposta de criação do roteiro foi apresentada aos moradores em diferentes momentos da pesquisa de campo, nas entrevistas, rodas de conversa e na aplicação dos questionários. A maioria dos participantes expressou a opinião de que o turismo é a principal alternativa de desenvolvimento para a comunidade. Durante esses encontros, foi questionado quem teria interesse em participar de uma oficina para a criação do roteiro de forma coletiva e participativa. Muitos moradores mostraram interesse em participar da oficina e mesmo os que não demonstraram interesse em participar defenderam o turismo como uma estratégia impulsionadora do desenvolvimento local. O processo de criação do roteiro seguiu as seguintes etapas:

- 1) Identificação dos interessados no tema e potenciais participantes para oficina de criação do roteiro;
- 2) Sensibilização da comunidade;

- 3) Elaboração dos slides;
- 4) Agendamento da oficina na creche escola da comunidade;
- 5) Envio de mensagens para os interessados específicos confirmando o agendamento da oficina;
- 6) Aplicação de oficina;
- 7) Realização inicial de um diagnóstico, identificando os pontos positivos e negativos, as forças competitivas e os principais desafios encontrados que pudessem comprometer a elaboração do roteiro;

A oficina de construção do roteiro ocorreu no dia 12 de setembro de 2024, na Creche Escola Leonor Wendborn Iafelice, pela manhã, e contou com a participação de 12 moradores, conforme figuras 5 e 6. O objetivo foi engajar os moradores no processo de desenvolvimento turístico local, promovendo a participação ativa e valorizando o conhecimento da comunidade sobre sua cultura, história e recursos naturais.

Figura 5 - Oficina Coletiva para a elaboração do Roteiro.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 6 - Oficina Coletiva, para elaboração do Roteiro.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Na oficina realizada na Palateia, foram criadas oportunidades de estabelecer um espaço colaborativo para planejar e organizar uma oferta turística de maneira mais realista e sustentável. A pesquisadora iniciou o processo explicando sobre a importância do turismo para o desenvolvimento local, destacando os princípios e características do turismo de base comunitário, além da relevância dessa abordagem para o crescimento da Palateia. Foi apresentado um mapa desenhado em cartolina, permitindo que os participantes identificassem o espaço geográfico da comunidade. Isso levou a uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos turistas na locomoção dentro da comunidade, especialmente devido à ausência de um ponto de apoio turístico e de sinalização que indiquem aos atrativos.

Em seguida, foi incentivada a participação dos moradores por meio da rememoração de momentos importantes, desde os primeiros povoamentos até os dias atuais, com o intuito de promover uma apropriação da própria história, fortalecer a autoestima e desenvolver uma identidade coletiva com a comunidade. O objetivo foi criar uma linha do tempo para que os participantes se registrassem na história local. Uma das moradoras mais antigas, que possui registros da história local, teve uma participação destacada, oferecendo informações sobre diversos períodos e aspectos econômicos e sociais relevantes para a formação da comunidade.

Posteriormente, discutiu-se o conceito e a importância de um roteiro turístico como ferramenta de planejamento, ordenamento e participação. O roteiro pode tanto favorecer o principal passeio atualmente ofertado, que é a visita ao criatório de ostras, quanto estimular novas possibilidades de atividades turísticas a serem desenvolvidas na Palateia, além da criação de novos produtos turísticos na comunidade.

Nesse momento houve grande interesse dos participantes e um morador, que residiu na comunidade na infância e que desde 2016, vindo da cidade de São Paulo, vive na Palateia, apresentou um projeto próprio. Este projeto propõe sugestões em diversas áreas, como turismo, infraestrutura, segurança, educação e meio ambiente, utilizando a oficina para explicar sua visão sobre as melhorias para a Palateia. Outra moradora, reconhecida por seu conhecimento sobre a comunidade, complementou as sugestões. A partir desse momento, todos os participantes começaram a contribuir e aprimorar as sugestões e as propostas foram registradas, e a pesquisadora explicou sobre a hierarquização dos atrativos, destacando os tipos e as possibilidades atualmente disponíveis na Reserva. No entanto, não foi possível desenvolver uma prática de oficina intitulada "O que sei e o que posso fazer, através das minhas mãos", já que o horário coincide com a saída das crianças da creche escola e os compromissos profissionais.

A oficina foi encerrada com a exibição de dois vídeos sobre a comunidade Chã de Jardim, localizada no município de Areias/PB. A motivação para exibir esses cases de sucesso se deu pelo fato de que alguns dos participantes já terem tido contato com Luciana Balbino, idealizadora do processo de inclusão do TBC na comunidade e que as tem como fonte de inspiração.

As técnicas utilizadas durante as oficinas conectam os planejadores, agentes e a comunidade da Palateia, facilitando o intercâmbio de informações e a verificação dessas informações por todos os grupos da comunidade. Esse processo permite estabelecer vínculos importantes por meio da participação ativa. Envolver a comunidade nas etapas de planejamento para o desenvolvimento turístico é essencial para garantir que o turismo seja uma força positiva, promovendo um sentimento de pertencimento e empoderamento. Dessa forma, a comunidade pode se tornar capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico, social e cultural de maneira equitativa e sustentável.

A pesquisadora também participou de outras atividades organizadas pelo SEBRAE-Alagoas junto à comunidade, incluindo um workshop de aplicação da metodologia em três fases, na qual a comunidade será acompanhada de forma contínua e por um período mais longo pela instituição. Outras ações de intervenção propostas pelo SEBRAE-Alagoas incluem a contratação de consultores especializados para a criação de novos produtos turísticos, com o objetivo de ampliar a oferta turística local. Esses novos produtos combinam bens e serviços, criando experiências integradas para os turistas, como passeios, atividades culturais e gastronômicas. Além disso, outro consultor foi contratado para realizar o estudo da capacidade de carga da área, com o intuito de garantir a sustentabilidade e a qualidade da experiência turística, preservando o ambiente natural, cultural e social da comunidade.

Para complementar o processo de coleta de dados, a observação participante foi utilizada para acompanhar a rotina da comunidade e observar seu comportamento durante as visitas externas. Essa técnica consiste em estar presente e participar do cotidiano do grupo analisado. Pereiro e Fernandes (2018, p. 153) destacam que “a observação participante implica participar na vida cotidiana do grupo humano a estudar, para compreender as lógicas locais e o significado sociocultural das suas práticas”. A interação é condição essencial para a observação participante, e em alguns momentos a pesquisadora foi incluída como participante da situação. Exemplos dessas interações incluíram a vivência no apiário (Figura 7), almoços com membros da comunidade, apoio na distribuição de cestas básicas — uma ação promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SMDSTH) — ou simplesmente em conversas informais, acompanhadas por um bom caldinho de mocotó esquentando a conversa.

Figura 7 - Técnica do SENAR, pesquisadora e Presidente da Associação dos Apicultores durante experiência no apiário.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Durante os momentos de imersão com a comunidade, o diário de campo foi utilizado para registrar de forma sistemática as impressões e observações da pesquisadora. O uso de um diário de campo em uma pesquisa é uma prática valiosa para coletar e organizar dados qualitativos, especialmente em estudos etnográficos, antropológicos, sociológicos, e em outras áreas que envolvem observação participante ou trabalho de campo, além de poder enriquecer a qualidade da pesquisa, oferecendo mais profundidade e contexto aos dados coletados. Esta ferramenta foi essencial para documentar tudo o que foi observado, escutado e percebido ao

longo do processo de coleta de dados. Além de auxiliar na análise e interpretação das informações, o diário também funcionou como uma memória auxiliar, permitindo ao pesquisador revisitar momentos específicos do estudo e recuperar detalhes que poderiam ser esquecidos, o que contribuiu significativamente para a profundidade e o rigor da pesquisa.

A etapa final da análise dos dados coletados discorrerá sobre as futuras intervenções e novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico e cultural na comunidade, abordando também as possibilidades de criação de novos atrativos turísticos, como forma contributiva para o desenvolvimento do TBC. Os dados obtidos em todas as fases da pesquisa foram tratados à luz dos referenciais teóricos que exploram a prática do turismo de base comunitária (TBC) em comunidades tradicionais, com foco na geração de emprego e renda, inclusão social e valorização cultural. Esses dados permitiram identificar as demandas específicas da comunidade, orientar o planejamento de ações sustentáveis e tentar promover o fortalecimento da economia local. Além disso, o tratamento dos dados contribuiu para a construção coletiva de um roteiro turístico sustentável, baseado nos princípios de desenvolvimento econômico inclusivo e ambientalmente responsável. Assim, foi possível alinhar as intervenções propostas com as necessidades e potencialidades da comunidade, garantindo que o turismo se torne uma possível ferramenta de transformação social e de preservação dos recursos naturais e culturais.

3. COMUNIDADE PALATEIA, TBC E PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

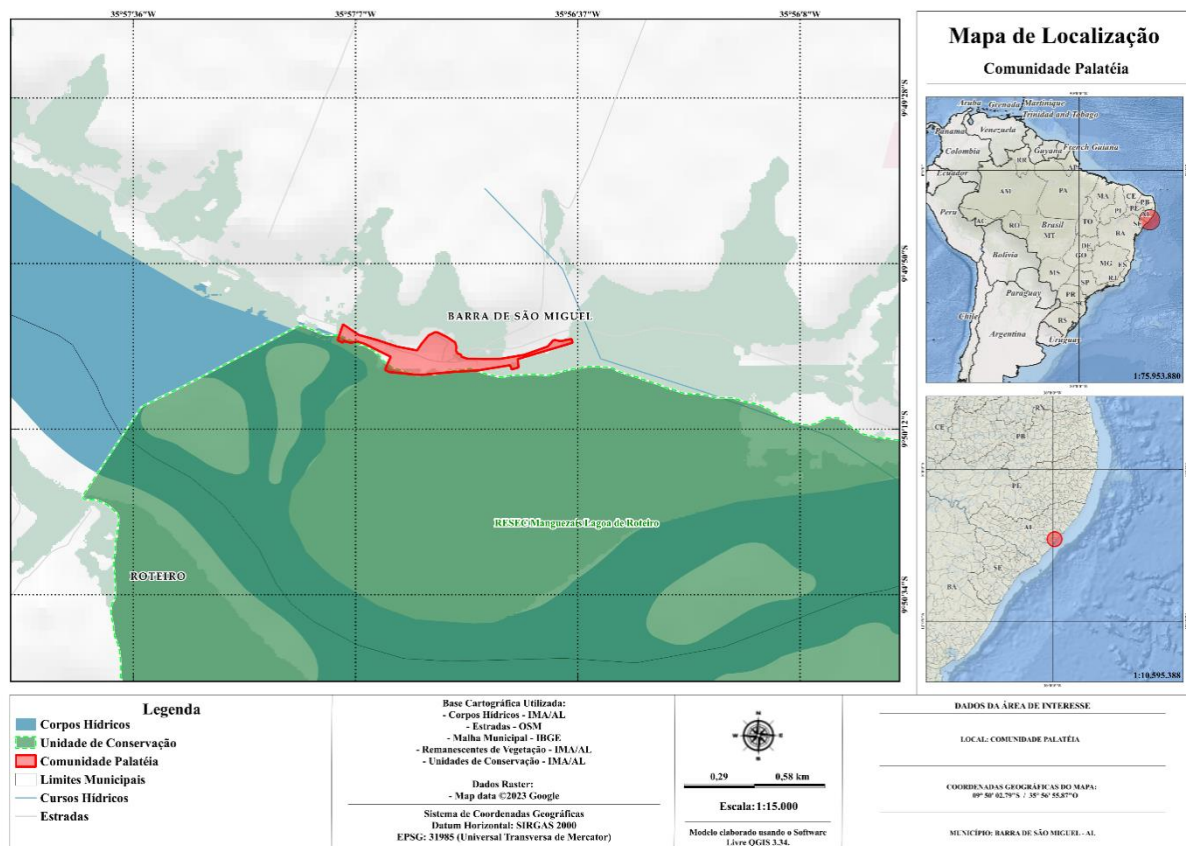
Este capítulo versa sobre uma análise da comunidade Palateia, objeto de estudo desta pesquisa, buscando compreender suas potencialidades naturais e humanas, bem como sua organização territorial, social e econômica. A partir da investigação dos aspectos que caracterizam a localidade, foram abordadas as relações socioeconômicas, o cotidiano da comunidade e as intervenções institucionais que estão moldando seu desenvolvimento. Neste capítulo será apresentado a importância da cadeia produtiva das ostras, que desempenhou um papel crucial na formação histórica e econômica da comunidade, culminando na avaliação das perspectivas e desafios para a implantação do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva Palateia.

Assim neste capítulo, apresenta-se no subcapítulo 3.1 a caracterização da área de estudo; no 3.2 a dinâmica socioeconômica, o cotidiano e as intervenções institucionais; no 3.3 a relevância da cadeia produtiva das ostras como fator determinante para o desenvolvimento do turismo na Reserva Palateia e por último as perspectivas e os desafios para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na Reserva Palateia,

3.1 Caracterização da Área de Estudo

A Barra de São Miguel, conforme a Figura 8 abaixo, situada na mesorregião do leste alagoano e microrregião da capital Maceió, está a aproximadamente 30,2 km de Maceió (INSTITUTO ARNON DE MELO, 2006, p. 30), apresentando uma área de 74,244 km² e uma população de 7.944 habitantes, conforme o censo do IBGE de 2022. Situado na zona da mata nordestina, o município faz fronteira com Marechal Deodoro, Roteiro e São Miguel dos Campos, estando a 13 km ao sudoeste de Marechal Deodoro, a maior cidade próxima. A região costeira da Barra de São Miguel é rica em diversidade geográfica, incluindo planícies litorâneas, recifes de corais, manguezais, restingas dunas, lagunas e tabuleiros costeiros (Carvalho, 2021). O relevo é caracterizado por colinas de topo plano e falésias próximas à costa, e o clima é classificado como megatérmico sub-úmido, com temperaturas médias mensais entre 24°C e 28°C e uma precipitação anual em torno de 1.400 mm.

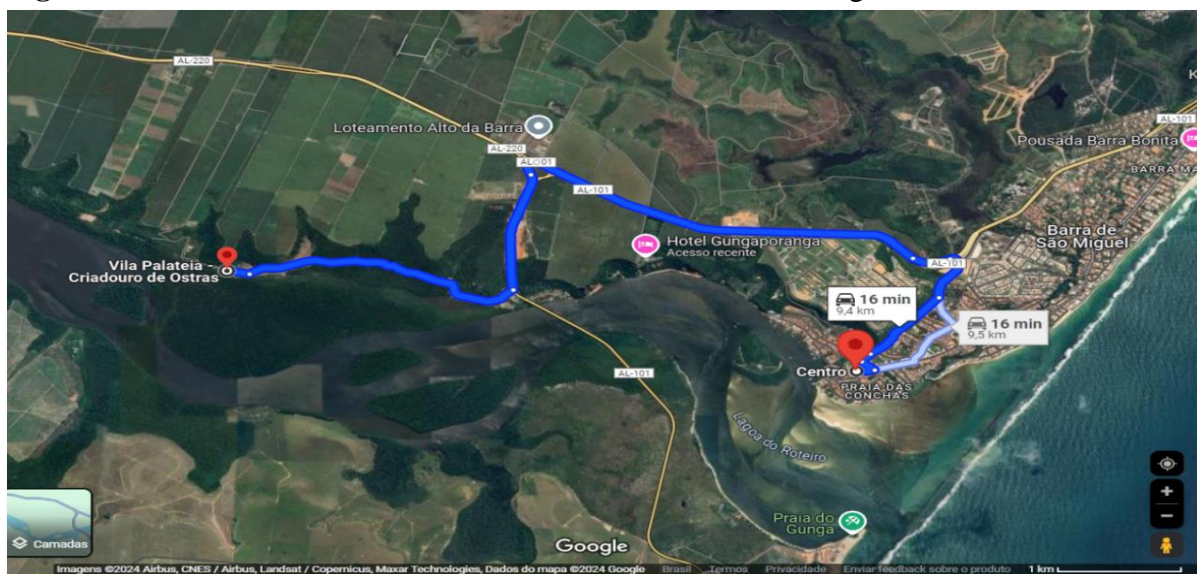
Figura 8 - Localização da comunidade Palateia e do município da Barra de São Miguel, Alagoas.



Fonte: Instituto de Meio Ambiente (2024).

A comunidade Palateia está inserida em uma reserva extrativista na zona rural da Barra de São Miguel/AL e faz parte da Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa do Roteiro, instituída pelo Decreto Estadual, N° 32.355, de 03 de junho de 1987. A comunidade está localizada na divisa da Barra de São Miguel com o município de Roteiro/AL, no Litoral Sul de Alagoas, estando há uma distância de 9,5 km ao sul, do centro urbano do município da Barra de São Miguel/AL (Figura 9).

Figura 9 - Distância entre o centro da Barra de São Miguel e a Reserva Palateia.



Fonte: Google Maps (2024).

O acesso até a comunidade é através de uma estrada vicinal às margens da rodovia estadual AL 101 Sul e como indicação até a localidade, existe placa de sinalização turística indicando o trajeto, conforme o sistema referencial turístico, como também, outras placas com informações diversas que indicam o acesso até a localidade, conforme a Figura 10. A distância da rodovia estadual até a comunidade é de 3 km por uma estrada de barro em todo o seu percurso, o que torna seu acesso difícil em períodos chuvosos.

Figura 10 - Imagem das placas indicativas para o acesso a Reserva Palateia.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Outra alternativa de acesso à comunidade é por transporte hidroviário, através da Laguna do Roteiro, embora não sendo utilizada, existe a opção de desembarque nas três camboas disponíveis (figuras 11 e 12). Ao longo dos 230 quilômetros do litoral de Alagoas, existem diversas áreas estuarinas e lagunares, que abrigam extensos ecossistemas de manguezais com características ecológicas semelhantes. Entre esses estuários, destaca-se a Laguna do Roteiro, situada entre os municípios de Roteiro e Barra de São Miguel, que recebe o aporte fluvial da bacia de drenagem do rio São Miguel (Carvalho, 2011).

Figura 11 - Última Camboa que dá acesso à comunidade pela Laguna



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 12 - Camboa do meio que dá acesso à comunidade



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Com uma área de 129,8 quilômetros quadrados e situada a uma altitude de 32 metros acima do nível do mar, a Laguna do Roteiro encontra-se entre a foz do Rio São Miguel e o Oceano Atlântico (Santos, 2011). As margens desta laguna são compostas quase que totalmente por manguezais, entremeadas por resquícios de mata atlântica e plantações de cana de açúcar e pastos. Nestas margens emerge a tradicional comunidade Palateia, que está localizada em uma área que faz parte da Reserva Ecológica de Manguezais da Laguna do Roteiro (RESEX de Roteiro), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, com 748 hectares de mangue, inserida no bioma Mata Atlântica e em unidades de paisagem de tabuleiros costeiros. Apresenta uma rica biodiversidade na sua fauna e flora, várias nascentes, constituindo um rico patrimônio humano e natural.

Não existem registros formais sobre a formação do núcleo de povoamento da Reserva Palateia, que inicialmente era denominada Comunidade do Mangue. Segundo Santos (2011), a comunidade teve origem em um aglomerado de casebres construídos por pescadores nômades que se deslocavam sazonalmente. Por outro lado, é necessário mencionar que a maioria das construções foram realizadas de forma irregular, sem qualquer tipo de licença, o que dificulta o monitoramento e a coleta de dados.

Durante o trabalho de campo foram realizadas rodas de conversas com os moradores (Figura 13), que relataram que a Reserva Palateia surgiu há uns cinquenta anos atrás, porém, em relação aos primeiros grupos familiares que chegaram na comunidade, não há um consenso. Alguns moradores afirmam que a Reserva Palateia foi inicialmente povoada por 03, 04 ou até 05 grupos familiares. Embora não haja uma precisão quanto ao surgimento e início do povoamento da Palateia, todos os entrevistados afirmaram que seus ascendentes de alguma forma habitaram naquela localidade.

Figura 13 - Roda de conversa, restaurante Ostra do Paraíso



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Uma das moradoras registrou em um caderno (Figura 14), a história do povoamento da localidade. Nas palavras dessa moradora: “Há mais de 58 anos atrás, não tinha energia, só existiam três famílias, uma que trabalhava na fábrica de tecidos em São Miguel dos Campos, município que faz divisa e morava em um barraquinho, o Zé Dora e a sua mãe, dona Dora, os meus pais e eu, que tinha um aninho. Então, aqui era tudo mato e essas casas eram de pau a pique e, era muito sofrimento. Chegaram também a família da dona Zal, que até hoje estão aqui. Meus pais saíram daqui e eu voltei quando tinha 34 anos”.

Figura 14 - Caderno de registro sobre o início do povoamento da Reserva Palateia.



Fonte: Moradora da Reserva Palateia (2023).

Conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SMDSTH, 2021), a Comunidade tem uma população em torno de 500 habitantes, tendo a pesca como principal atividade econômica, seguida da agricultura, do extrativismo vegetal, da apicultura, do pequeno comércio local e da prestação de serviços informais. Aproximadamente mais de 50% das famílias residentes na comunidade dependem de programas governamentais, seja na esfera municipal, estadual ou federal, conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SMDSTH, 2021).

A comunidade pesqueira da Palateia, desde os primeiros núcleos de povoamento, tem enfrentado condições de vida desfavoráveis (Santos, 2011). Esse quadro é intensificado pelo elevado crescimento populacional observado desde a década de 1960 até os dias atuais, marcado pela falta de planejamento adequado e pela exploração predatória do meio ambiente por ações antrópicas descontroladas (Santos, 2011).

Um dos principais desafios da região é a forte dependência de atividades econômicas que não absorvem toda população local, a exemplo da pesca extrativista, que vem sendo

explorada de forma desordenada e predatória. A comercialização de mariscos e pescados, em muitos casos, ocorre por meio de atravessadores, o que intensifica a exploração excessivamente. No entanto, a prática de cultivo e venda de ostras se diferencia, destacando-se pelo maior profissionalismo, controle de produção, qualidade e regular.

Além das questões relacionadas à pesca, a apicultura e a produção de seus subprodutos ainda são atividades subexploradas, carecendo de maior profissionalismo, tanto em relação à qualidade dos processos produtivos quanto na adaptação dos produtos para que possam ser reconhecidos e comercializados de forma eficiente. Essa falta de desenvolvimento em setores alternativos reflete diretamente nos desafios sociais enfrentados pela comunidade.

A falta de estímulo e as dificuldades econômicas, que levam muitos jovens a trabalhar mais cedo para ajudar na geração de renda da família, têm dificultado que parte da população mais jovem continue seus estudos, o que impacta diretamente a principal atividade econômica local, a pesca, limitando o crescimento e a inovação.

A centralização da economia na cultura dos mariscos e nos auxílios governamentais pode trazer desafios ao desenvolvimento sustentável da comunidade a longo prazo. A falta de diversificação econômica pode aumentar sua vulnerabilidade, além de influenciar a dinâmica social, gerando possíveis disparidades econômicas entre os envolvidos na maricultura e aqueles que dependem principalmente dos subsídios governamentais para se sustentar

. Esses fatores podem contribuir para a percepção de desigualdade e criar crescentes reações de tensões dentro da comunidade.

No centro urbano do município da Barra de São Miguel, o desenvolvimento tende a ocorrer de maneira mais acelerada em comparação à comunidade da Palateia, resultado de diversos fatores estruturais e econômicos. Nas áreas urbanas, observa-se uma maior concentração de investimentos em infraestrutura, serviços, comércio e tecnologia. Além disso, a presença de uma rede de transporte mais ampla facilita o fluxo de bens e pessoas, atraindo uma população maior e, consequentemente, gerando mais oportunidades de emprego, o que contribui para o crescimento econômico local.

A distribuição territorial e os problemas socioeconômicos podem ser o ponto chave para compreender as desigualdades que existem dentro do município tanto no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas e oportunidades de emprego, quanto na oferta de serviços públicos, infraestruturas e equipamentos, o que pode favorecer o afastamento populacional gradual do seu local de origem, levando-os a buscar trabalho em outras atividades e nos centros urbanos (Santos, 2011).

As comunidades tradicionais, como a Palateia, frequentemente enfrentam obstáculos decorrentes da falta de acesso a recursos essenciais para o desenvolvimento local. Nessas áreas, as atividades econômicas costumam ser restritas e baseadas em práticas de subsistência, como a pesca e seus subprodutos, a agricultura e a comercialização em pequena escala dos produtos da própria comunidade. Esse cenário limita o potencial de crescimento sustentável a longo prazo e contribui para a manutenção de uma economia menos diversificada.

Uma alternativa para promover a integração da população local e mitigar o êxodo rural em direção ao centro urbano de Barra de São Miguel ou a outros municípios próximos é o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). Essa modalidade de turismo apresenta um potencial significativo na comunidade, que se destaca pela capacidade de oferecer ao visitante experiências genuínas, complementadas pelas belezas naturais da região. Diferentemente do turismo de massa, que historicamente concentrou esforços na construção de infraestrutura básica e no acesso a destinos prioritários, como as praias, o TBC pode equilibrar o desenvolvimento ao incluir áreas rurais, tradicionalmente negligenciadas, favorecendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do turismo.

Nesse contexto, a comunidade da Palateia, com seu potencial natural e cultural ainda pouco explorado, representa uma oportunidade de diversificação econômica por meio do turismo. Uma elaboração de roteiros turísticos que valorizam o ambiente local, as tradições culturais e os modos de vida da comunidade pode gerar uma fonte de renda complementar e contribuir para uma nova abordagem turística no município. Como a Barra de São Miguel já é reconhecida como um destino de sol e praia, o TBC oferece uma oportunidade para ampliar a oferta turística da região de forma sustentável, atraindo investimentos para a infraestrutura local, processo que já está em andamento, e incentivando a valorização do patrimônio natural e cultural. Assim, o turismo comunitário pode promover um desenvolvimento mais equilibrado, facilitando as disparidades em relação ao centro urbano.

3.2. Dinâmica socioeconômica, o cotidiano e as intervenções institucionais

Considerado como um espaço crucial para as relações sociais, construção de sociabilidade e convivência, a dinâmica social local é influenciada pela interação entre os residentes da comunidade mais antigos e os provenientes dos municípios circunvizinhos. Essa interação pode ou não trazer benefícios a comunidade, proporcionando ou não uma diversidade socioeconômica e cultural. Essa troca pode atender às diversas necessidades e características, resultando em uma mescla de elementos socioeconômicos e culturais entre os residentes tradicionais e os novos, que trazem consigo traços do meio urbano.

Devido à ausência de dados específicos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a localidade em questão, foram solicitadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SMDSTH) informações que permitissem uma melhor compreensão do perfil socioeconômico da região. Essa solicitação teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a área de estudo e captar a realidade local de forma mais precisa. O levantamento realizado pela SMDSTH em 2022 identificou 131 unidades habitacionais (UH), das quais 91 eram construídas em alvenaria e 40 em barro com madeira (taipa). Quanto à propriedade, 59 dessas UH pertenciam aos próprios moradores, enquanto as demais estavam alugadas, cedidas ou em outras situações. Entre as 131 UH na Palateia, 90 foram avaliadas (Quadro 7) em termos da composição familiar, conforme o quadro abaixo.

Quadro 7 - Composição familiar por unidade habitacional (UH) em 90 UH avaliadas

UH's avaliadas	Quantos residentes	Total de residentes
10	01 residente	10 residentes
22	02 residentes	44 residentes
17	03 residentes	51 residentes
20	04 residentes	80 residentes
09	06 residentes	54 residentes
09	05 residentes	45 residentes
01	07 residentes	07 residentes
02	08 residentes	16 residentes
Total: 90 UH'S		Total: 307

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação -SMDSTH, da Barra de São Miguel/AL (2022).

O Quadro 7 acima, apresenta um panorama da composição familiar encontrada nas unidades habitacionais avaliadas, sendo algumas dessas famílias, segundo a SMDSTH, beneficiadas com alguma política pública proveniente de programas assistenciais nas esferas do governo federal, estadual ou municipal, sendo encontradas:

- 52 famílias recebendo o benefício do programa Bolsa Família (Federal);
- 14 famílias sendo beneficiadas com o programa Criança Feliz (Federal);
- 12 famílias recebendo benefícios através do programa Criança Alagoana (Estadual);
- 30 famílias recebendo o programa do leite (Municipal);
- 11 famílias incluídas nos benefícios eventuais ofertados pelo município da Barra de São Miguel (auxílio moradia, auxílio viagem e o auxílio funeral);

- f) 131 famílias recebendo as cestas básicas mensalmente (Municipal);
- g) 30 famílias contempladas com as sopas diariamente (Municipal)

Os dados apresentados, no Quadro 7 e no parágrafo seguinte oferecem uma visão clara de quantas famílias contam com as provisões suplementares (benefícios) oferecidas por órgãos governamentais. Das 90 UH's avaliadas, mais da metade das famílias residentes recebem o benefício do programa Bolsa Família, além dos demais benefícios eventuais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o programa Bolsa Família visa garantir renda para as famílias em situação de pobreza, sendo hoje o maior programa de transferência de renda do Brasil. Integra políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Busca ainda, promover a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como esporte, ciência e trabalho (Brasil, 2024).

A comunidade em questão, como muitas outras em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, depende de programas assistenciais como o Bolsa Família para garantir o acesso a direitos básicos. Esse apoio governamental é essencial para enfrentar as dificuldades econômicas imediatas e evidenciam a importância de programas assistenciais que incluam componentes de educação e capacitação, que poderão fomentar o desenvolvimento socioeconômico, visando não apenas o atendimento de necessidades imediatas, mas também a promoção da autonomia a longo prazo

A implementação de iniciativas como o Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser uma estratégia eficaz para superar esses desafios, pois poderá promover o desenvolvimento sustentável ao valorizar os recursos naturais e culturais locais, gerando renda e oportunidades de trabalho para a população. O TBC oferece à comunidade a possibilidade de melhorar suas condições de vida, sem comprometer sua identidade cultural e ambiental. Além de diversificar a economia local, essa iniciativa pode contribuir para a diminuição da necessidade de programas assistenciais, promovendo um ciclo virtuoso de crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social.

Em 2014, quarenta e três casas de alvenaria foram entregues a alguns moradores da comunidade, substituindo algumas das casas de taipa existentes. Do total de cinquenta unidades habitacionais previstas, sete ainda não foram entregues, com previsão de conclusão até dezembro de 2024, por meio do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”. A iniciativa inicial foi executada pela ONG Brigada Verde, com financiamento da Caixa Econômica Federal. O programa Minha Casa Minha Vida, gerenciado pelo Ministério das Cidades em

parceria com os estados federativos do Brasil, oferece subsídios e taxas de juros reduzidas ou até nulas, dependendo do perfil socioeconômico, com o objetivo de tornar a aquisição de moradias populares mais acessível, tanto em áreas urbanas quanto rurais, visando reduzir o déficit habitacional do país (Brasil, 2024).

Desde agosto de 2024, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SMDSTH), através de entrevistadores sociais contratados pela Prefeitura, estão realizando um novo mapeamento na comunidade e nas demais do município, para identificar os moradores aptos ou não a serem incluídos no novo programa habitacional, bem como contemplar aqueles que não receberam suas residências em 2014.

O povoado conta com uma creche/escola municipal, dois restaurantes, três mercadinhos, duas igrejas evangélicas, um bar e a "Espaço Cultural", espaço de uso coletivo (Figura 15). Um dos restaurantes é gerido pela esposa do presidente da Associação Maricultura Paraíso das Ostras, enquanto o outro é administrado pela ex-presidente dessa associação, que também já liderou a associação de apicultores e a de moradores. A Casa de Cultura, é um espaço aberto, destinado a diversas finalidades e atualmente são realizadas oficinas de artesanato para crianças, lideradas por uma moradora. No primeiro semestre de 2024, ocorreram oficinas de crochê, organizadas por uma projetista com apoio da Lei Paulo Gustavo, envolvendo as artesãs locais culminando em um evento na Barra de São Miguel, com gastronomia, exposição, desfile e música ao vivo.

Figura 15 - Espaço Cultural Amigos da Palateia.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

A comunidade abriga uma propriedade que possui uma ampla reserva de Mata Atlântica e um lago artificial utilizado para a criação de peixes, com potencial para a implantação de um

sistema de pesque e pague voltado ao turismo. Situada próxima a uma encosta, a área também oferece condições favoráveis para o desenvolvimento de trilhas ecológicas que levam a um mirante com vista panorâmica para a laguna. Além disso, a propriedade apresenta oportunidades para a implementação de um serviço de hospedagem no formato cama e café (B&B), uma área destinada a acampamentos, espaço para a prática de terapias integrativas, holísticas ou outras práticas saudáveis e, a criação de um receptivo local, onde os anfitriões podem acolher e interagir diretamente com os visitantes.

A prefeitura municipal oferta transporte gratuito diariamente em diversos horários, disponibilizando um ônibus para que os moradores possam realizar seus trajetos e atender suas demandas diárias entre a Reserva Palateia e o centro urbano, e vice-versa, durante os três turnos. Além disso, há vans disponíveis nos três turnos, destinadas ao atendimento das necessidades dos professores que trabalham na creche-escola local e para os alunos com mais de 6 anos que estudam em escolas localizadas fora da comunidade nos bairros, principalmente do Alto da Barra e o do Centro.

Outro serviço público observado é a presença às terças-feiras de atendimento médico (clínico geral), através do programa saúde da família, além da presença diária de um agente de saúde, que dentre as suas atribuições, marca consultas e exames, entrega os resultados de exames e busca atender as demandas necessárias a promoção do bem-estar da comunidade, sendo uma ponte de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a ausência de um posto de saúde fixo. No local onde antigamente existia uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atendimento a comunidade, hoje reside temporariamente um dos apicultores locais, que se encontra na lista dos sete moradores antigos que ficaram de fora das entregas das casas, em 2014.

Atualmente, a comunidade tem recebido grande atenção por parte da Secretaria do Turismo Municipal, uma vez que a atual Secretária acredita no potencial turístico da região. Ações têm sido tomadas para aproximar a comunidade Palateia de iniciativas que são cases de sucesso no Brasil, a exemplo da iniciativa de levar até a comunidade a representante pela implantação do TBC na comunidade Chã de Jardim, localizada no Município de Areia, na Paraíba, Luciana Balbino. Durante sua visita à Palateia, a convidada compartilhou sua experiência com o processo e desafios de implantação do TBC, estreitando laços com alguns líderes locais e servindo de inspiração para futuros projetos. A atual Secretária do Turismo planeja trazê-la novamente para auxiliar nas ações de implantação do TBC na comunidade, como também tenta aproximar as instituições governamentais ou não governamentais de fomento ao turismo para o desenvolvimento de alternativas implementadoras na Reserva.

Dentro dessa perspectiva, no dia 10 de junho de 2024, na creche escola da Palateia, a SETUR estadual, juntamente com um professor da rede federal de ensino e duas representantes da empresa BEEVA Indústria, Comércio e Exportação de Mel, apresentou a comunidade o projeto de intervenção do Estado para o desenvolvimento do turismo na Reserva (Figura 16). Inicialmente, a condução das atividades foi realizada pelo professor contratado pelo Programa “Escola do Turismo de Alagoas”, que tem o objetivo de oferecer cursos e capacitações gratuitos em todo o estado, como parte de uma estratégia de políticas públicas para qualificar a mão de obra local e promover a geração de emprego e renda.

Durante o encontro, discutiu-se a importância do turismo para o desenvolvimento local e a relevância da capacitação dos participantes como processo de desenvolvimento. A oficina foi concluída com uma dinâmica em que os participantes desenharam os elementos da Reserva Palateia que melhor os representavam. Este contato inicial teve o objetivo de observar quais as necessidades da comunidade para o desenvolvimento de capacitações futuras, para melhorar o aperfeiçoamento de práticas futuras. Além disso, buscou-se alinhar essas ações à proposta de intervenções estruturantes planejadas para o futuro daquele espaço.

Em seguida, a Superintendente de Infraestrutura Logística para o Turismo da SETUR, tomou a palavra e expôs que o plano de intervenção na Palateia, com o apoio de empresários e investidores de Alagoas, estava em fase de elaboração. A primeira parte da intervenção, já com recursos financeiros aprovados, inclui a pintura das residências, em parceria com a empresa alagoana Casas das Tintas. Além disso, destacou-se o fortalecimento da governança local e a estruturação, qualificação e ordenamento das ações de desenvolvimento do produto turístico.

A superintendente explicou que na segunda etapa, ainda sem previsão de início, está planejada a melhoria dos dois restaurantes locais, a construção de uma ponte com um píer, que terá um ponto de embarque estruturado, para os passeios ao criatório de ostras. Ela destacou o uso de madeira de reflorestamento na construção dessas estruturas e que tudo será suspenso sob o mangue, a fim de minimizar os impactos negativos nos recursos naturais da região. Também foi mencionada a proposta de criação de uma depuradora de ostras, que garantiria a comercialização de ostras certificadas com baixa carga microbiana, com maior qualidade comercial. Ainda foi apresentada a ideia de criar uma loja de artesanato na comunidade, com os produtos produzidos na comunidade e demais souvenirs. No entanto, parte dessas intervenções dependem de investimentos externos e da liberação da licença ambiental pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), uma vez que a área é uma Reserva Extrativista (RESEX), e o projeto ainda está em fase de estruturação e busca de investidores para formalização.

Figura 16 – Participação da pesquisadora na primeira oficina coletiva na creche Leonor Iafelice.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Na primeira oficina, foi agendado um passeio para conhecer o projeto Peixe-Boi, em Porto de Pedras/AL, a 155 km da Reserva Palateia, considerado um caso de sucesso no turismo de base comunitária em Alagoas, segundo a SETUR (Figura 17). O objetivo era promover benchmarking, permitindo que a comunidade comparasse sua realidade com a do projeto e se inspirasse. O passeio ocorreu em 14 de junho de 2024, com apoio financeiro e logístico da SETUR, contando com a presença de dez representantes da Reserva Palateia, além de outros líderes. Durante a visita, observaram processos, estratégias e ações de educação ambiental, com o intuito de aplicar novas abordagens turísticas adaptadas à realidade local.

Figura 17 - Visita ao projeto Peixe Boi, localizado em Porto de Pedras, AL.



Fonte: Portal Oficial do Governo de Alagoas (2024).

Dando continuidade às ações propostas pela SETUR para a intervenção na Reserva Palateia e à integração da comunidade nos processos de sugestões para futuras melhorias, realizou-se, no dia 17 de junho de 2024, o segundo encontro (Figura 18), novamente conduzido pelo professor da rede pública federal, contratado pelo programa “Escola do Turismo de Alagoas”. O encontro iniciou-se com uma discussão sobre a experiência de visita ao projeto Peixe-Boi, destacando pontos de interesse e possíveis aplicações na Reserva Palateia, bem como os benefícios e desafios da implementação do turismo de base comunitária (TBC) na região. Em seguida, foi realizada a "dinâmica do nó", simbolizando a importância da colaboração na resolução de problemas comunitários.

Após essa atividade, os participantes assistiram a um documentário sobre o Shopping Rural, uma iniciativa da comunidade rural de Tambaba, na Costa do Conde (PB), com o objetivo de inspirar novas oportunidades de desenvolvimento voltadas às atividades turísticas e explorar possibilidades de inovação para a comunidade local. Por fim, foram registradas as sugestões dos participantes sobre como eles imaginam o futuro da Reserva Palateia e as melhorias necessárias, para compor o plano de ação futura da SETUR.

Figura 18 - Participação da pesquisadora na segunda oficina desenvolvida pela SETUR



Fonte: Arquivo da autora (2024).

O SEBRAE Alagoas está desenvolvendo na Palateia capacitações a partir de um projeto piloto baseado na metodologia "3 Fases", que envolve o desenvolvimento humano, a capacitação para o trabalho e a geração de emprego e renda. Esse projeto exigirá um acompanhamento prolongado da comunidade, pois cada etapa requer um período de maturação, garantindo que o processo seja monitorado de perto pelo consultor contratado.

O primeiro encontro ocorreu em 05 de agosto de 2024 (Figura 19), na creche local, onde foi apresentado o conceito da metodologia e explicado como cada fase seria implantada. Durante essa reunião, também foram ouvidas as ideias dos moradores sobre cursos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do empreendedorismo na comunidade. A pesquisadora esteve

presente nesses encontros, acompanhando o processo proposto pelo SEBRAE, com reuniões subsequentes ocorridas nos dias 28 de agosto e nos dias 04, 10, 17 e 23 de setembro de 2024, durante a fase de implantação de estratégias para a primeira fase que trata do desenvolvimento humano.

Durante estas reuniões, os moradores da Palateia manifestaram a preocupação de que a implantação de um modelo já pronto de desenvolvimento do turismo, poderia não corresponder aos anseios da comunidade. Além disso, foi destacado que era importante oferecer cursos não apenas voltados para o turismo, mas também focados na segmentação e desenvolvimento de outras potencialidades comerciais. A necessidade de envolver diversos atores comprometidos no processo de construção de melhorias também foi enfatizada. Por fim, uma inquietação foi levantada em relação à proposta da SETUR estadual, que sugeria que as casas dos moradores fossem usadas como espaços para atividades comerciais, o que poderia prejudicar a privacidade dos envolvidos.

Figura 19 - Primeiro encontro SEBRAE/AL com integrantes da comunidade, apresentação da metodologia “3 Fases”.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

A pesquisadora também participou, no dia 22 de agosto, de uma entrevista com um antigo funcionário que há anos acompanha o progresso, ou a ausência dele, na Reserva Palateia. Este funcionário lidera o Projeto Orla, uma iniciativa federal voltada para otimizar o ordenamento e as atividades nas áreas costeiras (Brasil, 2022). O projeto integra diferentes órgãos do governo federal, sendo executado em colaboração com estados e municípios, que desempenham papel central na elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI).

A proposta central do Projeto Orla é promover a descentralização da gestão das regiões litorâneas e aprimorar o ordenamento costeiro no Brasil. Isso ocorre por meio de uma

colaboração efetiva entre os diferentes níveis de governo, as administrações municipais e a população local. O projeto também visa à criação de um conselho formado por diversos órgãos de interesse, incluindo integrantes das associações da Palateia, com o objetivo de construir coletivamente o PGI. Nesse processo, a comunidade foi acionada e já participou de uma primeira audiência, com o propósito de garantir seu envolvimento desde o início. A participação comunitária é fundamental para promover a apropriação do projeto e o desenvolvimento de uma governança comunitária eficiente, que poderá contribuir para ações futuras de ordenamento e monitoramento dos espaços costeiros.

Outra ação a ser renovada, segundo a Secretária Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços (SMTICS) da Barra de São Miguel, é a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), atualmente desativado, o que compromete a atuação da Instância de Governança Regional (IGR). A reativação do COMTUR é essencial para alinhar as ações entre sociedade e governo no desenvolvimento da atividade turística (Brasil, 2016). A Lei Nº 611/2017 reestrutura o COMTUR, criada originalmente pela Lei Nº 238/1994 e alterada pela Lei Nº 276/1997, com o objetivo de orientar e deliberar sobre as políticas turísticas locais, entre as suas disposições. O COMTUR é um órgão consultivo e normativo vinculado a SMTICS e prevê dentre os seus membros, a participação da Associação dos Ostreicultores, que poderá incluir um representante da Reserva Palateia, ampliando assim a representatividade da comunidade.

No dia 4 de setembro de 2024, estiveram presentes junto à equipe da SETUR o professor que já acompanhava o processo, as representantes da empresa BEEVA, a representante da ABIH estadual, um empresário investidor, o presidente da nova associação das ostras e o consultor contratado pelo SEBRAE. A Superintendente da SETUR iniciou a reunião apresentando o projeto de intervenção urbana, que inclui a pintura das casas e dos estabelecimentos comerciais, além da revitalização da escola, que seria contemplada com um muro feito a partir de cascas de ostras e o plantio de árvores nativas. Ela destacou que a pintura seria realizada em parceria com a empresa Casas das Tintas de Alagoas.

Além disso, a Superintendente comentou a intenção de instalar sinalização nos estabelecimentos comerciais da Reserva, por meio de cavaletes expostos nas calçadas, identificando os produtos e serviços oferecidos pelos comerciantes locais. Ela reforçou que o desenvolvimento da logomarca da comunidade ainda estava em fase de criação e discutiu os investimentos futuros, já mencionados em um primeiro encontro com a comunidade em 10 de junho de 2024. Neste segundo encontro, a novidade apresentada foi a possibilidade de investimentos em meios de hospedagem. A representante da ABIH destacou a importância de

uma boa infraestrutura para garantir um acolhimento adequado aos turistas. A reunião foi encerrada com o agendamento de um novo encontro para o dia 25 de setembro de 2024, onde seriam apresentadas as propostas de intervenção da indústria BEEVA. Segundo os moradores, essa empresa seria responsável pela construção da tão aguardada Casa do Mel na Reserva.

Outra ação de intervenção do SEBRAE Alagoas para o desenvolvimento do turismo na Reserva foi a contratação da empresa Azimutal Consultoria em Meio Ambiente, com o objetivo de elaborar um estudo da capacidade de carga para as atividades turísticas desenvolvidas ou futuras na região. As pesquisas de campo começaram em agosto de 2024, com prazo de entrega do documento final até outubro de 2024. Esse estudo visa garantir a sustentabilidade e a qualidade das experiências turísticas, preservando o ambiente natural, cultural e social da comunidade.

Além disso, nos dias 5 e 6 de setembro de 2024, uma consultora da empresa Result Consultoria e Inovação, do Ceará, esteve presente na Reserva, por intermédio do SEBRAE Alagoas. A empresa é especializada no desenvolvimento de produtos turísticos, e o objetivo da visita foi ampliar a oferta turística local, combinando bens e serviços por meio da criação de novos produtos de experiências integradas para os turistas. O período de teste para esses novos produtos na comunidade foi agendado para novembro de 2024.

A pesquisadora participou como ouvinte de todo o processo de intervenção proposto por essas instituições, com exceção da visita ao projeto Peixe-Boi. Sua participação foi essencial para entender as diretrizes de desenvolvimento alinhadas às políticas públicas estaduais e acompanhar o papel do SEBRAE no fornecimento de capacitação técnica e consultoria para os moradores da comunidade. Essa vivência acadêmica proporcionou uma compreensão mais profunda das especificidades da comunidade e da viabilidade dos projetos de intervenção futura.

Embora a fase de implementação dos projetos não tenha sido acompanhada integralmente, a participação acadêmica contribuiu para a identificação de boas práticas e trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento do turismo, em colaboração com o consultor do SEBRAE. Na reunião acompanhada pela pesquisadora, realizada no dia 17 de setembro, foi acordado que o SEBRAE desenvolveria grupos de atividades empreendedoras, com o primeiro grupo focado nos moradores que trabalham ou têm interesse em atuar com artesanato. Paralelamente, serão oferecidas capacitações comportamentais para complementar essa formação.

Um aspecto positivo observado foi o envolvimento direto da comunidade durante esses momentos, o que permitiu a pesquisadora integrar suas necessidades e aspirações. A participação

ativa e efetiva dos órgãos e instituições envolvidas pode fortalecer o sentimento de pertencimento e a apropriação dos projetos pela comunidade, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e enraizado nas realidades locais.

Vale destacar que, para alguns moradores, esses processos de intervenção soam como uma última oportunidade de desenvolvimento. No entanto, alguns residentes expressaram desinteresse ou descrença em relação às propostas de oficinas, capacitações, investimentos ou qualquer outra intervenção externa, afirmando que "muito já se tentou" anteriormente. Durante os encontros acompanhados pela pesquisadora, observou-se que certos moradores participaram apenas no primeiro momento e não retornaram para os encontros seguintes, reforçando essa falta de confiança nas iniciativas propostas.

A maioria dos moradores desconhecem outras práticas culturais tradicionais além da pesca, maricultura, aquicultura e da apicultura. Embora reconheçam o potencial dos recursos naturais disponíveis na região, muitos não os preservam de maneira adequada e parecem ignorar outras formas de aproveitamento desses recursos que poderiam gerar novas fontes de renda. Assim, compreender a realidade socioeconômica local, bem como os anseios e frustrações dos moradores, é essencial para o desenvolvimento de futuras intervenções ou iniciativas.

A comunidade já possui algumas experiências com associativismo e ações voltadas para o turismo, mas ainda enfrenta desafios para compreender novas formas de empreender e aproveitar as oportunidades que poderiam impulsionar a economia local, promover inclusão social e melhorar a qualidade de vida. O aprimoramento das atividades turísticas é considerado uma alternativa viável para o desenvolvimento local, especialmente considerando as condições de pobreza e desigualdade social presentes. O turismo pode contribuir para a diversificação da renda e agregar valor às atividades socioculturais e econômicas já existentes na comunidade.

3.3 A Relevância da Cadeia Produtiva das Ostras como Fator Determinante para o Desenvolvimento do Turismo na Palateia

O cultivo de ostras está intrinsecamente relacionado ao surgimento dos primeiros movimentos voltados para o desenvolvimento turístico na comunidade de Palateia. Nesse sentido, é essencial contextualizar o início da ostreicultura na Reserva Palateia, uma vez que, até os dias atuais, essa prática se mantém como a principal motivação para a visita da comunidade. A ostreicultura serve como base para o desenvolvimento de um turismo sustentável, cultural e gastronômico, capaz de valorizar a identidade local, proteger o meio ambiente e oferecer aos visitantes uma experiência enriquecedora. Além disso, a prática pode ser promovida como sustentável, alinhando o turismo às crescentes demandas ambientais, que

têm ganhado destaque entre os turistas. A experiência da visita aos viveiros de ostras, aliada à oportunidade de aprendizado sobre o ciclo de cultivo e os benefícios ecológicos da atividade, cria um ambiente educacional atraente para visitantes interessados em práticas de turismo consciente.

Em 2000, a maricultura em Alagoas teve início com o projeto OCEANUS, uma ONG que começou a atuar no cultivo de ostras e algas marinhas nativas no município de Paripueira/AL, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O projeto expandiu suas ações para outras áreas do estado, promovendo capacitações, seminários, feiras e visitas técnicas. Essas atividades incentivaram os maricultores a participar de festivais e exposições, despertando o interesse da população no consumo de ostras (Santos, 2011). Essas ações começaram a fazer parte da nova rotina dos produtores de ostras da Associação do Paraíso das Ostras da Palateia. As pessoas começaram a ter interesse em conhecer e degustar as ostras cultivadas pelos maricultores.

Em 2001, o SEBRAE/AL, por meio do Programa de Desenvolvimento das Regiões Estuarinas e do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), identificou o litoral alagoano como uma região com grande potencial para a implementação da maricultura sustentável. Esse reconhecimento abrangeu municípios tanto do litoral Norte quanto do litoral Sul de Alagoas, como Passos de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio, Porto de Pedras, Japaratinga e Paripueira. No litoral Sul, destacaram-se Barra de São Miguel, Coruripe, Jequiá da Praia e Maceió.

Todos esses municípios apresentavam condições ambientais favoráveis, como baixa variação climática e abundância de recursos hídricos de qualidade, além de vastas áreas de manguezais que permitiam a captura de sementes de ostras diretamente do ambiente natural, produzindo uma elevada carga de material orgânico em suspensão, ideal para o cultivo de ostras e outros moluscos (Santos, 2011). Posteriormente, as comunidades passaram a receber sementes de ostras produzidas em laboratório, o que contribuiu para o aumento da produtividade e o fortalecimento da maricultura na região.

O Projeto Maricultura Sustentável foi implantado seguindo o modelo de cadeia de produção em duas fases: mobilização e capacitação, e transferência de tecnologia. O SEBRAE-AL assumiu a responsabilidade de coordenar as ações de capacitação nas comunidades ostreicultoras, promovendo o desenvolvimento de habilidades para produzirem, gerirem e comercializarem, além de incentivo a atitudes empreendedoras entre pescadores, marisqueiros e colaboradores envolvidos na produção e beneficiamento das ostras. A segunda fase do projeto

incluiu a transferência de tecnologia, gestão e comercialização com base em modelos de sucesso já implantados no Nordeste, particularmente em Sergipe.

Toda essa iniciativa foi de grande importância para a Reserva Palateia, que mais tarde se tornaria a maior produtora de ostras do Estado de Alagoas. O processo produtivo também despertou o interesse pelo desenvolvimento da atividade turística na região. No início, os moradores locais demonstraram pouco interesse em participar dos processos de aprendizagem que ensinavam o manejo, a criação, a produção e a comercialização das ostras. Essa resistência é exemplificada pelo relato de um dos primeiros moradores da comunidade a acreditar no potencial da ostreicultura e a mobilizar a comunidade em torno da atividade.

Durante entrevistas, um morador destacou a dificuldade inicial em convencer a comunidade sobre a importância da ostreicultura como ofício e atividade econômica (Figura 20). Segundo ele, foi necessário criar uma estratégia para atrair mais pessoas para o cultivo das ostras. Ele relatou que a solução encontrada foi a compra de um Fusca azul, na época por R\$ 1.450,00, afirmando: "Quando comprei o Fusca, encostei ele à tarde em casa, e à noite já tinha gente lá, graças a Deus, querendo trabalhar na maricultura" Essa estratégia foi fundamental para iniciar o engajamento da comunidade no projeto, gerando interesse e contribuindo para o desenvolvimento da atividade local.

Figura 20 - Entrevista na residência do pioneiro da ostreicultura na Reserva Palateia.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

O projeto eliminou a extração natural das ostras ao introduzir o cultivo em mesas projetadas para a laguna. Os pescadores e marisqueiros foram treinados nas técnicas de cultivo, sendo as mesas de PVC e redes doadas pela Eletrobrás, atual Equatorial Energia Alagoas, parceira do projeto. Com esse suporte, foi incentivado a criação da Associação de Maricultores Paraíso das Ostras, que funcionou informalmente desde 2002, sendo oficialmente formalizada

em 2006. Antes, o processo do cultivo era mais difícil e trabalhoso, exigindo a retirada das ostras das raízes do mangue e a venda apenas do filé, sem a comercialização das ostras in natura.

Em 2003, durante a execução do Projeto, ações paralelas de inclusão econômica e social foram realizadas com a participação de diversos atores sociais. A integração desses atores foi ampliada em 2008 com o "Projeto de Consolidação da Ostreicultura em Alagoas", planejado até 2010, consolidando o aparato institucional necessário para estruturar a cadeia produtiva em alinhamento com os atores sociais envolvidos.

A parceria firmada em 2004 entre o SEBRAE e a ONG Oceanus desenvolveu na expansão dos cultivos, transformando os módulos didáticos em produtivos. No entanto, em 2005, muitos dos projetos pendentes pela ONG foram descontinuados ou abandonados. Apenas as iniciativas em municípios como Porto de Pedras, Passos de Camaragibe, Ipioca, Coruripe e Barra de São Miguel (Palateia) conseguiram se estabelecer, com destaque para a Barra de São Miguel, que obtiveram uma produção significativa de ostras (3 mil dúzias/meses)

Em 2006, o foco do projeto estava na comercialização, dinamizar as ações de cada ator social e escoamento da produção, além da divulgação da marca, ou seja, o ordenamento da cadeia produtiva. Contudo, em 2007, a ONG Oceanus foi envolvida em denúncias de desvio de verba, resultando na suspensão de suas atividades até a conclusão das investigações pelo Ministério Público.

Em 2009, o projeto "Ostras Depuradas de Alagoas" foi iniciado, beneficiando 100 famílias pertencentes a cinco associações nos municípios de Porto de Pedras, Barra de Camaragibe, Barra de Santo Antonio, Barra de São Miguel e Coruripe, em Alagoas. O projeto, desenvolvido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) em parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), contou com o apoio do Governo do Estado e do SEBRAE/AL. O principal objetivo era gerar emprego e renda, ampliar a comercialização e promover a responsabilidade socioambiental, sanitária e de qualidade no cultivo das ostras.

Naquele período, a ostreicultura apresentava um potencial significativo de crescimento, especialmente por estar integrada às políticas públicas de aquicultura e pesca do Estado. No entanto, havia duas fragilidades: o consumo irregular de ostras, que não faz parte da dieta cotidiana, e os riscos sanitários decorrentes das condições das águas de cultivo. Para superar essas limitações foi construída em 2011, uma estação de depuração em Coruripe (AL), localizada acerca de 58,60 km da Reserva Palateia, com o propósito de eliminar agentes contaminantes e assegurar a qualidade do produto. O programa, então, focou na geração de renda e na ampliação da comercialização, com um modelo de gestão participativa, onde as

decisões eram discutidas entre ostreicultores e parceiros. Em 2013, o IABS iniciou o programa de institucionalização e o comitê formado pelos grupos de ostreicultores e parceiros, assumiu a gestão da indústria e da comercialização, consolidando o papel do projeto na comunidade.

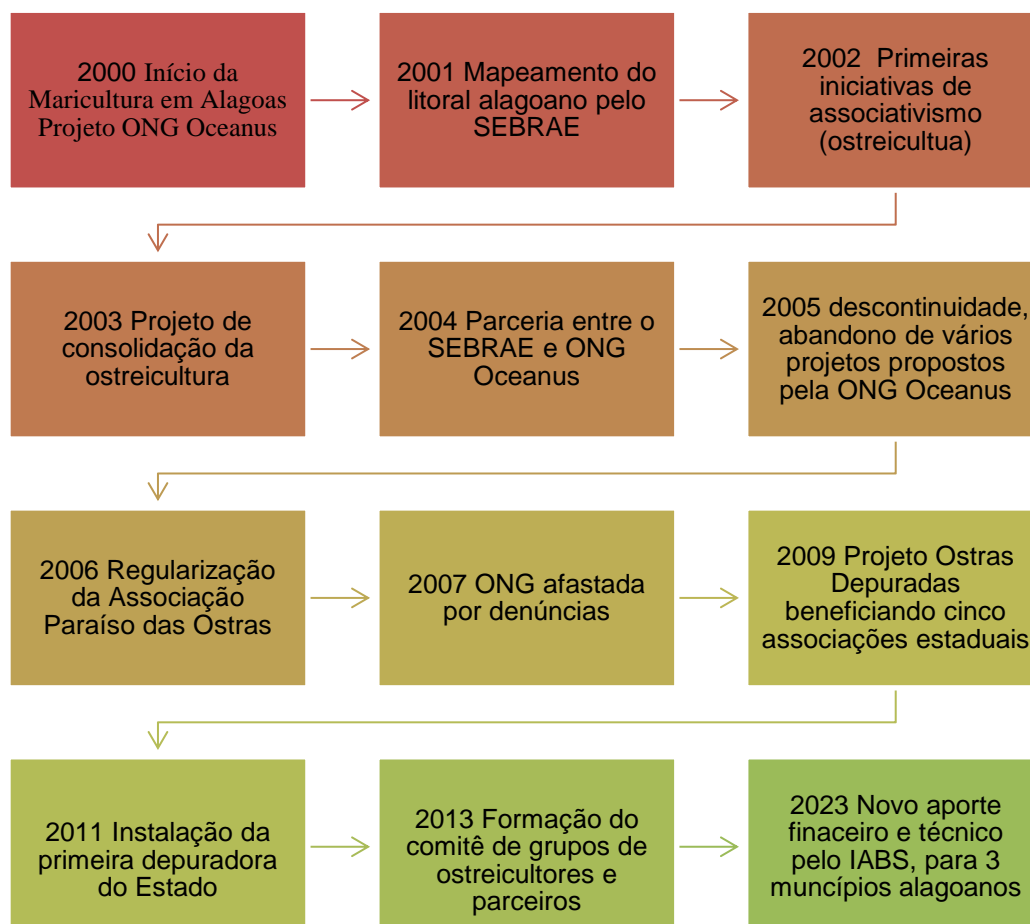
A contribuição do projeto para a comunidade foi expressiva, resultando no fortalecimento comunitário e na atração de novos moradores para a Reserva Palateia. Sob os princípios de comércio justo, consumo sustentável e responsabilidade ambiental, o projeto começou a inserir a comunidade na cadeia de valor do turismo, permitindo a comercialização dos produtos locais em estabelecimentos turísticos e ajudando a dar visibilidade aos passeios ofertados pela comunidade. Além disso, o programa promoveu coesão social, com participação ativa nas decisões comunitárias, consolidando um modelo de gestão comunitária com foco em decisões coletivas e igualitárias.

Um dos desafios apontados pelo IABS foi a inserção da cadeia produtiva de moluscos, especialmente ostras, no turismo. Ações como eventos gastronômicos, instalação de aquários de ostras em pontos estratégicos e carrinhos plotados com imagem da marca nas praias, tinham a função de promover a venda e a divulgação do produto. Durante o verão de 2014/2015, foi criada “A Mariscaria”, uma cozinha experimental na Barra de São Miguel, onde chefs renomados assinavam os pratos e integrantes da comunidade elaboraram pratos com ostras e outros produtos agregados, como sururu e massunim, fortalecendo a ligação entre turismo de experiência e vislumbrando novas possibilidades de abordagem através do TBC.

Atualmente, o IABS, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, está expandindo o projeto e contemplando 30 beneficiários dos municípios alagoanos de Coruripe, Roteiro e Barra de São Miguel, sendo que deste total de beneficiários, 12 são moradores da Palateia. O novo ciclo, iniciado em dezembro de 2023 e término previsto para julho de 2025, conta com um aporte de R\$ 499 mil e deverá disponibilizar para cada beneficiária os EPIs necessários para as atividades, 3 berçários, 3 mesas, cordas, 12 milheiros de semente de ostras produzidas em laboratório e um barco para cada grupo produtor, além da concessão de uma nova área de cultivo. Tais ações buscam fortalecer a produção, ofertando ostras de melhor qualidade e preço acessível, além de reduzir a extração de ostras nativas, que sofrem com a ação dos predadores. O apoio técnico é fornecido semanalmente, e a perspectiva futura envolve a regularização dos produtores, visto que a maioria não tem registros como pescadores e nem como aquicultores. Entre as ações futuras, também espera-se a prospecção de novos mercados e a consolidação de parcerias, como com o SEBRAE. Abaixo na Figura 21, um resumo dos momentos relevantes, que consolidou a cadeia produtiva das ostras, que foi de fundamental

importância para a Reserva Palateia no que tange o povoamento e o desenvolvimento da principal atividade econômica.

Figura 21 - Linha do tempo da Cadeia Produtiva das Ostras.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

O panorama apresentado, que abrange diferentes fases e atores envolvidos no cultivo de ostras na Reserva Palateia, mostrou-se relevante para a atração de novos moradores para a comunidade e para o início de atividades turísticas associadas a estes cultivos. Esses movimentos foram fundamentais para a criação de um modelo de gestão comunitária, pautado por um plano participativo, onde decisões e ações são tomadas de maneira coletiva e igualitária, garantindo a todos os envolvidos o mesmo poder de decisão. Tais iniciativas representaram o começo de um direcionamento voltado ao Turismo de Base Comunitária (TBC), destacando a importância das organizações comunitárias e evidenciando o desenvolvimento do associativismo e da economia solidária na região.

Entretanto, críticas apontam a necessidade de diversificação econômica, uma vez que a dependência exclusiva da ostreicultura compromete a sustentabilidade do turismo local, além

dos atuais conflitos instaurados na comunidade. Embora os benefícios sejam claros, a falta de alternativas turísticas torna a comunidade vulnerável a mudanças de mercado, condições ambientais e preferências dos visitantes. A diversificação para atividades como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e cultural poderia fortalecer a resiliência da comunidade e promover um desenvolvimento mais robusto e dinâmico.

3.4 O Desenvolvimento do TBC na Reserva Palateia: perspectivas e desafios

Os primeiros indícios do turismo na Reserva Palateia carecem de registros formais, mas podem ser rastreados a partir de 2004, quando o SEBRAE contratou a agência de ecoturismo "Gato do Mato" para desenvolver um produto âncora de turismo de aventura no município de Barra de São Miguel. Naquele período, a comunidade ainda era uma pequena vila de pescadores. Em parceria com uma moradora local, nascida e criada na região, que mantém viva a tradição da ostreicultura entre seus descendentes, foi criado um passeio de canoa até as áreas de cultivo de ostras. Contudo, essa iniciativa não prosperou na época, sendo retomada apenas em 2006, quando o representante da agência retornou e encontrou à comunidade já envolvida ativamente na maricultura, com processos de cultivo e comercialização estabelecidos, além da formalização da Associação dos Maricultores Paraíso das Ostras.

Nesse período, havia uma compreensão crescente da importância de unir a sustentabilidade local ao desenvolvimento do turismo de forma responsável. No entanto, não houve uma formatação oficial do produto proposto para o desenvolvimento turístico da localidade. Essa ausência de estrutura formal impediu que as iniciativas iniciais fossem plenamente aproveitadas, refletindo a necessidade de um planejamento mais consistente para o fortalecimento do turismo na comunidade.

No ano de 2006, foi instituída oficialmente a “Associação dos Maricultores Paraíso das Ostras”, tendo como Presidente da associação o primeiro morador a motivar a comunidade a ser capacitada e aprender as técnicas de cultivo das ostras. No passado, os contatos para realização dos passeios e degustação das ostras in natura no criatório das ostras, eram feitos via Associação Paraíso das Ostras, seguindo um sistema de rodízio. Atualmente, essa associação (Figura 22) está enfrentando conflitos internos, incluindo uma ação judicial movida por alguns associados em parceria com um vereador municipal, na qual solicitam a renúncia do presidente da associação, devido ao término do mandato de quatro anos, conforme estipulado em acordo registrado em ata.

Figura 22 - Associação Paraíso das Ostras e Restaurante.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Relatos de irregularidades têm sido apontados por outros associados, que acusam o presidente de favorecer determinados membros no rodízio dos passeios, enquanto exclui outros sem registro em ata, sem aprovação em assembleia, sem qualquer justificativa ou acordo coletivo. Denúncias também surgiram sobre o não pagamento de licenças ambientais e a demissão do antigo vigilante, que residia em uma casa de palafita na laguna, devido à falta de pagamento (Figura 23). Esse vigilante era mantido por uma contribuição mensal de sessenta reais de cada associado. Com sua ausência, houve um aumento nos roubos de ostras, deixando as áreas de cultivo dos associados vulneráveis, sem proteção e controle.

Além disso, descobriu-se que o presidente e sua esposa passaram a trabalhar para outra associação criada na comunidade em novembro de 2023, com o mesmo propósito, mas liderada por um novo presidente que não reside na Palateia. Esses acontecimentos geraram divisões e transtornos na organização comunitária, abrindo espaço para outras alternativas de passeios na laguna. Agora, essas atividades também estão sendo organizadas e ofertadas por pequenas agências situadas no centro da Barra de São Miguel, que fazem contato direto com moradores antigos, donos de canoas, que possuem conhecimento tradicional e forte influência popular na comunidade, além dos já consolidados embarques saindo da Marina, que fica localizada no centro do município. Esses moradores foram pioneiros na criação de ostras, estejam eles associados ou não à antiga associação.

Figura 23 - Casa do vigilante do criatório das ostras.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

A apicultura também é considerada uma cultura tradicional e característica da comunidade. Os primeiros movimentos da apicultura na Reserva Palateia datam de 1999, impulsionados pelo morador, atual presidente da Associação dos Apicultores, e sua ex-esposa, que já presidiu tanto a associação comunitária quanto as associações voltadas à ostreicultura e apicultura. O casal se estabeleceu na reserva após viver no centro do município, trazendo consigo conhecimento prévio sobre apicultura.

Além de ser o pioneiro da apicultura na região e ocupar a presidência da associação, o morador também se dedica à pesca, ao cultivo de ostras e é proprietário de um mercadinho local (Figura 24). A formalização da apicultura coletiva como atividade profissional na comunidade ocorreu em 2006, contando atualmente com 20 associados, incluindo três mulheres, o que evidencia a diversidade e a relevância dessa prática para a economia local. A comunidade recebe assistência técnica de uma zootecnista do SENAR, com um contrato vigente até outubro de 2024, que poderá ser renovado por mais dois anos.

Figura 24 - Mercadinho do Presidente da Associação dos Apicultores.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

O objetivo da assistência é otimizar o processo produtivo por meio de diagnósticos iniciais e orientações técnicas sobre controle, manejo e manutenção dos apiários. Entre as ações propostas estão melhorias na alimentação das abelhas, divisões de enxames, troca de cera, criação de novos apiários, bem como a verificação e limpeza das colmeias. São realizados monitoramentos constantes para identificar a presença de ovos, abelhas rainhas e possíveis pragas, como cupins, forídeos e traças. A assistência técnica também auxilia no planejamento gerencial e no registro de dados de produção e vendas, promovendo soluções para o desenvolvimento da atividade (Figura 25).

Figura 25 – Presidente da Associação dos Apicultores demonstrando o uso de um dos EPIs necessários para a experiência no apiário.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Durante os primeiros estágios da implantação da apicultura na Reserva Palateia, em 2006, os moradores foram beneficiados pelo projeto Pescadores de Mel, que abrangia quatro municípios alagoanos, Maceió, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e a Barra de São Miguel e contava com o apoio financeiro da Braskem e a expertise técnica de um dos pioneiros na apicultura em Alagoas.

Outro marco importante na história da Reserva Palateia ocorreu em 2007, quando um grupo de ambientalistas japoneses conduziu estudos nos mangues da reserva com o objetivo de identificar métodos para a eliminação de bactérias. Durante a pesquisa, eles descobriram a planta rabo-de-bugio, posteriormente encontrada em toda a extensão dos manguezais de Alagoas. Essa planta revelou-se responsável pela coloração e pelas propriedades da própolis vermelha, um material raro que despertou grande interesse devido à sua composição rica em substâncias com potencial medicinal. A própolis vermelha, além de atuar como um antibiótico natural, possui propriedades antibacterianas, antifúngicas, antivirais e anti-inflamatórias, sendo utilizada no tratamento de condições como câncer e asma.

Essa descoberta despertou o interesse de instituições como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de alguns empresários. Esses atores passaram a investir em pesquisas e no desenvolvimento comercial desse subproduto valioso, gerado pela polinização das abelhas nas colmeias. Essa descoberta inicial, refletiu timidamente, no desenvolvimento deste elixir na comunidade, que antes considerava a própolis vermelha como um mero resíduo produzido pelas abelhas (Figuras 26 e 27).

Figura 26 - Apicultor e tampa de madeira da colmeia com a seiva, para a produção da própolis vermelho.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 27 - Tampa da colmeia onde as abelhas depositam a seiva para a produção da própolis vermelha.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Em 2010, foi criada a associação Uniprópolis, com abrangência estadual, englobando as regiões do agreste, sertão e zona da mata, sendo que nesta última, a Reserva Palateia está inserida. A associação tem como um de seus objetivos, além da produção associada, a gestão

do selo de identificação geográfica, registrado em 2012 na modalidade "Denominação de Origem" (DO), e o apoio ao desenvolvimento nas áreas de indicação geográfica dos manguezais de Alagoas.

Com o passar dos anos, a iniciativa evoluiu e, recentemente, um investimento federal de três milhões de reais, fruto de uma emenda parlamentar proposta por um Deputado Federal Alagoano, intermediada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, destinará recursos a 15 municípios alagoanos, beneficiando diretamente 300 famílias de apicultores. A aplicação desses recursos será supervisionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Desse montante, dois milhões de reais serão direcionados à aquisição de equipamentos como freezers, fumegadores, ceras, colmeias e EPIs, além da construção da Casa do Mel nos municípios beneficiados, assegurando que a produção e o envase atendam aos padrões de segurança exigidos para a comercialização em escala local e nacional, deixando para trás a produção puramente artesanal. O valor restante será alocado para a compra de veículos e para o pagamento da equipe técnica responsável pela capacitação e acompanhamento das comunidades no aprimoramento da produção de mel, própolis vermelha e outros derivados.

O principal objetivo desse projeto, além de agregar valor e competitividade à cadeia produtiva do mel na comunidade, é elevar a capacidade de produção da própolis vermelha em Alagoas para três toneladas em um ano e meio, a partir do início do projeto, em comparação à produção atual de uma tonelada. Esse incremento tornaria Alagoas uma referência nacional na produção de própolis vermelha.

A construção da casa do mel na Reserva Palateia gera grandes expectativas entre os apicultores, mas também traz incertezas. Tanto a iniciativa, com recursos federais e intervenções da CODEVASF, quanto a proposta da indústria parceira da SETUR estadual, BEEVA, afirmam que irão concretizar o projeto, suscitando dúvidas quanto à sua realização. Ambas as propostas prometem investir na construção da casa do mel, que representa uma oportunidade importante para a profissionalização e organização da comunidade, atualmente sem espaços adequados, até mesmo para reuniões.

O espaço proposto será altamente especializado, permitindo o processamento e o envase do mel sem contato manual, o que garantirá a segurança sanitária e evitará a contaminação das favas. Além disso, o aprimoramento do processo de extração da resina que origina a própolis vermelha, juntamente com a produção de outros derivados do mel, qualificará os produtos para competir no mercado, superando as práticas artesanais vigentes.

A construção da casa do mel tem o potencial de contribuir significativamente para o fortalecimento e a melhoria da cadeia produtiva local. Com isso, a geração de renda poderá ser ampliada e o desenvolvimento da comunidade poderá ser impulsionado, especialmente em aspectos como empreendedorismo, organização social e o fortalecimento da economia solidária.

Em entrevista realizada em 30 de julho de 2024, na estação ambiental da Braskem, a pesquisadora sugeriu a um dos pioneiros da apicultura alagoana (Figura 28), responsável pela execução do projeto, a implementação de janelas de vidro na futura Casa do Mel. Essas janelas seriam instaladas na área destinada à confecção dos produtos, permitindo que os turistas observassem todo o processo produtivo, desde a extração até o envase do mel. A proposta, inspirada em práticas adotadas em outras regiões turísticas, busca agregar valor ao produto, aproximar os visitantes do processo de produção e proporcionar uma experiência com o produtor e anfitrião local.

Além disso, a pesquisadora propôs a criação de um anexo que serviria tanto como espaço para reuniões da associação, atualmente carente de um local adequado, quanto como receptivo para a administração e controle das visitas ao apiário. Essa iniciativa contribuiria para o desenvolvimento do turismo na Reserva Palateia, integrando os aspectos produtivos da apicultura ao potencial turístico da comunidade.

Figura 28 - Um dos pioneiros da apicultura em Alagoas e a pesquisadora na estação ambiental da Braskem.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Havia também, uma motivação inicial voltada ao Turismo de Base Comunitária (TBC), iniciada pelo IABS em 2009, reforçada pelo caráter de reserva extrativista da área, que tem um apelo de proteger os meios de subsistência e a cultura das populações locais, promovendo o uso

sustentável dos recursos naturais. Porém, com o passar do tempo, a comunidade pouco avançou, apresentando atualmente ações pontuais de iniciativas de TBC. Nesse contexto, a relevância deste estudo reside em revelar novos cenários potenciais para a transformação social, econômica, ambiental e cultural, por meio de atividades turísticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade, favorecendo o desenvolvimento local.

Na Palateia, o tempo não é medido por ponteiros ou números, mas sim pela maré e pelo horário dos filhos nas escolas. Para os cultivadores de ostras, o trabalho começa quando a maré recua, revelando as mesas de cultivo. Os maricultores partem de casa quando a água ainda permite a navegação, remando por entre a vegetação do mangue até alcançarem as áreas de cultivo, que é também o horário ideal para a visita in loco nas mesas do criatório das ostras. Já para a apicultura independe do horário, mas na rotina observada na comunidade e pelo que foi relatado, eles preferem trabalhar nas primeiras horas da manhã, quando os filhos normalmente estão nas escolas e o sol está mais ameno.

Os moradores da Reserva Palateia se orgulham da natureza que os cerca e compreendem a importância de preservá-la para garantir seu sustento. No entanto, durante as visitas, foram observados problemas relacionados à limpeza e à ausência de ações voltadas ao cuidado geral da Reserva. Em entrevistas, eles relataram que, no passado, existiam ações coletivas de limpeza do mangue e de recolhimento de móveis e utensílios para reciclagem, mas essas práticas foram abandonadas. A falta de cuidado com a limpeza pôde ser observada por meio dos resíduos depositados nas ruas, como as fezes dos muitos cachorros existentes na comunidade e as cascas de mariscos, que poderiam ser reutilizadas/recicladas, mas que atualmente são descartadas de forma inconveniente, causando forte odor em alguns espaços da Reserva. A ausência de lixeiras nas vias também foi notada como um problema.

A dinâmica social e econômica local é diretamente influenciada pelas atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores e pelos benefícios recebidos das esferas governamentais, em que mais da metade dos moradores dependem dos benefícios oriundos dos programas de governo. A perspectiva da própria comunidade em melhorar o turismo na região é evidente, especialmente com o interesse em promover passeios que permitam aos visitantes conhecer a cultura da cultura da ostra. Diversas frentes estão interessadas em investir na comunidade por meio de capacitações, melhorias nos processos produtivos e investimentos financeiros. Contudo, é evidente a necessidade de um desenvolvimento endógeno, priorizando o crescimento social antes de qualquer investimento externo.

A pesquisa revelou que 68,29% da população considera bom e 24,39% ótimo viver na comunidade, com uma porcentagem irrelevante achando a experiência ruim ou péssima. Quando

questionados sobre as melhorias prioritárias em relação às políticas públicas, os moradores destacaram: 1) Reabertura do posto de saúde na comunidade, apesar de avaliarem positivamente o atendimento atual da médica e do agente de saúde; 2) Melhoria na segurança; 3) Melhoria no acesso até chegar a Reserva, com obras já autorizadas; 4) Melhorias no saneamento básico; 5) Introdução de escolas com níveis a partir do ensino fundamental; 6) Combate ao desemprego, embora alguns afirmem que o problema é pequeno, pois há trabalho para quem deseja; e 7) Maior divulgação da Reserva Palateia.

Quadro 8 - Escolaridade dos entrevistados.

Escolaridade	Porcentagem
Não alfabetizada	14,63%
Ensino fundamental incompleto	34,14%
Ensino fundamental completo	7,31%
Ensino médio incompleto	21,95%
Ensino médio completo	19,51%
Superior	2,43

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

Quadro 9 - Renda salarial dos entrevistados

Salário	Porcentagem
Menos que um salário-mínimo	39,02%
Um salário-mínimo	39,02%
Mais que um salário-mínimo	21,95%

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

Na pesquisa, 100% dos entrevistados acreditam que o turismo beneficiará a comunidade. Em relação à percepção sobre o que o turismo representa, 65,85% dos entrevistados associam-no à geração de renda, 26,82% relacionam-no à recepção de visitantes de outras localidades, e 7,31% o veem como uma oportunidade de lazer, tanto para os turistas quanto para os moradores locais. No entanto, nenhum dos entrevistados mencionou possíveis impactos do turismo sobre os recursos naturais ou o cotidiano da comunidade, o que sugere que suas percepções estão concentradas no aspecto econômico.

Quando questionados sobre o interesse em participar de oficinas relacionadas ao turismo, 58,53% manifestaram interesse, enquanto uma parcela significativa mostrou desinteresse, o que pode estar relacionado ao ceticismo de alguns moradores em relação às atividades turísticas, evidenciado por declarações como, "muito já se tentou". Além disso,

53,65% dos entrevistados afirmaram conhecer a história do povoado e as primeiras iniciativas voltadas para o turismo, enquanto 46,34% declararam não ter esse conhecimento. Este dado é preocupante, considerando que o conhecimento da história local é um ativo importante para o desenvolvimento do TBC. O entendimento das origens contribui para a apropriação da abordagem, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento, a valorização do patrimônio e o empoderamento da comunidade.

No que diz respeito ao TBC, 95,12% dos entrevistados nunca haviam ouvido falar do conceito, enquanto apenas 4,87% afirmaram conhecê-lo. Esse desconhecimento pode ser justificado pelo fato de que o TBC ainda é predominantemente uma denominação no mundo acadêmico e com poucas iniciativas desenvolvidas no Brasil. Mesmo os que afirmaram conhecer o conceito, na realidade, apenas ouviram falar dele, sem domínio dos princípios norteadores, ainda que algumas ações realizadas na comunidade possam, de forma indireta, estar relacionadas ao TBC.

Os moradores da Reserva Palateia acolhem com entusiasmo e expectativas positivas o desenvolvimento do turismo na comunidade. Entre 2010 e 2015, a localidade vivenciou seu período mais significativo nesse setor, pois um empreendedor que atua como guia de turismo, proprietário de um hostel e de uma agência de viagens na Barra de São Miguel, “Aventura Eco Brasil”, em parceria com uma das moradoras (Figura 29) mais antigas da Reserva Palateia, criou o “Passeio dos Famosos”. O objetivo desse passeio era reconectar os visitantes à terra e promover a hospitalidade dos nativos, ao mesmo tempo em que divulgava a Reserva Palateia como um destino turístico. O passeio ganhou destaque ao atrair diversas personalidades brasileiras. Embora muitos visitantes famosos buscassem a tranquilidade e o anonimato do local, atrizes da Rede Globo, como Marina Ruy Barbosa, Bruna Marquezine e Cléo Pires, marcaram presença.

Figura 29 - Moradora que criou o passeio dos famosos, creche escola Leonor Wendborn Iafelice.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Atualmente, o turismo na Palateia encontra-se incipiente, com atrações turísticas ainda limitadas. As principais atividades oferecidas são o passeio ao criatório de ostras, com degustação in natura, além de um movimento recente na última residência da comunidade, que possui potencial para se transformar em um receptivo com oferta de hospedagem do tipo cama e café. Esse espaço também é alugado para acampamentos, festas e oferece atividades como pesca no lago no modelo "pesque e pague", passeios de canoa e algumas ações pontuais. Além disso, trilheiros ocasionalmente se aventuram pela Reserva e costumam almoçar em um dos restaurantes locais.

Os moradores indicam que, desde 2015, o turismo ocorre de forma mais expressiva apenas durante o verão. No entanto, os moradores e os membros integrantes das associações locais veem as belezas naturais e, as possíveis experiências a serem ofertadas, como fatores promissores para o crescimento do turismo. Com um planejamento adequado, essas organizações poderiam gerenciar, controlar e monitorar o turismo de maneira mais eficaz, fortalecendo a economia local.

Os atrativos naturais e culturais, somados à presença de saberes locais genuínos e à oferta de insumos variados, como pescados, mariscos e produtos do extrativismo vegetal, entre eles o elixir de própolis vermelha e o mel, representam uma força motriz capaz de manter o interesse dos visitantes em conhecer a localidade, além de abrir espaço para novas possibilidades ainda inexploradas. Esses fatores são positivos para o desenvolvimento contínuo das atividades turísticas.

A comunidade da Reserva Palateia ainda se dedica a práticas artesanais e métodos rudimentares na pesca e na produção de mariscos e na apicultura. Esses grupos, embora satisfaçam as necessidades locais, tanto para o consumo quanto para o comércio, buscam manter um estilo de vida em harmonia com a natureza ao redor. Apesar do número limitado de visitantes que tem interesse nessa realidade, e do fato de esses grupos estarem à margem da comercialização massiva do turismo convencional nos centros urbanos, há potencial para atrair turistas interessados em experiências diferenciadas. Não se trata apenas de percorrer rotas exóticas, mas de oferecer uma forma de visitação e hospitalidade que se diferencia do turismo de massa, mesmo que o destino seja o mesmo (Bursztyn *et al.*, 2009).

Esse contexto destaca a vocação e os atributos potenciais da Reserva Palateia, evidenciando seu potencial turístico. Apesar dos desafios sociais e de infraestrutura, a comunidade preserva um modo de vida que orgulha seus moradores. Uma das moradoras antigas, reconhecida por seu empreendedorismo e profundo conhecimento das tradições de

cultivo de ostras e apicultura, além de suas habilidades no artesanato e na culinária, reflete sobre a vida na Reserva ao afirmar: "aqui nós temos tudo. Temos a pesca, as ostras, as abelhas; só não trabalha quem não quer" (Figura 30). Suas palavras expressam a satisfação com a vida na Reserva Palateia, onde os recursos naturais e as tradições comunitárias são abundantes.

Figura 30 - Moradora e seus registros sobre a Reserva Palateia, restaurante Ostras do Paraíso.



Fonte: Arquivo da autora (2024).

A comunidade abriga uma rica diversidade de grupos culturais tradicionais, como marisqueiros, pescadores, apicultores e extrativistas vegetais, que desempenham o papel de guardiões de saberes transmitidos ao longo das gerações. Um exemplo é a da moradora antiga, responsável pela criação do "Passeio dos Famosos", que expressa com orgulho seu amor pela região: "Tudo que a gente quer, aqui, a gente tem. Nasci, criei meus filhos e me criei na Palateia, e no meu ponto de vista, não tem lugar melhor." Essa moradora é membro ativo de duas associações da comunidade e empreende em diversas áreas, além de possuir vasto conhecimento sobre a história e os saberes tradicionais da região. Seus descendentes também estão envolvidos nas mesmas atividades, perpetuando as tradições culturais e fortalecendo o vínculo com a história local.

No contexto do TBC, uma premissa central é a limitação de escala, que é determinada pelos recursos locais, pelas potencialidades e pelas restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas. Não se deve entender esse tipo de turismo como uma alternativa para substituir o turismo de massa em termos de geração de receita, pois esse não é o propósito das iniciativas dessa natureza, tendo em vista que o TBC está associado a um "nicho" específico, a uma nova filosofia de abordagem e reflexão sobre o turismo (Irving, 2009).

A Reserva Palateia pode oferecer uma oportunidade singular para que os viajantes possam explorar um modo de vida genuíno, imerso na beleza natural e na autenticidade da cultura local, características que estão em harmonia com os princípios do TBC. Esse modelo de

turismo requer infraestrutura e serviços menos densos, com foco na valorização dos ambientes naturais e da cultura local, algo que se destaca como uma das principais características da comunidade.

Contudo, é imperativo direcionar a atenção para impulsionar o turismo, considerando o potencial local existente na região, a capacidade de carga aceitável e a tendência do novo perfil de visitantes. Estas pessoas, buscam durante seus momentos de lazer, experiências mais próximas com os anfitriões locais, tentando integrar vivências durante os seus passeios, muitas vezes pautados no cuidado com a sustentabilidade e procurando um turismo que promova trocas e que traga conhecimento cultural.

O protagonismo no processo de desenvolvimento local depende essencialmente da mobilização e sensibilização da população, juntamente com a governança, fortalecendo as relações de confiança e cooperação entre os atores locais. Esse conjunto de ações constitui o que se pode denominar "Governança Territorial". Aos órgãos públicos responsáveis pela intervenção, cabe contratar empresas e profissionais, além de formar parcerias com instituições governamentais ou não governamentais.

As ações iniciadas pelo SEBRAE, por meio da implementação de uma metodologia em três fases e do estudo da capacidade de carga local, em conjunto com o apoio do IABS, desempenham um papel crucial no desenvolvimento social da comunidade com foco no turismo. O SEBRAE promove capacitação e qualificação profissional, fortalecendo o empreendedorismo local ao ensinar sobre gestão de negócios, organização da cadeia produtiva e práticas sustentáveis. Por sua vez, o IABS além da ajuda de insumos para produção, foca em promover capacitações em sustentabilidade, manejo ambiental, ajudando o desenvolvimento da economia solidária, podendo assegurar que o desenvolvimento do TBC respeite as tradições locais e o meio ambiente. Dessa forma, ambos atuam como catalisadores para o fortalecimento do turismo comunitário, ao mesmo tempo que contribuem para a formalização dos negócios, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos e facilitando o acesso a políticas públicas e financiamentos.

Ambos podem ajudar a potencializar a divulgação e promoção dos produtos e serviços turísticos da comunidade, ampliando o alcance de programas governamentais voltados para o desenvolvimento local. O IABS, com seu enfoque em práticas sustentáveis, ajuda a implementar estratégias que geram renda sem comprometer os recursos naturais, enquanto o SEBRAE introduz práticas de inovação e gestão que integram o desenvolvimento econômico. Em conjunto, essas instituições podem contribuir para o empoderamento da comunidade, para

melhorar suas condições socioeconômicas, para ajudar a preservar sua cultura e para tentar implantar um turismo responsável e sustentável.

A Secretaria Estadual do Turismo pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento do TBC na comunidade por meio de diversas intervenções. A revitalização das casas e a criação de espaços sociais, como restaurantes, o píer e as lojas de artesanato, contribuem para a valorização estética e cultural, preservando o patrimônio local e oferecendo novas experiências turísticas. A implementação de uma depuradora de ostras e a certificação de produtos como mel e própolis reforçam a competitividade e a sustentabilidade da produção local, tornando-a mais atraente para visitantes interessados em consumo responsável e ecológico. Essas ações, aliadas à capacitação dos moradores em gestão e atendimento, promovem a formalização e profissionalização dos negócios, aumentando o potencial turístico da comunidade.

Além disso, a Secretaria pode fomentar o turismo sustentável ao integrar práticas tradicionais e promover o uso responsável dos recursos locais. O fortalecimento da apicultura, em conjunto com o turismo, diversifica a economia da comunidade, e a inclusão de iniciativas como a Casa do Mel permite a observação de processos produtivos, aproximando os turistas da realidade local. Atraindo novos investimentos e parcerias, a Secretaria também pode melhorar a infraestrutura e a mobilidade na região, facilitando o fluxo de visitantes e criando oportunidades de geração de renda e desenvolvimento econômico sustentável.

Essas intervenções, se bem implementadas e acompanhadas de um planejamento estratégico de longo prazo, podem não apenas fortalecer o turismo de base comunitária, mas também promover o desenvolvimento social e econômico sustentável da comunidade. Esses órgãos têm a capacidade de iniciar e acompanhar a comunidade em todos os processos, desde a sensibilização e diagnóstico até a estruturação dos projetos sociais e produtivos. Além disso, podem oferecer suporte no estabelecimento de parcerias com outras organizações que possam sustentar projetos futuros específicos. A gestão dessa etapa inicial é fundamentalmente responsabilidade dos órgãos promotores da intervenção, que supervisionam e assessoram a implantação dos projetos propostos na comunidade. Posteriormente, a gestão passa a ser compartilhada com a comunidade, até que esta adquira autonomia, maturidade e capacidade técnica e operacional para se autogerir.

Iniciativas organizadas pela própria comunidade, como redes de convívio e cooperação, desempenham um papel importante no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), promovendo um modelo sustentável e participativo que pode gerar renda e melhorar as

condições de vida dos habitantes locais, que em um contexto geral são muito receptivas e abertos as novidades.

Na comunidade da Reserva Palateia, há indícios de práticas alinhadas às propostas de experiências promovidas pelo TBC. Os visitantes participam dos passeios organizados pela associação de produtores de ostras, nos quais exploram os viveiros, conhecem o processo de manejo, participam da extração e degustação das ostras, além de aprenderem sobre os três tipos de mangues e outras vegetações nativas da região. Ao término do passeio, alguns visitantes agendam refeições em restaurantes locais, como o da Associação das Ostras ou o Paraíso das Ostras. Em um desses estabelecimentos, a proprietária explica sobre o processo de fabricação da própolis vermelha, sobre os tipos de abelhas e suas formas de organização e, quando possível, oferece aos visitantes a oportunidade de degustar o mel de canudinho diretamente de uma das colmeias de abelhas meliponas mantidas no local.

O TBC na Reserva Palateia evidencia a intersecção entre teoria e a prática, demonstrando a aplicação de algumas características fundamentais desse modelo de gestão. O TBC busca promover a inclusão social, a valorização das culturas locais e a responsabilidade socioambiental, e na Palateia, essas premissas estão se concretizando, apesar dos desafios enfrentados.

Desde o início do turismo na região, em 2004, e a posterior formalização da Associação dos Maricultores Paraíso das Ostras e dos apicultores, em 2006, a comunidade tem se empenhado em consolidar práticas de turismo sustentável. Contudo, a ausência de um planejamento adequado e a falta de organização estrutural resultaram em desafios significativos, como conflitos internos e irregularidades na gestão associativa. Essas fragilidades comprometeram a plena concretização dos princípios do Turismo de Base Comunitária, especialmente aqueles relacionados à equidade social, à solidariedade e à cooperação, evidenciando a necessidade de estratégias mais consistentes para fortalecer as bases do TBC na Reserva Palateia.

As iniciativas da maricultura e apicultura, ambas tradicionais na região, são exemplos de como o turismo pode ser integrado às práticas culturais locais através do protagonismo comunitário. Contudo, a crise na associação de maricultores e as divisões criadas por novas associações revelam a dificuldade em manter uma governança efetiva e coesa. A falta de um espaço adequado para reuniões e a instabilidade na gestão da associação de apicultores também dificultam a implementação de ações mais robustas, revelando a necessidade de um compromisso com a autogestão e a construção de uma identidade comunitária unificada.

Os investimentos que deverão ser realizados na comunidade prometem modernizar a produção e fortalecer a economia local, a exemplo da construção da Casa do Mel, que poderá transformar a apicultura em uma atividade mais profissionalizada. No entanto, a implementação desse projeto depende da superação dos conflitos internos e da promoção de um planejamento mais estruturado. A proposta de integrar a produção apícola ao turismo, permitindo a observação do processo produtivo por visitantes, busca não apenas agregar valor, mas também aproximar a comunidade dos turistas, fomentando um ambiente de troca de saberes e experiências, promovendo o princípio da interculturalidade proposto pelo TBC.

A atuação de instituições como o SEBRAE e o IABS pode ser relevante para o fortalecimento do TBC na região, oferecendo capacitações que incentivem a autogestão e a inclusão social. A construção de infraestrutura turística e a certificação de produtos locais são igualmente importantes para aumentar a competitividade da área. Apesar das oportunidades encorajadoras apresentadas pela comunidade em relação ao TBC é fundamental que se superem desafios como a qualificação dos moradores e a melhoria da governança. Somente assim será possível avançar em direção a um desenvolvimento sustentável e efetivo, que realmente promova a transformação social e econômica da comunidade.

Em suma, o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) na Reserva Palateia apresenta um caminho promissor para valorizar o modo de vida tradicional, preservar o patrimônio natural, impulsionar o desenvolvimento local e fortalecer o intercâmbio cultural. A comunidade já demonstrou interesse no turismo e reconhece sua relevância como alternativa de desenvolvimento sustentável. No entanto, ainda é necessário aprofundar a compreensão dos benefícios desse modelo entre os membros da comunidade. A adoção dos princípios do TBC, com foco na cooperação, ação coletiva e inclusão, tem o potencial de gerar impactos positivos, criando novas oportunidades de emprego, renda e, sobretudo, promovendo uma melhoria das condições de vida, de forma alinhada à preservação ambiental e à valorização cultural. Para que esses benefícios se concretizem, é fundamental superar os desafios organizacionais e reforçar o compromisso com a autogestão e a unidade comunitária.

4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PRODUTO TECNOLÓGICO – DIAGNÓSTICO, FORÇAS COMPETITIVAS, DESAFIOS E CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO

Este capítulo apresenta o processo de mapeamento, levantamento e análise de dados que culminou na construção coletiva do roteiro de experiência turística. O subcapítulo 4.1 aborda o Diagnóstico Situacional, seguido pelo subcapítulo 4.2, que discute as forças competitivas e os desafios enfrentados pela comunidade. Por fim, no subcapítulo 4.3, detalha-se o processo de construção do roteiro de experiência.

Através da análise interna e externa, considerando os pontos positivos e negativos dos recursos disponíveis e com a participação ativa da comunidade, foi possível identificar os elementos fundamentais para o desenvolvimento do roteiro. A consideração dos anseios e fragilidades da comunidade foi essencial para a criação de novos produtos turísticos, alguns dos quais viáveis para serem incorporados no roteiro de experiência proposto, que oferece um dia imersivo na Reserva Palateia. Com base nessa compreensão, tornou-se possível elaborar um roteiro que não apenas preserva os recursos naturais e valoriza os costumes culturais, mas também possa promover o desenvolvimento socioeconômico, podendo vir a garantir que a comunidade usufrua diretamente dos benefícios das atividades turísticas e desempenhe um papel central nesse processo.

4.1 Diagnóstico Situacional

Conhecer a realidade local é uma tarefa complexa, porém essencial para o desenvolvimento de qualquer intervenção. A construção de um diagnóstico situacional enfrenta desafios de ordem social, cultural, política e estrutural. Na pesquisa, foram percebidos elementos como desconfiança e resistência tanto por parte de agentes internos quanto externos, além de dificuldades de comunicação e mobilização. Conflitos de interesse dentro da comunidade e a falta de recursos também se destacaram como obstáculos. A temporalidade foi outro fator relevante, uma vez que as relações de confiança precisam ser estabelecidas gradualmente. Para que o diagnóstico seja eficaz, é fundamental o envolvimento da comunidade, a fim de identificar de maneira mais precisa os pontos positivos e negativos.

O diagnóstico funciona como uma pesquisa, cujo objetivo é coletar e analisar dados para compreender a realidade local. O papel do pesquisador nesse processo é integrar as questões e dúvidas sobre o turismo à realidade vivida pelos comunitários, como também analisar os recursos sócios, econômicos e ambientais e a qualidade técnica, permitindo uma leitura mais fiel do contexto. Antes do processo de roteirização, torna-se imprescindível a identificação e

análise das condições locais, observando os pontos positivos e negativos que podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento do turismo (Quadro 10). A identificação de recursos e atrações, a compreensão das necessidades e expectativas da comunidade, a sustentabilidade, o envolvimento dos moradores, além das perspectivas sobre conflitos, aspirações e oportunidades, são elementos-chave para garantir que o roteiro turístico seja participativo, sustentável e respeite os valores e a cultura da comunidade tradicional. Esse processo pode promover um planejamento estratégico que beneficie a comunidade e proporcione aos turistas uma experiência enriquecedora.

Quadro 10 - Pontos positivos e negativos, diagnóstico situacional.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Futuros investimentos na Reserva, articulado entre a SETUR e empresários	Deficiência básica em infraestrutura
Alianças favoráveis de instituições com projetos na Reserva (IABS, SEBRAE, SENAR) e outras (CODEVASF, BEEVA) prestes a iniciar intervenções	Limitação de recurso financeiros e capacidade técnica local
Associação dos apicultores mais coesos	Associação das ostras pouco coesa, membros competitivos e em conflito
A associação das ostras já ter experiências em outras atividades econômicas	Estabelecimento de uma nova associação de Ostreicultores, causando impactos na competitividade e divisões internas entre associados
Moradores interessados em cursos voltados ao turismo	Ausência de condutores/guias/mediadores locais
Já ser alvo de interesses de públicos-alvo, ou seja, ser reconhecida como um destino atrativo	Limitação de serviços, equipamentos de apoio turístico
A produção e comercialização das ostras e outros moluscos, consolidou a comunidade na cadeia turística	Ausência de sinal de internet
As redes sociais de formadores de opinião e artistas populares divulgando a Palateia	Mão de obra pouco qualificada para lidar com o turismo
Consolidação e regularização do Turismo de Base Comunitária no Brasil, que pode ajudar no desenvolvimento do TBC na Reserva Palateia	Falta de medidas de segurança na comunidade e nos passeios
Boa localização, próximo a destinos consolidados e da capital do estado	Falta de conhecimento sobre a importância da hospitalidade
Fluxo turístico espontâneo, no verão	Falta de canais de marketing
O turismo desenvolvido, respeita o meio ambiente, a população e a tradição local	Ausência de uma logomarca consolidando a identidade local
A comunidade já identifica o turismo como uma atividade propulsora	Ausência de sinalização, indicando os restaurantes, passeios e o que encontrar dentro da Reserva Palateia
Cenários com belezas cênicas naturais, possíveis de proporcionar diversas experiências	Ausência de lixeiras e banheiros disponíveis para atender os turistas
Facilidade de articulação com os gestores e instância de governança da região	Muitos cães na rua, o que ocasiona a falta de cuidado com as fezes destes animais

Gastronomia tradicional, com recursos oriundos da comunidade	Descarte irregular das cascas dos mariscos
A herança passada de gerações na tradição da aquicultura e com menor grau na apicultura	Melhorar as boas práticas no manuseio de alimentos
Já estão inseridos em eventos organizados pela Prefeitura Municipal	Venda de comércio ilícito (drogas)
O passeio ao criatório das ostras, pode atrair novas experiências	Não há espaços para hospedagens
Recursos naturais e patrimoniais em abundância para o desenvolvimento de novos atrativos	Sazonalidade, sendo as atividades turísticas e a comercialização dos mariscos mais procurados no verão

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

A análise do quadro revela diversos aspectos negativos que são percebidos internamente, pois a associação das ostras enfrenta conflitos de organização social, especialmente em relação à atividade turística, ao manejo e comercialização das ostras, além da criação da nova associação instalada na Reserva Palateia, com o mesmo fim. Não existem definições claras nos estatutos sobre o funcionamento dos passeios e as obrigações dos membros, além do não cumprimento do rodízio dos canoeiros. Também não há critérios justos de divisão de oportunidades, ferindo os princípios de equidade do TBC. A comunidade apresenta mão de obra pouco qualificada, especialmente no que se refere às narrativas, acolhimento turístico e questões gerenciais. Além disso, a ausência de instrumentos de divulgação e comunicação limita o alcance de potenciais clientes. A infraestrutura existente na localidade também é precária, com uma estrada de acesso em más condições e problemas com a qualidade da água, devido à falta de saneamento e manejo inadequado de resíduos, a exemplo das cascas de mariscos que são descartadas incorretamente.

Externamente, o futuro apoio do estado, por meio da SETUR, e de empresários investidores, apresenta uma oportunidade estratégica, apesar dos moradores se preocuparem se estarão inclusos na gestão dos futuros empreendimentos. A sazonalidade afeta o turismo e a comercialização dos mariscos, pescados e produtos da apicultura, sendo um desafio para a estabilidade econômica local. O turismo atualmente funciona como uma atividade complementar às fontes de renda tradicionais, contudo existe por parte dos moradores a preocupação que estas atividades deixem de ser desenvolvidas, caso o turismo se mostre mais lucrativo. Há também a falta de infraestrutura básica para o desenvolvimento da atividade turística, como a falta de sinal de internet, banheiros, lixeiras e sinalização.

Um aspecto considerado positivo é que parte da comunidade demonstra interesse em construir um turismo equitativo e justo. Os recursos naturais e culturais da região, como a preservação da vegetação e a autenticidade da vida comunitária, são pontos fortes que

enriquecem a experiência turística. A localização privilegiada da Palateia, próxima à capital e a outros pontos turísticos, também aumenta sua visibilidade, especialmente devido ao cultivo de ostras. Externamente, as tendências globais de valorização do Turismo de Base Comunitária, que prioriza sustentabilidade e responsabilidade social, abrem oportunidades para o sucesso da comunidade nesse modelo de turismo, com grande potencial para a Reserva.

4.2 Forças Competitivas e Desafios

No contexto do turismo de base comunitária, as forças competitivas e os desafios estão diretamente relacionados à capacidade do destino de oferecer experiências diferenciadas e sustentáveis, alinhadas às características da comunidade local. Elementos como a infraestrutura, a qualidade dos recursos naturais e culturais, a participação ativa dos moradores e a preservação das tradições e valores culturais são fundamentais para aumentar a atratividade do destino. Nesse modelo, o envolvimento da comunidade na gestão e no desenvolvimento das atividades turísticas torna-se um diferencial, fortalecendo a competitividade ao integrar a cultura local com o turismo de forma genuína.

A competitividade no TBC também depende da capacidade de alinhar a oferta turística com as tendências, como o crescente interesse por práticas sustentáveis e experiências genuínas. A promoção de um turismo responsável, que respeite tanto o meio ambiente quanto os valores culturais, contribui para a consciência e o aumento do valor percebido pelos turistas. Para fortalecer essas forças, são necessários investimentos em infraestrutura, qualificação da mão de obra local e a criação de parcerias estratégicas que garantam o crescimento sustentável e a inclusão da comunidade na gestão do turismo. Na Reserva, foram observadas as seguintes forças competitivas:

- 1) **Localização:** a comunidade está situada no município de Barra de São Miguel, um destino turístico já consolidado, próximo a atrações internacionalmente conhecidas, como a Praia do Gunga e a Praia do Francês. A proximidade com esses atrativos potencializa o fluxo de visitantes e integra a região em um circuito turístico de grande relevância;
- 2) **Ambiente Natural:** a área faz parte de uma Reserva Extrativista (RESEX), criada pelo decreto nº 32.355/1987, que se estende desde Barra de São Miguel até o município de Roteiro. A RESEX visa proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais, além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais. A preservação da fauna, flora e o bom estado de conservação ambiental reforçam o valor natural e paisagístico da região, tornando-a um atrativo significativo a exemplo do ecoturismo;

- 3) **Cultura e Tradição:** a poucos quilômetros da capital, a região mantém vivas atividades tradicionais, como a pesca, a aquicultura e a apicultura, que compõem uma rica herança cultural. Essas práticas, associadas à gastronomia local e ao artesanato, são de grande importância cultural e, quando integradas à cadeia turística, ampliam as oportunidades de desenvolvimento econômico da comunidade;
- 4) **Conscientização Turística:** o turismo comunitário oferece aos visitantes a oportunidade de vivenciar o cotidiano da comunidade e conhecer o trabalho artesanal, como a coleta de frutos do mar. A interação direta com essas práticas reforça a conscientização turística, promovendo o reconhecimento da importância dos produtos locais e da contribuição que o turismo sustentável pode ter no desenvolvimento dessas comunidades;
- 5) **Experiência Turística:** atualmente, há uma crescente demanda por experiências turísticas que fujam do turismo de massa e promovam um lazer mais ecológico e sustentável. A autenticidade proporcionada pelo contato com a comunidade e a beleza natural do local oferecem uma experiência singular. Passeios personalizados e para um número reduzido de visitantes garantem uma imersão plena, destacando o valor de interações genuínas;
- 6) **Consolidação e Popularidade do Turismo Comunitário:** a oferta do TBC tem se consolidado no mercado, destacando-se como uma alternativa ao turismo convencional. O modelo promove a inclusão social e a valorização das comunidades locais, respondendo à demanda crescente por experiências genuínas e sustentáveis. A popularidade do turismo comunitário reflete a busca por formas de turismo mais conscientes e comprometidas com o desenvolvimento social e ambiental.

Após a análise dos fatores internos e externos, incluindo os pontos positivos e negativos, identificam-se os principais desafios enfrentados pela comunidade, abaixo listado. Além das dificuldades diretamente associadas aos produtos turísticos já existentes, outros obstáculos que podem interferir no desenvolvimento de novos produtos e experiências, comprometendo o potencial de crescimento local. Fica evidente a necessidade de incorporar ações que envolvam educação, capacitação e desenvolvimento socioeconômico, com o objetivo de promover não apenas melhorias imediatas, mas também a participação ativa e a autonomia da comunidade a longo prazo. Diante desse cenário, os desafios atualmente encontrados e avaliados, foram:

- 1) **Estruturais:** A comunidade apresenta diversas deficiências estruturais como as características e mau estado da única estrada de acesso, a falta de infraestruturas básicas, saneamento básico, sinais de internet insuficiente, acessibilidade, ausência de lixeiras,

sinalização nas ruas da comunidade, falta de um espaço de apoio ao turista e ausência de policiamento, apesar da proposta futura de inserção de um batalhão ambiental;

- 2) Ambientais: O uso da terra para atividades turísticas, como visita ao criatório de cultivo das ostras, ao apiário e trilhas podem gerar impactos na reserva ecológica, como: degradação do solo, perda de biodiversidade, distúrbios na fauna, incêndio, descarte inadequado de lixo e introdução de espécies invasoras. O estudo de capacidade de carga, proposto pelo SEBRAE, será essencial para determinar o número ideal de visitantes. Além disso, a falta de infraestrutura básica afeta a qualidade da água e a gestão de resíduos. A ausência de vigilância na área do cultivo das ostras compromete a produção local e possibilita a ocorrências de furtos. Já nos apiários, o manejo sustentável é bem monitorado pelo SENAR;
- 3) Sociais: Em geral, apenas algumas pessoas da comunidade estão acostumadas a lidar com o turismo, portanto não existe mão de obra especializada que possa garantir uma boa recepção e imersão do turista na comunidade. Por outro lado, os conflitos internos entre os membros da comunidade e o individualismo, também podem ser apontados como desafios;
- 4) Governança: o TBC baseia-se nas ações da organização e planejamento do turismo pela associação dos ostreicultores, que, neste momento, não dispõe de qualquer tipo de regra, critério ou orientação no estatuto que direcione como a atividade turística deve ser desenvolvida na comunidade, além dos novos conflitos decorrentes da criação de outra associação com o mesmo fim e, de ações pontuais que comprometam a ética nesta organização comunitária. Na associação dos apicultores ainda é incipiente a procura para as atividades turísticas, porém observa-se mais coesão entre os apicultores;
- 5) Gestão turística: O individualismo reflete-se na qualidade dos passeios e na experiência. Como cada associado atua de acordo com sua conveniência, a estruturação dos passeios muda radicalmente dependendo de quem organiza o passeio. Por outro lado, além da falta de equipamentos complementares, os conflitos entre a comunidade geram também um distanciamento dos dois únicos equipamentos de apoio turístico existentes, os dois restaurantes, onde um deles ofertam os passeios. A competitividade também é comprometida por vários fatores: a falta de medidas de sustentabilidade e de equidade; a falta de material de segurança; a falta de capacidade técnica; o fraco sistema de divulgação e comercialização, entre outros;

- 6) Econômico: A comunidade não tem recursos financeiros para investir na melhoria dos eixos competitivos mais deficientes, especialmente no que diz respeito à comunicação e divulgação, marketing e equipamentos turísticos

A análise interna e externa do ambiente em uma comunidade tradicional é essencial para o desenvolvimento de um roteiro de experiência sustentável. Tal análise permite compreender a realidade da comunidade em múltiplos aspectos e garante que o turismo respeite a cultura local, gerando benefícios mútuos. A análise interna possibilita o mapeamento dos pontos fortes da comunidade, como cultura, tradições, práticas sustentáveis e habilidades. Ao identificar esses elementos, é possível destacar recursos únicos que possam ser valorizados no roteiro, oferecendo uma experiência diferenciada aos visitantes. Além disso, foi fundamental conhecer os fatores que representam desafios para a implementação do turismo, como infraestrutura insuficiente, baixa capacitação local e as questões sociais, ambientais e econômicas. Com essa compreensão, é possível adotar medidas para mitigar impactos negativos e preparar a comunidade para a atividade turística.

A análise de forças competitivas, incluindo a localização privilegiada e por ser uma Reserva Extrativista (RESEX), ajuda a definir como a comunidade pode se destacar no mercado turístico. Ao identificar produtos culturais exclusivos e modos de vida diferenciados, é possível posicionar a comunidade de maneira estratégica, criando experiências genuínas que promovam o intercâmbio cultural. Essa análise também considera os impactos socioambientais e econômicos, permitindo a antecipação de riscos, como conflitos de interesse, exploração excessiva de recursos naturais ou culturais e desgastes nas relações comunitárias, problemas já evidentes em muitos contextos semelhantes.

Em resumo, essa análise permite um planejamento cuidadoso, que equilibra as necessidades da comunidade com as possíveis expectativas dos turistas, o que pode promover um turismo responsável, participativo e sustentável. Ao compreender esses fatores, é possível criar roteiros que protejam os recursos naturais, respeitem os valores culturais e promovam o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo, garantindo que a comunidade se beneficie diretamente das atividades turísticas e seja protagonista no processo.

4.3 Construção do Roteiro

Como o TBC coloca a comunidade local no centro das atividades turísticas, é essencial envolvê-la na criação do produto tecnológico, pois os moradores conhecem os desejos, limites e perspectivas da região. O roteiro turístico pode desempenhar um papel crucial, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades turísticas. Além disso, destaca os

atrativos existentes, pode estar disponibilizando informações sobre práticas sustentáveis desenvolvidas pela comunidade, o que ajuda na educação, consciência ambiental e respeito a cultural local. O roteiro pode conter informações úteis sobre horários, dicas de segurança, contatos telefônicos, a história da comunidade o que pode contribuir como uma ferramenta de marketing para atrair visitantes. Segundo o Ministério do Turismo, (2007, p.13), “roteiro turístico é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”

A escolha de um roteiro turístico tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade de maneira sustentável. Esse desenvolvimento pode promover a diversificação econômica, criando novas oportunidades para os residentes da Reserva Palateia além da pesca e da maricultura, que hoje continua sendo a principal atividade e fonte de renda, juntamente com os benefícios sociais recebidos do governo. Além disso, possibilita a valorização das práticas, tradições e conhecimentos locais podendo fortalecer a cultura da comunidade e a integração no processo de roteirização, propondo aos diversos atores envolvidos, orientações para a constituição dos roteiros, visando organizar os atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turista, resultando assim, como um produto turístico a ser ofertado por ele.

A roteirização turística, organizando e integrando a oferta turística a partir dos princípios da participação, da flexibilidade e da sustentabilidade, mostra-se como elemento-chave para permitir que os recursos, resultantes do incremento da atividade turística de uma região, possam significar a promoção de inclusão social e auxiliar na redução das desigualdades sociais e regionais, criando condições para que os objetivos propostos pelo Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil, sejam alcançados (Brasil, 2007). O Ministério do Turismo, afirma que a roteirização “confere realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização” (Brasil, 2007, p.15). Algumas etapas são sugeridas pelo Ministério do Turismo, para serem observadas e ajudar a subsidiar o processo de roteirização, conforme a Figura 31.

Figura 31 - Etapas do processo de roteirização.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2007).

As etapas sugeridas pelo Ministério do Turismo, sugerem a participação equilibrada de representantes das Instâncias de Governança Regionais da região turística, grupos representados pelo poder público, empresários e sociedade civil, porém o objetivo da criação do roteiro na comunidade foi engajar os moradores nos processos de reconhecimento das potencialidades, oportunidades e fragilidades ali encontradas, para que no futuro eles possam usufruir ou adaptá-los a outros modelos oficiais de roteiros que possam serem instituídos, visto a ausência atual de um roteiro institucionalizado e oficial, dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo em Alagoas. Todas as etapas pensadas foram adaptadas a realidade local e as sugestões por eles propostos.

A etapa 1 e 2 para o processo de criação do roteiro se deu a partir da sensibilização inicial ocorrida no período da pesquisa de campo, nas rodas de conversas informais e nos momentos da aplicação dos questionários, identificando os moradores interessados em participarem do processo criativo para a construção do roteiro. Antes das oficinas, a pesquisadora realizou um diagnóstico situacional que serviu de base para a compreensão dos pontos fortes e fracos da região, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Turismo.

Na etapa 3, durante a construção da avaliação e hierarquização, foi realizada uma oficina com a participação dos moradores da Reserva Palateia, visando criar um espaço colaborativo para planejar uma oferta turística mais sustentável e diferenciada. Nessa fase, a participação dos moradores foi considerada crucial, pois foi o momento em que houve maior expressividade e envolvimento. Durante a oficina a pesquisadora destacou a importância do turismo para o desenvolvimento local e os princípios do turismo de base comunitária e, com o uso de um mapa desenhado à mão em cartolina, os participantes identificaram o território da comunidade e refletiram sobre problemas enfrentados pelos turistas, como a falta de sinalização, internet, pontos de apoio turístico e limpeza das ruas.

A oficina incentivou a participação e a contribuição dos moradores com informações valiosas sobre a história local. A criação de uma linha do tempo resgatou momentos importantes para formação social e econômico da região, destacando a contribuição de uma moradora antiga, que relatou detalhes da formação da Palateia. O reconhecimento de talentos locais na artesanaria, utilizando cascas de mariscos e as folhas de ouricuri, revelou novas possibilidades para diversificar a oferta turística. O conceito de um roteiro turístico foi abordado como uma ferramenta de planejamento, estimulando a criação de atividades complementares à visitação dos criatórios de ostras.

O engajamento dos moradores aumentou conforme novas sugestões foram sendo apresentadas, a exemplo de um projeto voltado à melhoria da infraestrutura e ao meio ambiente, proposto por um participante. No entanto, a validação prática do roteiro foi adiada devido a desafios locais, como conflitos internos e a indisponibilidade do condutor responsável pela trilha, que, por motivos de trabalho, não pôde conduzir o percurso. Embora o ponto de partida da trilha, o receptivo Vila Palateia, pertença à família do condutor, e alguns integrantes já trabalhem no setor de turismo, apenas ele possui alguma certificação necessária para atuar como condutor.

A pesquisadora durante a visita ao apiário e ao restaurante local, conversou com a comunidade e apontou possíveis oportunidades para alavancar o TBC na Palateia, a exemplo da implantação de hospedagem do tipo cama e café, de acampamentos, de pesque-pague no lago artificial criado por eles e de trilhas ecológicas aproveitando o terreno que chega até um mirante com vista para a laguna. Foi proposta a criação de uma comissão de moradores para apresentar à Prefeitura dois pedidos: auxílio financeiro para manutenção de um vigia e a revitalização do espaço cultural desativado, com a instalação de barracas rústicas para venda de produtos locais no verão.

Ao final do encontro, foi aberta uma discussão entre os moradores sobre os recursos e atrativos turísticos que consideravam mais relevantes para os turistas. Durante essa conversa, foram abordados temas como sazonalidade, inovação, segurança e capacidade de carga, sugerindo novas formas de diversificação da oferta turística na localidade. Conforme apresentado no Quadro 11, as sugestões resultantes da oficina, adaptadas pela pesquisadora, seguem em conformidade com as categorias e características propostas pelo Ministério do Turismo para a hierarquização dos atrativos turísticos. O quadro representa essa hierarquização com base nos seguintes critérios, adaptado a realidade local: 1 - Grau de uso; 2 - Representatividade; 3 - Apoio local; 4 - Estado de conservação; 5 - Infraestrutura e 6 - acesso.

Quadro 11 - Atrativos encontrados e o seu grau de atratividade.

Categorias	Encontradas	1	2	3	4	5	6
Atrativos naturais	Laguna	3 alto	3 alto	3 alto	3 alto	2 médio	3 alto
	Nascentes perenes	1 baixo	2 médio	2 médio	3 alto	2 médio	2 médio
	Bicas naturais	1 baixo	3 alto	2 médio	3 alto	1 baixo	1 baixo
	Reserva de Mata Atlântica nativa	2 médio	3 alto	2 médio	3 alto	1 baixo	3 alto
	Fauna e flora nativa	1 baixo	3 alto	1 baixo	3 alto	1 baixa	2 médio
Atrativos culturais	Gastronomia (2 restaurantes)	2 médio	3 alto	2 médio	2 médio	2 médio	3 alto
	Artesanato	1 baixo	1 baixo	2 médio	1 baixo	1 baixo	1 baixo
Atividades econômicas	Passeio ao criatório das ostras	3 alto	3 alto	2 médio	3 alto	2 médio	3 alto
	Vendas de ostras e outros mariscos (fora da comunidade)	2 médio	2 médio	2 médio	2 médio	1 baixo	2 médio
	Venda do mel e própolis	1 baixo	2 médio	1 baixo	1 baixo	1 baixo	2 médio
	Trilhas ecológicas	1 baixo	2 médio	1 baixo	3 alto	1 baixo	2 médio
Realização Técnicas e científicas	-	-	-	-	-	-	-
Eventos programados	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2007).

Conforme apontado por Brasil (2007), a hierarquização dos atrativos turísticos baseia-se na classificação dos graus de atratividade, os quais são atribuídos conforme características específicas. Um grau de atratividade 3 (alto) refere-se a atrativos turísticos excepcionais, que por si só são capazes de gerar fluxos significativos de visitantes. Um grau 2 (médio) é designado

a atrativos que, embora relevantes, dependem da presença de outros atrativos para atrair um fluxo considerável de turistas. O grau 1 (baixo) corresponde a atrativos com algum valor expressivo, que atraem visitantes principalmente por motivações regionais ou em associação com outros destinos. Já o grau 0 (nenhum) classifica atrativos que, embora não possuam méritos suficientes para atrair turistas de forma independente, podem complementar o conjunto turístico local.

A análise da hierarquização dos atrativos turísticos foi adaptada pela pesquisadora à realidade local da Reserva e o que ela dispõe atualmente, seguindo as diretrizes do Ministério do Turismo, considerando critérios que abrangem diversas dimensões da atratividade. O grau de uso avalia o fluxo turístico atual e a relevância do atrativo para a localidade, enquanto a representatividade refere-se à singularidade do atrativo, destacando o que os diferencia. O apoio local e comunitário considera a aceitação e o envolvimento da comunidade, fundamentais para o desenvolvimento do turismo na região. O estado de conservação verifica as condições ambientais e estruturais do atrativo, assegurando sua viabilidade a longo prazo. Por fim, a infraestrutura analisa a disponibilidade de serviços de apoio ao turismo e ao acesso, investiga as condições de chegada e deslocamento até o local, garantindo que os visitantes possam desfrutar plenamente da experiência oferecida. Essa abordagem pode ajudar a identificar e valorizar as particularidades, podendo ser utilizadas como estratégias para o marketing e para potencializar a atração de visitantes.

Como resultado da oficina participativa, a pesquisadora concebeu novos produtos turísticos a serem desenvolvidos a partir dos recursos turísticos observados in loco. A elaboração deste catálogo experimental, no entanto, provavelmente só poderá ser estudada para implantação após a realização dos investimentos propostos, especialmente em infraestrutura básica, necessários para sua execução. Algumas das propostas são passíveis de testes iniciais, podendo ser implementadas a médio prazo, antes mesmo das intervenções públicas e dos investidores mencionados (Quadro 12).

Quadro 12 - Possíveis novos atrativos para a Reserva Palateia.

Possibilidades	Descrição das Atividades/Produtos Turísticos
	Categoria Atrativos Naturais
Contemplação de aves	Atualmente, o passeio de canoa na Reserva conta com a orientação de uma moradora local que possui conhecimento das espécies de aves da região, proporcionando uma experiência rica em aprendizado sobre a fauna local. Com a oficialização da trilha ecológica, essa atividade poderá ser expandida, e a sugestão é contratar um especialista para a catalogação formal das espécies, aprimorando a oferta turística e a valorização do ecossistema local

Contemplação do pôr do sol	A inclusão de uma experiência cultural durante o passeio de canoa até os viveiros é uma proposta simples e de grande apelo. Para grupos maiores, sugere-se a contratação de músicos, como sanfoneiro, violinista ou saxofonista, ou até poetas locais, para uma celebração especial ao pôr do sol. Com duração de 1h30, o passeio oferece tempo suficiente para integrar essa atração, enriquecendo a vivência dos turistas com música ou poesia enquanto desfrutam da beleza natural da comunidade.
Fauna e flora nativa	Observação das espécies. Dicas: Contratação de profissionais para catalogação, identificando as espécies nos trajetos das trilhas
Categoria Atrativos Culturais	
Oficinas gastronômicas	Um momento interativo com a proprietária do restaurante Ostra do Paraíso, onde os turistas terão a oportunidade de aprender a preparar pratos típicos da culinária local utilizando os mariscos. A experiência será enriquecida pela participação ativa dos visitantes, que farão a coleta desses mariscos durante um passeio ao criatório de ostras, promovendo uma conexão direta com as tradições locais da pesca e da maricultura.
Experiência no quintal produtivo	Uma proposta para a proprietária do restaurante Ostra do Paraíso envolve inovar nas oficinas de culinária, aproveitando a plantação de ervas e frutas já existente. A ideia é proporcionar uma experiência interativa, onde os visitantes aprendem sobre o cultivo orgânico da horta produtiva e colhem ingredientes para usar na oficina culinária com um chef local. Além disso, a experiência inclui uma visita à colmeia de abelhas melíponas, permitindo que os participantes provem mel fresco, com canudinho.
Contação de história	Este momento pode ser executado no momento da oficina gastronômica ou do artesanato, como também, em um momento bate papo com a moradora antiga
Oficinas de artesanato	No espaço Cultural, serão desenvolvidas oficinas voltadas para o uso sustentável de materiais, como a folha de ouricuri e as cascas de mariscos, com o objetivo de promover práticas artesanais entre os visitantes. As artesãs locais, que estão começando a se organizar para essas iniciativas, orientarão os participantes a aplicar alguns dos R's da sustentabilidade: reduzir, reutilizar, reciclar e repensar; criando produtos artesanais que valorizam os recursos naturais da comunidade e incentivam o consumo consciente.
Novas atividades na laguna	Introduzir as atividades de catar massunim e colher os cachos de sururu, no passeio do criatório das ostras. Obs.: Podendo tomar banho de lama
Experiência no apiário	Uma experiência imersiva de aprendizagem será oferecida aos visitantes, permitindo a observação in loco do manejo apícola, onde poderão entender os tipos de abelhas e os processos de produção de mel e própolis. Este passeio requer uma atenção especial à segurança, com um número limitado de participantes e uso de equipamentos adequados (EPIs), sendo preferencialmente realizado nas primeiras horas da manhã. A atividade, que dura cerca de 2 horas, proporciona uma vivência prática e educativa sobre a apicultura local.
Atividades Econômicas	
Trilha ecológicas	Ainda em fase de teste, essa atividade turística necessita de estudos para a catalogação das espécies envolvida, além de um cálculo que considere variáveis fundamentais, como desníveis, distância, tempo de percurso, pausas, condições do terreno, nível de dificuldade e descidas. Esses parâmetros são essenciais para garantir a segurança e a qualidade da experiência. O desenvolvimento dessa atividade permitirá uma oferta turística mais estruturada e informada.
Vendas de ostras e outros mariscos	A proposta é criar um espaço exclusivo para a comercialização de pescados e mariscos na Palateia, facilitando o acesso aos produtos locais. A sugestão é que a Associação Paraíso das Ostras organize e controle o rodízio de associados responsáveis pela banca, garantindo eficiência e transparência. Atualmente, as

	vendas ocorrem sob encomenda ou diretamente nas casas dos pescadores, mas essa centralização traria maior visibilidade, gestão participativa e conveniência.
Venda do mel e própolis	Disponibilizar os produtos produzidos por eles na futura “Casa do Mel”
Vendas de produtos produzidos na Palateia	Entre os possíveis produtos artesanais a serem desenvolvidos, destacam-se a farinha das cascas das ostras, sabonetes esfoliantes à base dessa farinha, doces e compotas com frutas da Reserva, artesanato e velas aromáticas feitas com óleo essencial de mel, além de ervas cultivadas em quintais produtivos. A proposta sugere a criação de barracas rústicas na Casa de Cultura Amigos da Palateia, a serem testadas durante o verão, com gestão a cargo do arranjo produtivo local. Além disso, há a possibilidade de incluir novos itens para venda, como bolos, pães e biscoitos produzidos pela comunidade.
Vila Palateia Receptivo	Hospedagem do tipo Bed and Brakfast (B&B) ou acampamento, pesque e pague no lago, prática de vivências terapêuticas (ioga, meditação, outras)
Realização Técnicas, Científicas e Artísticas	
Espaço Cultural Amigos da Palateia	Além da criação das barracas para venda da produção associada local, disponibilizar o espaço fixo para as oficinas artesanais com os turistas, crianças da comunidade, assim como as produções locais para venda
Futura “Casa do Mel”	O espaço, inicialmente destinado ao envase de mel e própolis, poderá ser ampliado com a construção de um receptivo para gestão organizacional e preparação das experiências no apiário. Além de funcionar como um centro educativo, esse local poderá abrigar informações sobre a história da apicultura na Palateia, detalhes científicos das espécies de abelhas, a organização social delas e os produtos que geram, servindo também como um espaço para educação e pesquisas científicas.
Anexo da creche escola da comunidade	Proposta de criação de um Centro de Educação Permanente em parceria com o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFAL, localizado em Marechal Deodoro. Essa iniciativa, já considerada por um gestor municipal, visa promover a formação continuada e conscientização ambiental na comunidade, fortalecendo a educação e as práticas sustentáveis em atividades relacionadas à pesca, aquicultura e apicultura.
Museu da Aquicultura/Pesca	Dentro da Associação Paraíso das Ostras, criar um espaço educativo, com informações sobre a história da comunidade pesqueira, exposição dos utensílios da pesca, catalogação das espécies(embalsamados) encontrada na laguna
Eventos Programados	
Festival dos mariscos	Uma vez ao ano, em janeiro, poderá ser realizado o Festival dos Mariscos, com duração de dois dias, envolvendo a produção associada e a comunidade na organização do evento. A Casa de Cultura pode servir como um espaço central para as atividades do festival. Essa época é ideal, pois coincide com o pico da produção de moluscos bivalves, oferecendo uma oportunidade perfeita para celebrar e promover os produtos locais.
Música ao vivo aos sábados	Este item requer um estudo detalhado das condições para introduzir música ao vivo (sanfona/violino ou sax) nos passeios ao criatório, realizados aos sábados. Sugere-se criar um calendário fixo para popularizar essa atração como uma estratégia de marketing, visando atrair mais visitantes. Contudo, é importante considerar que a associação atualmente dispõe de apenas 12 coletes salva-vidas para o passeio, limitando o número de turistas a 72 por dia (nos passeios), uma vez que cada passeio dura em média 1h30 e ocorre ao longo de 10 horas/dia.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

Outras atividades sugeridas poderão ser implementadas a longo prazo, à medida que os investimentos públicos forem concretizados. Entre elas, destacam-se a construção de um píer, a abertura de uma loja de artesanato, a instalação de uma depuradora e a criação da casa do mel. No entanto, o processo de planejamento e execução podem ser prolongados, não apenas devido à necessidade de recursos financeiros provenientes de diversas fontes, mas também pela localização da área, em uma reserva ecológica de manguezais que exige licenças ambientais específicas para a realização das obras. Além disso, será necessário lidar com questões operacionais e burocráticas. Todas as propostas apresentadas no quadro requerem um estudo de viabilidade, incluindo a avaliação da capacidade de carga, qualificação da mão de obra local e outras condicionantes fundamentais para garantir a sustentabilidade do projeto.

Na etapa 4, que trata da análise de mercado e definição dos segmentos, a elaboração de um roteiro turístico deve inicialmente considerar a oferta e a demanda turística efetiva. A oferta abrange os produtos e serviços turísticos disponíveis, enquanto a demanda refere-se à quantidade de bens e serviços consumidos pelos turistas, além do consumo potencial que pode ser gerado em face de um determinado nível de oferta (Brasil, 2007). No caso específico da Reserva Palateia, é fundamental analisar o perfil desse grupo de consumidores. Esse público atual demonstra um consumo relativamente homogêneo, motivado por fatores como a busca por experiências genuínas e interculturais que proporcionem troca de saberes com a comunidade local. A identificação da oferta na Palateia revela um potencial significativo para o desenvolvimento de ecoturismo, turismo rural, cultural, de pesca e de aventura. As práticas e tradições, fortalecem a abordagem voltada para Turismo de Base Comunitária, assim como as características geográficas e sociais, representadas pelas belezas naturais e a forte identidade cultural da comunidade, podem oferecer grande apelo emocional e comercial.

Com base nisso, pode-se afirmar que a Reserva Palateia encontra-se em um estágio de demanda potencial, ou seja, ainda há espaço para o crescimento e exploração do turismo. A estruturação de produtos e a elaboração de roteiros devem, portanto, refletir a identidade da região, reconhecendo sua vocação turística. A segmentação é essencial para garantir que os produtos turísticos sejam adequadamente formatados e comercializados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da atividade na localidade.

No que tange a análise da concorrência a Reserva encontra-se entre dos municípios potencialmente turísticos, que é Marechal Deodoro e Roteiro, que possuem um dos atrativos mais visitados do Estado, reconhecidos inclusive internacionalmente, que é a Praia do Francês e a Praia do Gunga. Além disso concorre também com as atividades turísticas proporcionadas no próprio centro do município do qual ela faz parte, que também oferta uma infraestrutura

completa para o atendimento ao turista. Porém, em todos casos tratam-se de um turismo de massa o que difere com o turismo de experiência proposto na Reserva Palateia. Outro fator negativo é o fato da Reserva ter uma infraestrutura básica deficitária, não apresentar ainda recursos investidos no turismo local (com futuras promessas), não possuir uma boa qualificação profissional, falta de eventos e outros agravantes.

Uma vantagem competitiva para o desenvolvimento de um roteiro turístico na comunidade é a autenticidade cultural e produtiva encontrada ali. Essa característica permite a oferta de experiências únicas e imersivas, onde os visitantes podem participar de atividades ligadas à produção local, como a pesca artesanal, o cultivo de ostras e o manejo de abelhas, além das demais a serem executadas. A interação direta com os produtores e a vivência das práticas tradicionais diferenciam o destino, proporcionando um TBC com foco na sustentabilidade e no contato com a natureza. Essa exclusividade cria um valor diferenciado, que não é facilmente replicável por outros destinos.

A implantação de um roteiro turístico em uma comunidade tradicional pode trazer uma série de impactos nos âmbitos sociocultural, ambiental e econômico. Estes impactos podem ser tanto positivos quanto negativos, dependendo de como o processo é programado e monitorado. Na etapa 5, discutiu-se sobre a identificação desses possíveis impactos a desenvolver com o aumento do turismo na Reserva (Quadro 13).

Quadro 13 - Impactos Positivos e negativos.

Impactos	Positivos	Negativos
Socioculturais	Inclusão social, valorização da cultura, consciência ecológica, empoderamento, possibilidade de capacitações	Ampliação das desigualdades, mudança nos costumes e na dinâmica social, descaracterização cultural, aumento da venda do comércio ilícito
Ambientais	Gestão de resíduos, preservação ambiental	Aumento na geração de resíduos, degradação do solo e erosão; perda da biodiversidade; distúrbios na fauna; descarte inadequado do lixo; introdução de espécies invasoras, incêndios florestais e superlotação, sobrecarga nos ecossistemas locais
Econômico	Geração de emprego e renda; diversificação econômica	Concorrências nas atividades turísticas, aumento do custo de vida, desigualdade e/ou dependência econômica

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Turismo (2007).

A partir das etapas anteriores que tiveram início com o levantamento dos atrativos potenciais existentes, da verificação das categorias, tipologias encontradas e possíveis, seguida pela discussão participativa com a comunidade, foi possível fazer um breve estudo das possibilidades disponíveis para a elaboração de um roteiro de experiência de um dia na Reserva

Palateia. Foi relevante identificar que atualmente eles encontram-se no estágio de demanda potencial, havendo possibilidade para o crescimento e exploração do turismo. A estruturação de produtos e a elaboração de roteiros devem, portanto, refletir a identidade da região, reconhecendo sua vocação turística, que apesar dos conflitos locais, apresenta o TBC como modelo de gestão, como também, se identifica uma vocação propulsora nos segmentos do turismo rural, cultural, de pesca, de aventura e ecoturismo. Os impactos socioculturais, ambientais e econômicos avaliados em conjunto com os integrantes da comunidade também foram cruciais para despertar a visão crítica nos participantes e para que possam contribuir de alguma forma para mitigar os efeitos negativos na Reserva Palateia.

Na construção do roteiro e na precificação do roteiro, para as etapas 6 e 7, foi levado em consideração o acesso até chegar na Reserva, considerando tempo, distância, segurança, a possível capacidade de carga, os valores financeiros, os equipamentos atualmente disponíveis, a qualificação da mão de obra e a oferta de serviços de apoio, que no momento não dispõem de serviços de hospedagens e locais com acessibilidade. Foi pensado inicialmente em um modelo de roteiro com o itinerário saindo da capital alagoana, podendo ser adaptado com embarques saindo do centro da Barra de São Miguel, o que já contribui com o fator tempo/distância e valores. Para isso foi levado em consideração os critérios que valorizassem os costumes e as tradições, procurando ampliar o conhecimento e o senso de pertencimento dos moradores da Reserva. Buscou-se também inserir a comunidade como agente multiplicador de sua própria história, diversificar, gerar renda e tentar conscientizar/sensibilizar tanto o visitante quanto os moradores através deste processo de aprendizagem, visando o desenvolvimento sustentável.

Ainda há muito a ser feito para que o roteiro turístico da Reserva Palateia atinja seu pleno potencial. Na construção deste roteiro, foram considerados apenas os atrativos e recursos que, atualmente, possuem condições mínimas para receber turistas, dada a ausência de infraestrutura como hospedagem, acessibilidade e, em alguns casos, segurança a exemplo da falta de EPIs. Isso não significa que outros atrativos e recursos potenciais tenham sido descartados. À medida que a Reserva Palateia for equipada com uma infraestrutura básica, conforme as promessas de melhorias das esferas governamentais, e um sistema de segurança adequado, como a instalação de um ponto de apoio do batalhão ambiental, novos recursos poderão ser incorporados ao roteiro. Além disso, o estudo da capacidade de carga e a cocriação de novos produtos turísticos, em parceria com consultores do SEBRAE, serão fundamentais para a formatação de um roteiro completo e adequado.

Como em toda execução de qualquer projeto, os riscos podem ser inevitáveis, e na Reserva, entre as principais problemáticas, destacam-se: a) a questão ambiental, relacionada aos

diversos fatores apresentados nos impacto elencados na etapa; b) o desinteresse político, devido à falta de comprometimento dos gestores locais em dar continuidade a projetos turísticos relevantes para a região; c) a falta de engajamento de parte da comunidade local, seja pela ausência de disposição em participar ativamente dos projetos ou pela falta de continuidade nas iniciativas anteriormente propostas; e d) as dificuldades de mercado, dado o possível desinteresse de agências de viagens e guias de turismo em estabelecer parcerias com a comunidade para viabilizar a comercialização do roteiro proposto.

Após a criação e planejamento do roteiro, o Ministério do Turismo ressalta a importância de realizar uma visita teste para verificar se a execução está alinhada com a proposta inicial e identificar aspectos que necessitam de aprimoramento. Entre as variáveis a serem analisadas, destacam-se a qualidade e segurança dos serviços oferecidos e, principalmente, a satisfação dos visitantes (Brasil, 2007).

Inicialmente, o roteiro foi concebido para ser gerido pela Associação dos Maricultores, mas os conflitos internos atualmente em curso impediram a realização do roteiro teste. Apesar disso, o roteiro foi cuidadosamente elaborado para incluir e contemplar a participação dos membros da comunidade, valorizando diversos grupos envolvidos nas atividades locais, para que possa proporcionar uma experiência diferenciada para os visitantes. Ele combina trilha ecológica, oficina de artesanato, gastronomia típica e visita ao criatório de ostras, oferecendo uma experiência imersiva e conectada à cultura e aos recursos naturais da região (Quadro 14). Todas as atividades são realizadas a pé e guiadas, aproveitando a infraestrutura simples e autêntica da Reserva Palateia, que concentra seus atrativos em uma única rua principal. O percurso entre o Espaço Cultural Amigos da Palateia e o receptivo local, com apenas 600 metros, pode ser facilmente completado em cerca de 9 minutos, proporcionando um walking tour envolvente com o dia a dia local.

Quadro 14 – Programação do roteiro.

Horário	Trajeto/Atividade	Duração/Parada
07:30	Saída de Maceió com destino a Reserva Palateia	(1:00hrs)
08:30	Parada na Vila Palateia receptivo para início da trilha	(2:00hrs)
10:30	Walking tour pela rua principal da Reserva	(20min)
10:50	Encontro no espaço cultural amigos da Palateia – Oficina de artesanato	(2:00hrs)
12:50	Almoço no restaurante Ostras do Paraíso	(2:00hrs)
14:50	Saída para o passeio ao criatório das ostras	(1:30hrs)
18:00	Retorno à Maceió	_____

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

A pesquisadora denominou o roteiro de “Experiência na Reserva Palateia”, e sendo idealizado partindo de Maceió às 7:30h, com destino a Reserva Palateia. Durante o trajeto, os visitantes poderão apreciar a paisagem litorânea e a transição para a área de mata atlântica e de manguezais que circunda a reserva. Na chegada à Reserva, às 8:30h, os visitantes serão recebidos no Receptivo Vila Palateia, onde iniciarão uma trilha ecológica pela reserva de mata atlântica, de nível leve (grau 1), em um percurso total de 7 km, por aproximadamente 1h30minutos. Durante o percurso, os participantes terão a oportunidade de explorar de perto a fauna e a flora da região, além de contemplar o mirante com vista para a Laguna do Roteiro. O condutor também oferecerá explicações detalhadas sobre a importância da conservação ambiental, promovendo uma abordagem educativa alinhada aos princípios do ecoturismo.

Após a trilha, haverá um walking tour de 600 metros (aproximadamente 10 minutos) pela rua principal da Reserva Palateia (Figura 32). Durante o passeio, os visitantes poderão observar o cotidiano dos moradores, conhecer o trabalho das marisqueiras e contemplar as camboas, locais de onde partem as embarcações para o passeio ao criatório de ostras. Além disso, terão a chance de beber água fresca de uma nascente e visitar a associação de ostras, que desempenha um papel importante na economia da comunidade.

No Espaço Cultural Amigos da Palateia, às 10:50h, os visitantes participarão de uma oficina de artesanato utilizando materiais típicos da região, como a palha de ouricuri e cascas de mariscos encontrados na reserva. Nessa atividade, os participantes poderão confeccionar suas próprias peças artesanais, aprendendo diretamente com as artesãs locais sobre as técnicas tradicionais utilizadas na produção desses itens.

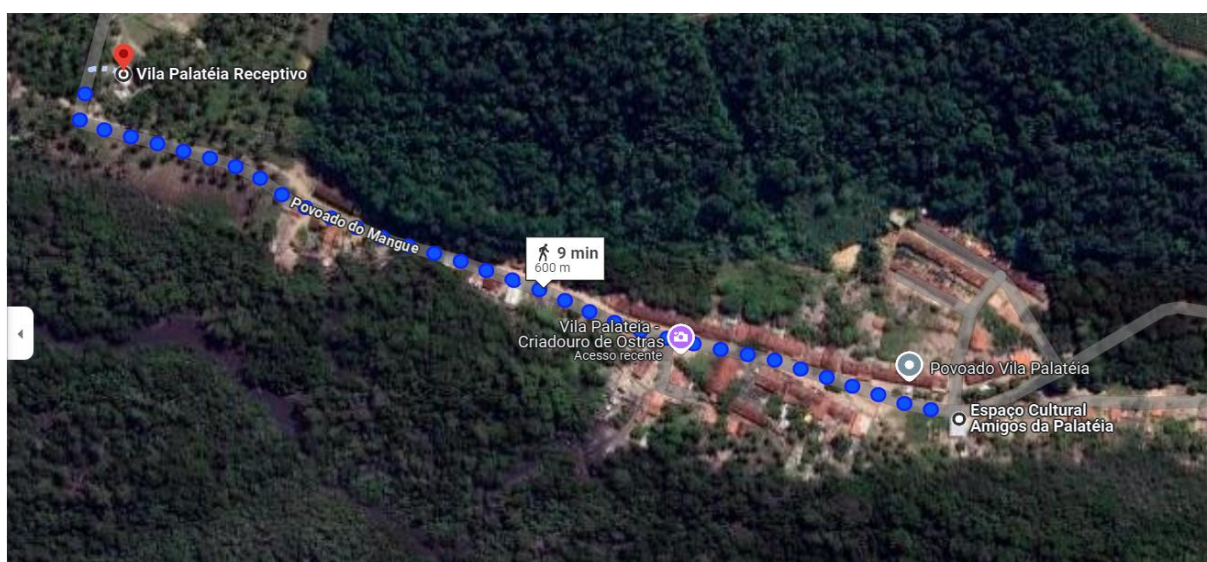
Às 12:50h, os visitantes farão uma breve caminhada de 170 metros (aproximadamente 3 minutos) até o Restaurante Ostras do Paraíso, onde poderão desfrutar de pratos elaborados com mariscos e pescados. Durante a refeição, há a possibilidade de participar de uma experiência única: ouvir histórias sobre o início do povoamento da região, contadas por uma moradora local de longa data. Além disso, os visitantes poderão provar com canudinho o mel de abelhas melíponas diretamente da colmeia, saborear o doce de jambo artesanalmente preparado e experimentar a flor de coco, recém-colhida. No final da experiência, será possível conhecer o quintal produtivo da moradora.

Após o almoço, os visitantes caminharão 53 metros (cerca de 1 minuto) até a Associação Paraíso das Ostras para iniciar o passeio ao criatório de ostras. O percurso começa com a contemplação dos três tipos de mangue presentes na região e a observação das aves que habitam o local. Em seguida, os visitantes aprenderão sobre o processo de cultivo e manejo das ostras

nas mesas dos associados, com a oportunidade de degustar ostras frescas, uma atividade central para a economia local.

Aqueles que tiverem disposição poderão experimentar atividades tradicionais, como catar massunim na lama ou colher cachos de sururu nas raízes dos manguezais, além de participar de um banho de lama. Para finalizar, os visitantes que desejarem poderão assistir ao pôr do sol à beira da Laguna do Roteiro, com vista para a Reserva de Mata Atlântica. A experiência será conduzida por dois associados em 2 canoas, cada uma com capacidade para até 4 (quatro) pessoas, equipadas com coletes salva-vidas. O encerramento do roteiro com o retorno à cidade de Maceió, é estimado para o início da noite.

Figura 32 - Trajeto entre o Espaço Cultural Amigos da Palateia e a Vila Palateia Receptivo



Fonte: Google Maps (2024).

A escolha por passeios a pé se alinha à proposta de aproximar o viajante dos elementos culturais e naturais do destino, permitindo uma imersão profunda na realidade da comunidade. Esse contato direto é um dos principais fatores que tornam o roteiro uma experiência completa, ao conectar os visitantes com a essência local e suas tradições, como o artesanato com palha de ouricuri e a degustação de ostras cultivadas na própria Reserva.

Embora a infraestrutura para o desenvolvimento de outros atrativos na Reserva ainda seja limitada, o roteiro atual foi projetado para oferecer flexibilidade, incluindo uma margem extra no tempo de deslocamento entre a capital e o destino. O agendamento prévio com os moradores é essencial, garantindo a participação ativa da comunidade e uma melhor organização das atividades. Para quem parte da Barra de São Miguel, por exemplo, o trajeto até

a reserva pode ser realizado em apenas 16 minutos, podendo ser reduzido os custos operacionais.

A trilha será conduzida pelo filho do proprietário do receptivo Vila Palateia, que possui formação de condutor, garantindo a segurança e qualidade da experiência. A presença deste profissional também contribui para o aspecto educativo do passeio, já que são fornecidas explicações sobre a fauna, flora e a importância da conservação ambiental, reforçando o compromisso com práticas de ecoturismo.

De acordo com o Ministério do Turismo, antes da divulgação de um roteiro turístico, é necessário realizar um estudo para avaliar se o turista identificado como consumidor potencial, possui o poder aquisitivo necessário para adquirir o produto e se o preço é competitivo em comparação a roteiros similares (Brasil, 2007). O perfil típico dos viajantes atraídos por esse tipo de roteiro, tem uma percepção completamente diferente sobre o produto turístico oferecido no mercado convencional. Esses turistas buscam experiências diferenciadas e sustentáveis, levados pelo desejo de conhecer a cultura local, o modo de vida e os hábitos de uma comunidade, bem como o meio natural com o qual essa comunidade mantém uma relação estreita. A motivação para participar desse tipo de roteiro geralmente está relacionada ao desejo de encontrar equilíbrio, saúde, aprendizado, valorizando o contato direto. São, em geral, indivíduos entre 25 e 45 anos, com interesse por atividades ao ar livre, com nível educacional elevado e renda média a alta, dispostos a investir em vivências que proporcionem enriquecimento pessoal e uma conexão mais profunda com o destino.

Os valores propostos para o roteiro teste foram definidos levando em consideração a quantidade de visitantes sugerida pelos moradores, visando garantir um acolhimento de qualidade e a segurança (Quadro 15). No passeio estão inclusos o transporte, o condutor, o passeio a trilha ecológica, a oficina, o almoço e o passeio ao criatório das ostras. Sendo um roteiro exclusivo e personalizado, com participação e interação mais próxima dos anfitriões locais, foi estipulado, um limite de 7 (sete) visitantes. Esse número reflete o caráter experimental do roteiro e a inexperiência de alguns membros da comunidade em atividades turísticas, além da necessidade de avaliar a capacidade de carga, especialmente em determinados atrativos, como também foi pensado em um transporte (automóvel modelo Spin) com capacidade para 7 (sete) passageiros, sendo o motorista credenciado pelo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR e os 6 (seis) visitantes que irão participar do roteiro teste. No entanto, este roteiro difere de outros ofertados, por oferecer uma experiência mais completa e exclusiva, onde o visitante tem um atendimento diferenciado e permanece imerso na Reserva Palateia por um dia inteiro.

Quadro 15 - Precificação do roteiro.

Itens	Valor	Valor aproximado por pax
Transporte	300,00	50,00
Condutor e ponto de apoio no receptivo - trilha	200,00	33,33
Condutor e materiais para a oficina	150,00	25,00
Alimentação	300,00	50,00
Associação das Ostras (canoeiro e degustação de ostras)	360,00	60,00
Total de custos	1.250,00	218,33
Margem de Lucro (15%)	-----	32,75
Preço Final	-----	251,07

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2024).

A elaboração do roteiro experimental requer um levantamento das ações essenciais para sua implementação e operacionalização, incluindo a qualificação dos serviços turísticos e a definição de estratégias de promoção e comercialização, conforme preconiza as etapas 8,9,10. Com base no diagnóstico situacional anterior, que destacou carências em infraestrutura, segurança, promoção e qualificação de pessoal, o roteiro foi adaptado às condições possíveis da comunidade, observando suas limitações e potencialidades. Diante dessas debilidades, o número de visitantes foi pensado para 6 (seis) pessoas, para que possa garantir a satisfação dos participantes e que não venha a ter impactos negativos na localidade.

Outro aspecto crucial analisado é a acessibilidade, tanto social quanto física. A comunidade carece de infraestrutura adequada para receber pessoas com deficiência (PCD), devido às condições simples das moradias e o desnível das ruas. O acesso à Reserva também é limitado, pois a estrada de 3 km que a conecta à rodovia AL-101 sul ainda não foi asfaltada. Além disso, não existe acesso através de ônibus intermunicipal, pois o transporte público disponível para a comunidade é restrito ao ônibus comunitário ou as vans escolares. Atualmente é possível o acesso a Reserva por veículos particulares e/ou fretados, ou por via fluvial a partir do Cais do Porto localizado no centro da Barra de São Miguel.

Para a implementação eficaz do roteiro, é fundamental melhorar a infraestrutura básica da comunidade, como esgotamento sanitário, sinais de internet, segurança, estacionamento, sinalização, lixeiras e demais. Embora a infraestrutura turística seja aceitável, ela é simples e rústica. Por ser um roteiro de curta duração, o povoado conta apenas com um receptivo, dois restaurantes e um espaço cultural reutilizado para a recepção e para oficinas com os turistas. A qualificação dos serviços oferecidos é igualmente importante, exigindo capacitação contínua da população local a fim de aumentar a competitividade do destino e atrair mais visitantes.

A distribuição do produto será focada em agências de viagens, hotéis, restaurantes, secretarias municipais das proximidades e guias de turismo, que terão um papel crucial ao direcionar visitantes para o povoado, onde os grupos serão acompanhados por moradores locais. As mídias sociais também serão utilizadas como ferramenta para promover o roteiro e atrair turistas. Para impulsionar a comercialização, serão adotadas estratégias promocionais como *famtours* e *fampress*, além da participação em feiras e eventos do setor.

No momento que a comunidade estiver realmente apta em relação a todos os desafios elencados, provavelmente haverá novas estratégias de divulgação e comercialização, que possam, de forma mais eficaz, garantir o sucesso da comunidade. Iniciativas para criação de alianças com intermediários especializados no TBC, que são exemplos de sucesso a exemplo da Turisol, Tucum, Projeto Bagagem e Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), podem ajudar dando apoio e servindo de exemplos para fortalecer a rede e consequentemente a divulgação.

Por fim na etapa 11, que contempla a monitoria e avaliação, não foi possível realizar uma análise sistemática e contínua dos impactos e do sucesso da implementação do roteiro proposto. A criação de um plano de monitoria e avaliação é fundamental para estabelecer indicadores específicos que permitam acompanhar cada fase do processo, mensurando impactos ambientais, socioculturais e econômicos. A falta de infraestrutura local e articulação entre setores torna inviável a criação de um sistema robusto, comprometendo a mensuração dos benefícios e efeitos do turismo para a comunidade. Além disso, sendo um roteiro teste, e enquanto se aguardam intervenções públicas, a sustentabilidade e o monitoramento de longo prazo permanecem incertos. O que se pode compreender nesta etapa é que a intervenção de organismos externos à comunidade deve ser muito limitada, pois do contrário, a essência do TBC pode se perder. Sugere-se que esses processos de monitoramento e acompanhamento da evolução do TBC na comunidade tenha a intervenção municipal, através de controle semestrais, pesquisas de satisfação do turista, reuniões com a comunidade, até que esse destino estivesse estruturado.

Para cumprir todas as etapas propostas pelo Ministério do Turismo, como levantamento, sistematização de informações, estudos, inventários, avaliação de atrativos, análise de mercado, oferta, procura e perfil do turista e as demais, seria essencial que a iniciativa fosse conduzida pela instância de governança, em colaboração com instituições locais e os atores envolvidos. Esses elementos são fundamentais para a criação de um roteiro turístico adequado.

Na Reserva Palateia, apesar da ausência de uma iniciativa estruturada, ocorrem ações pontuais que contribuem para o desenvolvimento local, como as promovidas pelo SEBRAE e

o SENAR e as promovidas pelo IABS através de incentivos técnicos e financeiros. Eventos externos organizados pela Secretaria de Turismo Municipal incluem a participação da comunidade, permitindo a divulgação dos produtos locais e a promoção turística, especialmente em feiras e eventos nos municípios vizinhos. Essas ações visam atrair investimentos para a região. Existem promessas de investimento da Secretaria de Turismo do Estado e do apoio de instituições como a CODEVASF, a indústria BEEVA e empresários/investidores regionais, abrangendo infraestrutura, hospedagem, construção de um píer, instalação de uma depuradora de moluscos, uma loja de artesanato, e a Casa do Mel. Tais investimentos são cruciais para a efetivação do roteiro turístico na Reserva Palateia.

A inclusão da comunidade é essencial no turismo de base comunitária (TBC), uma vez que uma abordagem participativa e inclusiva permite ouvir as percepções, desejos e avaliações dos moradores sobre o projeto turístico, buscando garantir o respeito a cultura local, a promoção da sustentabilidade e o incentivo ao turismo responsável. Ao integrar a comunidade na elaboração, comercialização e monitoramento do roteiro, cria-se uma oferta turística autêntica e responsável, fortalecendo a conexão entre visitantes e moradores, preservando a identidade cultural e o meio ambiente. Além disso, o envolvimento comunitário é vital para garantir benefícios a longo prazo, como a preservação dos recursos naturais e culturais e a sustentabilidade do turismo na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e análises realizadas ao longo deste trabalho reforçam a relevância do Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável da Reserva da Palateia. Embora algumas questões devam ser analisadas no futuro, como as intervenções de órgãos governamentais e investidores interessados na Reserva Palateia, o TBC se apresenta como um modelo de gestão capaz de integrar a comunidade ao turismo. A gestão futura será definida pelas características do território, dos atrativos e da oferta que a própria comunidade deseja proporcionar aos turistas.

Neste trabalho, foram discutidos os principais conceitos do TBC, seu contexto histórico e sua relação com a realidade rural e as necessidades da Reserva. Além disso, abordou-se a interseção com políticas públicas, organizações sociais, empreendedorismo, associativismo e economia solidária. Esses fatores são fundamentais para o contexto estudado, sendo imprescindível o conhecimento da localidade e de seus habitantes para identificar o potencial turístico e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Ao adotar práticas que integram a comunidade ao turismo, o TBC mostra-se capaz de promover transformações não apenas econômicas, mas também sociais. Esse modelo permite questionar o problema de pesquisa: ao integrar a comunidade ao desenvolvimento sustentável por meio do TBC, este pode promover desenvolvimento econômico, social e ambiental, melhorando a qualidade de vida da população local? As perguntas norteadoras incluem: qual seria o caminho ideal para que o TBC melhore a qualidade de vida da população receptora, promovendo desenvolvimento econômico e social sustentável? A comunidade local adotaria o TBC como uma estratégia de desenvolvimento?

Dessa forma, buscou-se compreender as características e o potencial para o desenvolvimento sustentável por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade da Palateia, a fim de propor um roteiro como ferramenta de planejamento e fortalecimento comunitário. Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I) identificar o espaço físico-social, características e potencialidades da comunidade; II) diagnosticar o conhecimento da comunidade sobre o turismo, seus temores, desafios e perspectivas; III) identificar a oferta turística da comunidade; IV) evidenciar a importância do TBC para a comunidade; e V) propor um roteiro turístico como instrumento de planejamento e aprendizagem coletiva.

A execução do primeiro objetivo permitiu observar a riqueza ambiental da RESEX, uma área preservada com oportunidades de desenvolvimento turístico sustentável. A natureza é a

principal fonte de renda da comunidade, por meio da pesca, maricultura, aquicultura, apicultura e como atividade secundária o turismo. A identidade local está diretamente ligada a essas práticas.

Observar a dinâmica social da comunidade durante o trabalho de campo foi essencial para compreender os anseios e desafios, além de identificar conflitos internos e relações de poder. A principal fonte de conflito é a concorrência pelo turismo relacionado à ostreicultura, seja nos passeios ao criadouro ou nas vendas de ostras, além da disputa entre os dois restaurantes locais. A associação de apicultores, por outro lado, mostra-se mais coesa, embora ainda aguarde investimentos para viabilizar a criação da Casa do Mel, que permitirá a organização de passeios para o apiário e a produção de mel e da própolis.

Uma análise do perfil socioeconômico da comunidade revelou algumas vulnerabilidades, como o uso frequente de programas assistenciais e a baixa escolaridade. Ainda assim, a maioria dos moradores avalia de forma positiva a vida na Reserva Palateia. Embora o acesso às políticas públicas seja adequado, há uma preocupação quanto ao impacto no longo prazo dessas disposições, que pode afetar a sustentabilidade

O segundo objetivo, que tratou do diagnóstico sobre o conhecimento da comunidade em relação ao turismo, revelou que 100% dos entrevistados veem o turismo como uma alternativa para o desenvolvimento, embora alguns tenham ressalvas quanto aos investimentos. Apesar disso, mais da metade dos entrevistados mostrou interesse em capacitação, evidenciando a necessidade de qualificação profissional voltada ao turismo. Além disso, muitos moradores conhecem a importância da preservação da Reserva, mas desconhecem o impacto potencial do turismo sobre os recursos naturais e o cotidiano local.

O diagnóstico situacional foi crucial para identificar as forças competitivas e os desafios que podem impactar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade. Entre as forças competitivas, destaca-se a localização estratégica próxima à capital e a outros destinos turísticos consolidados, além de estar inserida em uma Reserva Extrativista (RESEX), com um ambiente natural preservado, propício para o ecoturismo e o turismo cultural. As práticas tradicionais, como pesca, maricultura, aquicultura, apicultura, gastronomia e artesanato, agregam valor à oferta turística, proporcionando uma experiência alinhada à crescente demanda por turismo sustentável.

No entanto, o desenvolvimento do TBC enfrenta desafios significativos. Em termos estruturais, a comunidade sofre com a precariedade da única estrada de acesso, falta de infraestrutura básica, saneamento, internet e equipamentos turísticos, além de problemas relacionados à acessibilidade, limpeza e segurança. Ambientalmente, o aumento do fluxo

turístico pode causar degradação do solo, perda de biodiversidade e poluição, agravados pela gestão inadequada de resíduos e pela ausência de fiscalização. No âmbito social, há escassez de mão de obra qualificada, conflitos internos e individualismo, o que prejudica a organização comunitária. A governança é fragilizada pela falta de planejamento e organização das associações, o que compromete a qualidade dos serviços turísticos. Economicamente, a comunidade depende de investimentos externos para melhorar seus recursos competitivos, como marketing e infraestrutura, o que dificulta o crescimento sustentável da atividade.

A identificação da oferta turística da Palateia revelou um potencial significativo para o desenvolvimento do ecoturismo, turismo rural, de aventura, de pesca e cultural, com destaque para o atual passeio na laguna e degustações de ostras. A diversificação econômica é uma oportunidade para a comunidade, que pode se beneficiar da consolidação do TBC como uma alternativa ao turismo convencional de sol e praia praticado na zona urbana do município.

A oficina coletiva realizada para a criação de um roteiro turístico foi essencial para identificar recursos e práticas turísticas, colocando os moradores no protagonismo das ideias e para que eles despertassem para as novas possibilidades e a importância deles na condução futura das atividades turísticas. Isso pode fortalecer o TBC, permitindo à comunidade ser autogestora da atividade e valorizando suas características geográficas e culturais.

O roteiro turístico criado com base nas informações coletadas reflete os atrativos atuais e oferece uma ferramenta de planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Além de organizar os recursos e equipamentos turísticos, o roteiro favorece a diversificação econômica e agrega valor as atividades tradicionais como a pesca e a maricultura.

As ações conjuntas do SEBRAE poderão ter um papel crucial no desenvolvimento social da comunidade, com foco no TBC. Por meio de capacitações em gestão de negócios, organização da cadeia produtiva e práticas sustentáveis, o SEBRAE pode fortalecer a capacidade autogestora e de protagonismo social, promovendo a formalização dos negócios que desenvolvam a economia solidária e facilite o acesso a políticas públicas e financiamentos. A atual intervenção do IABS complementa essas iniciativas ao fornecer insumos e capacitações voltadas para a sustentabilidade e o manejo ambiental, impulsionando o desenvolvimento de uma economia solidária que respeite as tradições locais. Juntas, essas instituições podem promover a integração entre desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, podendo garantir que o TBC avance de maneira sustentável e respeitosa em relação ao meio ambiente e às práticas locais.

A atuação da Secretaria Estadual do Turismo também poderá ser essencial para o sucesso do TBC na comunidade. A revitalização de espaços sociais, a criação de infraestrutura

turística e a certificação de produtos locais aumentam a competitividade da região, tornando-a mais atraente para o turismo responsável. O fortalecimento da apicultura e a criação de novas experiências, como a Casa do Mel, diversificam a economia e aproximam os visitantes da realidade produtiva local. Além disso, a hierarquização dos atrativos disponíveis na Reserva permite a cocriação de novos produtos turísticos, integrando práticas tradicionais e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais. Essas ações poderão fomentar o desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo que pode abrir caminhos para uma gestão comunitária mais independente e compartilhada.

Neste contexto, a comunidade de Palateia demonstra sinais promissores para consolidar o TBC como um modelo de organização turística. O envolvimento direto da comunidade na criação do roteiro e a implementação do TBC pode fortalecer a coesão social, promover a colaboração mútua e contribuir para a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Entretanto, ainda há desafios, como a melhoria da qualificação dos empreendedores locais, o fortalecimento da governança e a infraestrutura. Essas análises não se esgotam aqui, sendo necessárias para superar as fragilidades identificadas e garantir o desenvolvimento sustentável da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, E. C.; POLICARPO, M. C. Fenomenologia da Percepção: Uma abordagem para a investigação de experiência de consumo. *Consumer Behavior Review*, 2(2), 72-83, 2018.

ALTINAY, L.; PARASKEVAS, A. *Planning Research in Hospitality and Tourism*. Butterworth – Heinemann, Oxford, 2008.

ALVES, M. B. Turismo e participação social no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, Minas Gerais. *Turismo e Sociedade* (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 13, n. 3, p. 103-120, setembro-dezembro de 2020.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRIOLO, A. A. Paisagem da Cidade Histórica e Turística: Fenomenologia da Experiência Estética. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3), 91-105, 2016.

ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 22(2), 238-276, 2011.

BALEM, T. A. *Associativismo e cooperativismo*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2016.

BARRA DE SÃO MIGUEL (AL). Lei nº611/2017, de 02 de outubro de 2017. Estabelece novo disciplinamento para o conselho municipal do turismo (COMTUR), instituído pela lei nº 238, de 27 de outubro de 1994, e alterado pela lei nº 276, de 07 de agosto de 1997, e dá outras providências, 2017. Disponível em: <https://admin.barradesaomiguel.al.gov.br/lib/file/docdemais/LEI%20611%202017.pdf> Acesso em: 14 fev. 2024.

BLANCO, E. S. “O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as ‘novas ruralidades’ e a sustentabilidade do desenvolvimento local”. In: *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n.3, 2004, p. 44-49, 2004.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em Snowball(Bola de Neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista De Ciências Empresariais Da UNIPAR*, 22(1). 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>. Acesso em: 07 de set. 2024.

BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C.; VIEIRA, L. V. L. Reflexões sobre o turismo de base comunitária – TBC. In BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe*. Cap. 1. Aracaju: Edifs, 2020.

BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C. Comunidades Litorâneas que se visitam e se fortalecem para o ecoturismo de base comunitária em Sergipe. In BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe*. Cap.10. Aracaju: Edifs, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Geral do Turismo n. 11.771/2008, de 17 de setembro de 2008. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Economia. Projeto Orla. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arquivos-antigos-privados/projeto-orla/projeto-orla>. Acesso em: 20 set. 2024

BRASIL. Ministério das Cidades. Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em 27 ago. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15265/1/rel_cadastrados_inhapi.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 20 Anos Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsafamilia#:~:text=O%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20busca%20promover,como%20esporte%2C%20ci%C3%AAncia%20e%20trabalho>. Acesso em: 27 ago. 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Responsabilidade socioambiental. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-nacional-de-empresarios-e-comercio-justo> e <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-iniciativas-economicas-solidarias>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa Brasileiro do Turismo Responsável. Disponível em: <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis>. Acesso em 16 jul 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Responsável. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/turismo-responsavel/copy_of_EBOOKTURISMORESPONSVEL_VERSOFINAL_18082023.pdf. Acesso em: 16 jul 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ministério do Turismo lança publicação com tendências para o setor. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-lanca-publicacao-com-tendencias-para-o-setor>. Acesso em: 16 jul 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano nacional de turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2019.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M..Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: pp. 76-91. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem, 2009.

CARVALHO, C. P.; Formação Histórica de Alagoas. 6.Ed. Alagoas: Edufal, 2021.

CHAGAS DE ALMEIDA, T.; LUIZ EMMENDOERFER, M. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. Revista de Turismo Contemporâneo, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 135, p. 290-307, agosto 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xvX5NYGfjGWsdZbq4dkG4pQ/?lang=pt>. Acesso em: 01 de jul. de 2023.

CORAGGIO, J. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. (Org.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

COWLING, M.; LIU, W.; LEDGER, A., & Zhang, N. What really happens to small and médium-sized enterprises in a global economic recession? UK evidence on sales and job dynamics Internacional Small Bussiness Journal, 33(5), 488-513, 2015.

COSTA, H. A. Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CRUZ, J. L. M. da. Turismo solidário e serviço voluntário europeu. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestrado em Turismo, 108f (Dissertação), 2016.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G. BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: pp. 162-176. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem, 2009.

DAMÁSIO, M. M. Associativismo e Cooperativismo. ISBN - 978-85-68004-24-1/ NT Editora. 111p. Brasília. 2014

DECRETO Nº 32.355, DE 03 DE JUNHO DE 1987. Cria a Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa do Roteiro e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.ima.al.gov.br/app/uploads/2023/01/DECRETO-N%C2%B0-32.355-DE-03-DE-JUNHO-DE-1987..pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9763.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

DENCKER, A. F. M. Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DENCKER, A. F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo, 8a edição, 2004.

ELIAS, L. V. Paisage de viñedo: patrimonio e recurso. Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural, v. 6, n. 2, p. 137-158, 2008.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-90, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178> . Acesso em: 08 set. 2023

FABRINO, N. H. Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

FAXINA, F.; FREITAS, L. Análise de Implantação do Turismo de Base Comunitária em terra Caída, Sergipe, Brasil. Tur., Visão e Ação, v23, n1, p242-262, Jan./Abr. 2021 - Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/7PmL7jxCrb9GWHLnzygdnwJ/?lang=pt#> Acesso em: 16 set. 2023.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. O programa de Regionalização do Turismo no Brasil e a competitividade espacial. *Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n 54, 2022.

FREIRE, M. V. Moedas Sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

GOMES, F.; ARAÚJO, R. M. Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 8, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2005, p. 46-61, 2005.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 161-179, 2020.

INGRAM, G. Motivations of farm tourism hosts and guests in the South West Tapestry Region, Western Australia: A phenomenological study, *Indo-Pacific Journal of Phenomenology*, 2:1, 1-12, 2002.

INSTITUTO ARNON DE MELO. Enciclopédia Municípios de Alagoas – História, Economia, Geografia. Maceió. Instituto Arnon de Mello, 2006, p.233.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/barra-de-sao-miguel.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G. BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: pp. 108-121. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem, 2009.

IRVING, M. A. Participação, inclusão social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: por uma nova ética em projetos turísticos. In: IRVING, M.A.;

AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. Turismo: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 57-90, 2018.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; PIVOTO, A. S.; MELO, G. M. “Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico”. In: Caderno Virtual de Turismo, n. 18, dezembro de 2005, p. 1-8, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia Científica 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica, São Paulo, n.5, 2003.

LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: IAPAR (Org.). Ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, v. 1, p. 1-33, 2000.

Lei Geral do Turismo Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 13 de jun. 2023.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. de A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo, v. 16, p. 2094, 2022.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem, p. 25-44, 2009.

MATURANA, A. V. K.; KOHLER, R.; ZUGE, L. G. C. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. 2018. In: I Simpósio Latino Americano de Estudo de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10536/9215> . Acesso em: 01 jul. 2023.

MATTHEWS, E. Compreender Merleau-Ponty. Petrópolis. Editora Vozes, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIELKE, E. J. C. Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária. Campinas: Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. Revista Turismo Em Análise, 24(1), 170-189, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>. Acesso em: 08 set. 2023

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; SANTOS, J. S. C.; SANTOS, H. Q.; PINTO, M. C. Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.9, n.6, pp.612-623, nov-2016/jan-2017

MULLER, J. “Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva”. In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção VII (proceedings). Fortaleza, 2007.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. Revista de Sociologia Política, v. 21, n. 46, p. 159-175, 2013.

NASSIF, V. M. J.; CORRÊA, V. S.; ROSETTO, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do covid-19, *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 9(2), I-XII, (editorial), 2020.

NASSIF, V. M. J.; ARMANDO, E.; LA FALCE, J. L. O empreendedorismo e a pequena empresa no contexto dos pós COVID-19: Há luz no fim do túnel? *Revista de empreendedorismo e Gestão de pequenas Empresas*, 9(3), I-VII, (editorial), 2020.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Código de ética mundial para o turismo. Madrid: UNWTO, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). International Recommendations for Tourism Statistics 2008. Nova Iorque: ONU; UNWTO, 2010. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1e.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Les Gagnants du Concours Vidéo Touristique de l'OMT 2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/fr/news/lesgagnants-du-concours-video-touristique-de-l-omt-2021>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Sustainable tourism for development guidebook. Madri: OMT, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Tourism and poverty alleviation. Madri: OMT, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Turismo e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Madri: OMT, 2019.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G. BURSZTYN, I. (org.). Turismo de base comunitária: uma diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília, DF: Letra e Imagem; Ministério do Turismo; SNPDTUR. p. 162-176, 2009.

PANOSSO NETTO, A. Experiência e Turismo: uma união possível. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (orgs.). Turismo de Experiência. São Paulo: Senac, p. 43-55, 2010.

PANOSSO NETTO, A. O que é turismo. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PANOSSO NETO, A. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PANOSSO NETTO, A. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PANOSSO NETTO, A. Noguero, F. T.; Jäger, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. *Turismo em Análise*. 22(3), pp. 539-560, 2011.

PANOSSO NETTO, A.; Nechar, Marcelino Castillo. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 8(1), pp. 120-144, jan./mar. 2014.

PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. C.; Empreendedorismo Social: contributos teóricos para a sua definição. In: XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho. Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, 26 e 27 de maio de 2011.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F.; Antropologia e Turismo: teorias, métodos e práxis. Junho, 2018.

RAPOSO, J. G. Banco Comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária e desenvolvimento local. 138.f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2014.

RÊGO, D. A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos grupos de consumo responsável. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SAMPAIO, C. A. et. al. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, p. 23-30, 2011.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. BURSZTYN. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em: pp. 142-161. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, D. S. A maricultura no desenvolvimento local: desafios e oportunidades para a comunidade pesqueira da Palateia no município de Barra de São Miguel – Alagoas. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9509> Acesso em: 11 fev. 2024

SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo (2a ed.). Petrópolis: Vozes, 2012.

SEBRAE. Data MPE Brasil. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, E. L.; Leonardo B. C. "Turismo De Base Comunitária E Desenvolvimento Local: Trajetórias Do Turismo Nos Distritos De Milho Verde E São Gonçalo Do Rio Das Pedras Em Serro / MG." *Caderno Virtual De Turismo* 18.3 (2019): *Caderno Virtual De Turismo*, Vol.18 (3). Web, 2019.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2000.

SOARES, C. L. B. A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento? *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 54-69, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis/article/viewFile/488/437>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Rural, Ruralidade, Pluriatividade e Multifuncionalidade do Desenvolvimento Rural. In: SOUZA, Marcelino; DOLCI, Tissiane Schmidt. *Turismo Rural: Fundamentos e Reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. (2019). Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. *Turismo: Visão e Ação*, 21(2), 2-21. 2019. - Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/fvhHTpfxr6TRbWFHxbBdVKx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 12 out. 2023

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. In COTRIM, D.; RAMOS, L. (Orgs) - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

VIEGAS, J. M. L. Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, n. 46. p. 33-50, out. 2004.

WWF BRASIL. Pegada ecológica. [2022]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/nosso_trabalho/pegada_ecologica/. Acesso: 21 jul. 2023.

WWF BRASIL. Turismo Responsável: manual para políticas locais. Brasília: WWF Brasil, 2004. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/>. Acesso: 21 jul. 2023.

APÊNDICE A: PROGRAMAÇÃO INICIAL DO ROTEIRO – RESERVA PALTEIA

Experiência na Reserva Palateia

Programação

Horário: 07h30

Ponto de encontro: Praça Multieventos

Destino: Reserva Palateia

07h30 Saída de Maceió/MCZ

Partida de MCZ com destino à Reserva Palateia, comunidade tradicional localizada a 36 km da capital. Durante o trajeto, os visitantes poderão apreciar a paisagem litorânea e a transição para a área de mata atlântica e de manguezais que circunda a Reserva

08h30 Chegada à Reserva - Receptivo Vila Palateia

Na chegada à Reserva Palateia, os visitantes serão recebidos no Receptivo Vila Palateia, onde iniciarão uma trilha ecológica pela reserva. A trilha na reserva de mata atlântica, de nível leve (grau 1), em um percurso aproximado de 7 km em 1h30min, conduzida pelo condutor local. Durante o percurso, os participantes terão a oportunidade de explorar de perto a fauna e a flora da região, além de contemplar o mirante com vista para a Laguna do Roteiro. O condutor também oferecerá explicações detalhadas sobre a importância da conservação ambiental, promovendo uma abordagem educativa alinhada aos princípios do ecoturismo.

Duração: 2 horas

10h30 Walking Tour pela rua Principal da Reserva

Após a trilha, haverá um walking tour de 600 metros (aproximadamente 10 minutos) pela rua principal da Reserva Palateia. Durante o passeio, os visitantes poderão observar o cotidiano dos moradores, observar o ofício das marisqueiras e contemplar as camboas, locais de onde partem as embarcações para o passeio ao criatório de ostras. Além disso, terão a chance de beber água fresca de uma nascente e visitar a associação de ostras, que desempenha um papel importante na economia da comunidade.

Duração: 20 minutos



APÊNDICE B: PROGRAMAÇÃO FINAL DO ROTEIRO – RESERVA PALATEIA



PROGRAMAÇÃO

10h50

Oficina de Artesanato no Espaço Cultural Amigos da Palateia

No Espaço Cultural Amigos da Palateia, os visitantes participarão de uma oficina de artesanato utilizando materiais típicos da região, como a palha de ouricuri e cascas de mariscos encontrados na reserva. Nessa atividade, os participantes poderão confeccionar suas próprias peças artesanais, aprendendo diretamente com as artesãs locais sobre as técnicas tradicionais utilizadas na produção desses itens.

Duração: 2 horas

12h50

Almoço no Restaurante Ostras do Paraíso

Os visitantes farão uma breve caminhada de 170 metros (aproximadamente 3 minutos) até o Restaurante Ostras do Paraíso, onde poderão desfrutar de pratos elaborados com mariscos e pescados. Durante a refeição, há a possibilidade de participar de uma experiência única: ouvir histórias sobre o início do povoamento da região, contadas por uma moradora. Além disso, os visitantes poderão provar com canudinho o mel das abelhas melíponas diretamente da colmeia, saborear o doce de jamba artesanalmente preparado e experimentar a flor de coco, recém-colhida. No final da experiência, será possível conhecer o quintal produtivo da moradora.

Duração: 2 horas

14h50

Passeio ao Criatório das Ostras

Após o almoço, os visitantes caminharão 53 metros (cerca de 1 minuto) até a Associação Paraíso das Ostras para iniciar o passeio ao criatório de ostras. O percurso começa com a contemplação dos três tipos de mangue presentes na região e a observação das aves que habitam o local. Em seguida, os visitantes aprenderão sobre o processo de cultivo e manejo das ostras nas mesas dos associados, com a oportunidade de degustar ostras frescas, uma atividade central para a economia local. Aqueles que tiverem disposição poderão experimentar atividades tradicionais, como catar massunim na lama ou colher cachos de sururu nas raízes dos manguezais, além de participar de um banho de lama. Para finalizar, os visitantes que desejarem poderão prolongar o passeio e assistir ao pôr do sol à beira da Laguna do Roteiro, com vista para a Reserva de Mata Atlântica. A experiência será conduzida por um dos associados em canoas, equipadas com coletes salva-vidas.

Duração: 1h30

18h

Retorno a Maceió

Encerramento do roteiro com o retorno à cidade de Maceió, estimado para o início da noite

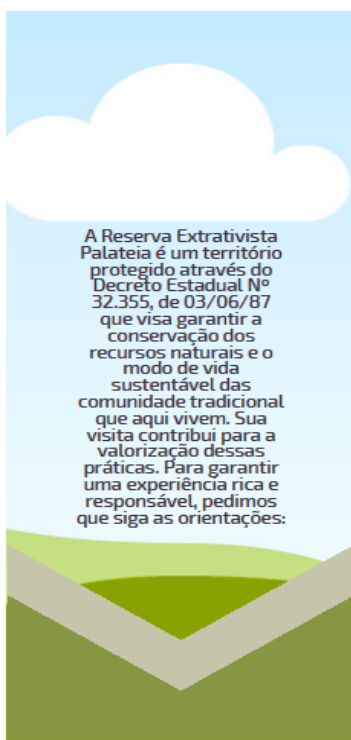
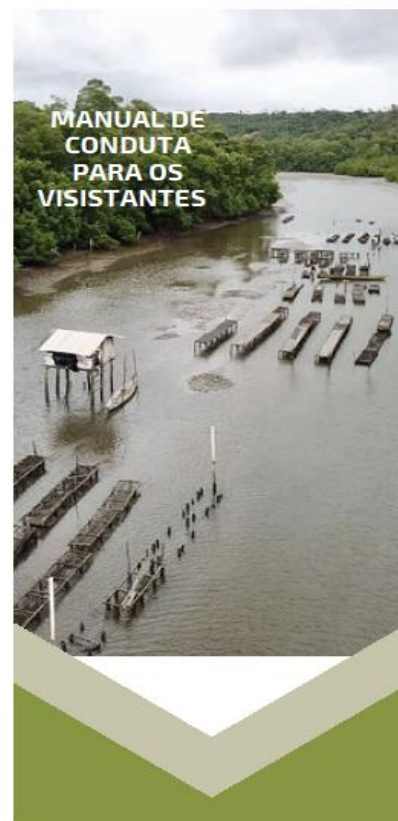
APÊNDICE C: BROCHURA - MANUAL DE CONDUTA PARA OS VISITANTES



- 1. Respeito o Meio Ambiente**
- Não polua: Leve todo o seu lixo com você. O descarte inadequado de resíduos pode prejudicar a fauna e a flora local, além de comprometer a qualidade da água e do solo.
 - Preserve a vegetação: Não arranque ou danifique plantas, inclusive espécies de mangue e da mata atlântica que são vitais para o ecossistema da Resex.
 - Não alimente os animais: A interferência na alimentação dos animais pode desequilibrar o ecossistema. Deixe que eles encontrem seu alimento de maneira natural.
 - Não colete recursos naturais: A coleta de moluscos, mel ou peixes é uma atividade exclusiva dos moradores e feita de forma sustentável. Não retire qualquer recurso sem a autorização prévia da comunidade.

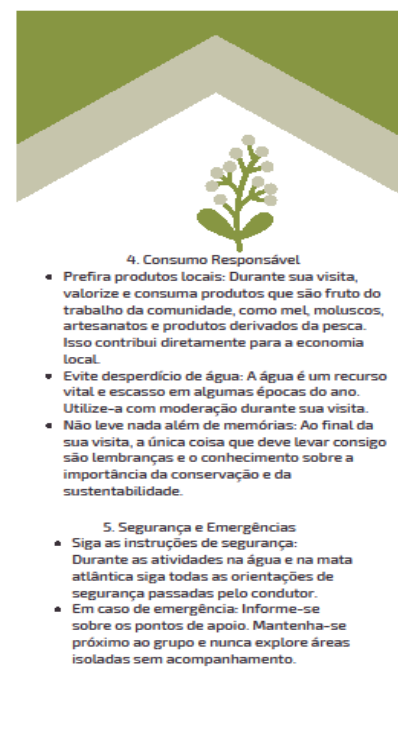


Agradecemos a sua visita!
Seu respeito e colaboração são essenciais para a preservação do meio ambiente e das tradições culturais da nossa comunidade. Com sua ajuda, continuaremos a proteger a Reserva Palateia para as futuras gerações.



A Reserva Extrativista Palateia é um território protegido através do Decreto Estadual Nº 32.355, de 03/06/87 que visa garantir a conservação dos recursos naturais e o modo de vida sustentável das comunidade tradicional que aqui vivem. Sua visita contribui para a valorização dessas práticas. Para garantir uma experiência rica e responsável, pedimos que siga as orientações:

- 2. Convivência com a Comunidade**
- Respeite a cultura local: As práticas tradicionais, como a pesca, a maricultura, a aquicultura e a apicultura, são parte do modo de vida das famílias que vivem na Resex. Esteja aberto para aprender e apreciar as tradições.
 - Visite com responsabilidade: Siga as orientações dos condutores locais. Todas as atividades turísticas devem ser acompanhadas por moradores da reserva, que irão compartilhar seu conhecimento de forma segura e sustentável.
 - Não interrompa o trabalho: Durante a visita, você poderá ver os moradores em suas atividades de laborais. Respeite o tempo deles e não interfira no processo.
 - Peça permissão para fotos: Antes de fotografar ou gravar vídeos da comunidade ou de suas práticas, sempre peça autorização.
- 3. Práticas Seguras na Reserva**
- Visite com associados autorizados: Para explorar as áreas de coleta de moluscos, viveiros de ostras, apiários e outras atividades extrativistas, é obrigatório estar acompanhado por associados autorizados pela comunidade. Eles garantem que sua experiência será enriquecedora e segura.
 - Proteja-se do sol: Use protetor solar biodegradável, camisa UV e acessórios como chapéu/boné e óculos de sol para evitar queimaduras e danos à pele.
 - Use roupas e calçados adequados: No passeio da laguna e nas trilhas, além dos itens de proteção ao sol, levar toalhas de banho, caso queira tomar banho na laguna e para a trilha um par de tênis confortável, de preferência com um solado antiderrapante e roupas leves.
 - Outras dicas: Água, repelente, lanches, disposição e bom humor.



- 4. Consumo Responsável**
- Prefira produtos locais: Durante sua visita, valorize e consuma produtos que são fruto do trabalho da comunidade, como mel, moluscos, artesanatos e produtos derivados da pesca. Isso contribui diretamente para a economia local.
 - Evite desperdício de água: A água é um recurso vital e escasso em algumas épocas do ano. Utilize-a com moderação durante sua visita.
 - Não leve nada além de memórias: Ao final da sua visita, a única coisa que deve levar consigo são lembranças e o conhecimento sobre a importância da conservação e da sustentabilidade.
- 5. Segurança e Emergências**
- Siga as instruções de segurança: Durante as atividades na água e na mata atlântica siga todas as orientações de segurança passadas pelo condutor.
 - Em caso de emergência: Informe-se sobre os pontos de apoio. Mantenha-se próximo ao grupo e nunca explore áreas isoladas sem acompanhamento.

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA COMUNIDADE



Os dados coletados serão utilizados para pesquisa e elaboração da Dissertação “PERSPECTIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE PALATEIA, BARRA DE SÃO MIGUEL (ALAGOAS/BRASIL)”, a ser apresentada ao curso de Mestrado em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Norma Santos

Mestranda: Fabiana Lyra Lamenha

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COMUNIDADE

Local da entrevista: _____

Data: ____/____/____ Dia da semana: _____ Horário: ____:____

Convidamos você para responder este questionário, no qual há questões de múltiplas escolhas e abertas. Este questionário tem o intuito de analisar, através de suas respostas, a possibilidade de trabalhar com essa comunidade em uma pesquisa sobre o Turismo de Base Comunitária.

Para respondê-lo, solicito a gentileza de observar as seguintes instruções de preenchimento: inicialmente, leia atentamente cada quesito e, em caso de dúvidas, peça os devidos esclarecimentos à pesquisadora;

-Não existem respostas certas ou erradas, pois se considera exclusivamente sua opinião, motivo pelo qual a exatidão dos resultados depende de sua honestidade;

- A pesquisa é anônima, o que permite que você possa expressar livremente sua avaliação; também é voluntária, o que significa que não é obrigada a respondê-la, no entanto, quanto maior a participação, mais representativos serão os resultados. Por esta razão, sua contribuição é muito importante;

- Todas as informações fornecidas serão confidenciais e de uso exclusivo dos alunos junto ao IFS, não sendo estas utilizadas para quaisquer outros fins(de acordo com a resolução nº 510 de 07 de abril de 2016). Neste sentido, ao responder e enviar a pesquisa, você autoriza que as informações dadas sejam analisadas e compartilhadas como fonte de estudo.

Antecipadamente, meus agradecimentos a todas àquelas que possam colaborar para que esse propósito seja alcançado.

Idade: _____

Estado civil: Solteira ()Casada () Seprada ()Viúva ()Outros ()

Número de filhos: _____

Quanto tempo reside na comunidade? _____

Quantos residem na mesma moradia? _____

Possui carteira de trabalho?

Sim () Não () Se sim, quanto tempo está assinada e qual atividade?

Escolaridade:

Não alfabetizada () Ensino Fundamental incompleto ()

Ensino Fundamental completo () Ensino Médio incompleto ()

Ensino Médio completo () Superior incompleto () Superior completo ()

Qual atividade exerce (em que trabalha)?

Renda familiar:

Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () Mais de 1 salário mínimo ()

Quantas pessoas trabalham na família (mesma residência)? _____

Recebe algum benefício do governo?

Sim () Não () Se sim, qual? _____

Qual sua visão sobre sua comunidade:

Ótima () Boa () Ruim () Péssima ()

O que precisa melhorar na comunidade:

Saúde/posto de saúde () Escolas/educação ()

Segurança () Saneamento básico ()

Desemprego () Acesso () Divulgação meios de comunicação ()

Outros () Se a resposta for outros, justificar: _____

Gostaria de aprender sobre turismo?

Sim () Não ()

O que você entende sobre o turismo?

Receber pessoas de outros lugares ()

Gera renda para a comunidade ()

Oportunidade de lazer ()

Afeta os recursos naturais e a vida da comunidade ()

Você acredita que o turismo é uma oportunidade de crescimento econômico/social para a

comunidade e consequentemente para a comunidade?

Sim () Não () Se quiser justificar:_____

A comunidade conhece os potenciais/atrativos turísticos disponíveis na comunidade?

Sim () Não () Se sim, qual você mais indica:_____

As ações desenvolvidas pelos gestores públicos, atraem mais turistas para a comunidade?

Sim () Não () Se não, o que você sugere:_____

Você acha que a comunidade sabe a real importância do turismo para o desenvolvimento local?

Sim () Não ()

Conhece a história e sobre os recursos naturais disponíveis na Vila Palateia? Ex. Primeiros a povoarem a comunidade, a descendência, sobre a fauna e flora

Sim () Não ()

Reconhece que as atividades laborais desenvolvida por vocês despertam o interesse para os turistas que frequentam ou venham a frequentar a comunidade?

Sim () Não ()

Sabe da importância da tradição dos mariscos/pescas/apicultura/extrativismo para as diversas gerações futuras?

Sim () Não () Se sim, ensinam a quem? _____

Você acredita que nos dias de hoje na comunidade, a pesca, a maricultura, a apicultura e o extrativismo ainda é o meio de vida da população local, ou existe outros meios de trabalho e renda?

Sim () Não () Se sim, qual?_____

Reconhece a importância das atividade acima como referência e identidade de uma tradição para a população da Palateia?

Sim () Não ()

Tem interesse em participar de oficinas voltadas para o desenvolvimento do turismo?

Sim () Não ()

Participou de algum curso relacionado ao Turismo?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, qual e quem ofereceu esse curso?

E algum outro tipo de curso ou atividade de aprendizagem nos últimos anos na comunidade?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, quem ofereceu e qual foi esses cursos?

Já ouviu falar sobre o turismo de base comunitária?

Sim () Não ()

Você participa de algum projeto comunitário na comunidade?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, qual?

Você participa de reuniões em algumas das Associações (ostras/apicultores)?

Sim () Não ()

Se não, o por quê?

Se a resposta for sim: qual das associações e, existe debate sobre o turismo nestas reuniões?

Está associado(a) a alguma das associações existentes da comunidade?

Sim () Não ()

Como você avalia a relação da comunidade nos últimos anos?

Ótima () Boa () Ruim () Péssima ()

Justifique sua resposta.

Fazem atividades coletivas, de que tipo:

Lazer ()

Eventos culturais ()

Festividades religiosas () Política ()

Política ()

Esportes ()

Outros () Qual?

Esportes () Outros () Qual? _____

Em sua opinião, a participação de visitantes na comunidade irá:

Atrapalhar () Favorecer ()

Justifique sua resposta: _____

Você participa de alguma atividade de trabalho junto com outros moradores da comunidade?

Sim () Não () se sim, qual? _____

Foi convidado(a) para alguma atividade que surgiu em função do turismo, na comunidade ou fora?

Sim () Não () Se sim, qual? _____

Você comercializa algum tipo de produto, como artesanato, própolis, mel, mariscos, por exemplo?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, qual o produto e esse produto foi desenvolvido antes ou depois das atividades turísticas na região? Justifique sua resposta.

Acha importante que se desenvolva ações/eventos voltadas para o turismo na comunidade

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, quais as sugestões você poderia propor? Justifique sua resposta.

O que acha da implementação de um ponto de apoio turístico(CAT) na comunidade?

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUIÇÕES



Os dados coletados serão utilizados para pesquisa e elaboração da Dissertação “PERSPECTIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE PALATEIA, BARRA DE SÃO MIGUEL (ALAGOAS/BRASIL)”, a ser apresentada ao curso de Mestrado em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Norma Santos

Mestranda: Fabiana Lyra Lamenha

ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÕES

Local da entrevista: _____

Data: ____/____/____ Dia da semana: _____ Horário: ____:____

IDENTIFICAÇÃO

Nome da instituição:

Representante:

Função:

Há quanto tempo:

POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES

Quando percebeu que a Reserva Palateia tinha vocação para o turismo comunitário?

Como é traçado o planejamento turístico do município, em relação a comunidade Palateia?

Quais atores sociais participam deste planejamento e como é desenvolvida cada atividade? A exemplo dos Transporte, gastronomia local, comercializam dos produtos e serviços, como se se investe nas propagandas.

Existe algum representante da comunidade participando de algum conselho municipal, instância de governança na região ou outro de tipo de participação?

Quais políticas públicas a comunidade tem acesso? E como funciona?

A comunidade encontra-se inserida em algum calendário de eventos do município?

Qual o evento do município que atrai mais visitantes?

Como é feita a divulgação desses eventos?

O município prepara-se para receber os visitantes interessados em um turismo voltado para experiências e vivências em comunidades tradicionais? Existe algum plano extra para deslocar os visitantes para municípios ou povoados vizinhos, caso exista essa necessidade? como é feita essa articulação? Já aconteceu alguma vez?

A Instituição oferta algum tipo de recurso (financeiros, educativo, profissionalizante) a comunidade? Se sim, quais? _____

Os grupos escolares municipais, já tiveram visitaram a comunidade?

Além do turismo de sol e praia, vocês tem planos para investimento no Turismo de Base Comunitária?

Quais os principais impactos positivos e negativos causados pelos visitantes no município?

Acreditam que também possam trazer algum impactos para visitas em comunidade tradicionais, a exemplo da Palateia?

Quais às vantagens e possibilidades socioeconômicas que o turismo de base comunitária pode proporcionar a comunidade?

O que você espera do turismo para a comunidade, agora e no futuro?

APÊNDICE F: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



O objetivo desta observação é compreender e documentar as práticas, interações e dinâmicas presentes em uma comunidade que pratica o Turismo de Base Comunitária (TBC). Isso inclui a observação de atividades turísticas, interações entre os membros da comunidade e os turistas, bem como as estruturas e recursos utilizados para o desenvolvimento do turismo comunitário.

Local da Observação: Nome da Comunidade: _____

Localização Geográfica: _____

Data: _____ Hora de Início: _____ Hora de Término: _____

Observador/Nome: _____

Aspectos a serem observados

Interações Comunitárias:

Observar como os membros da comunidade interagem entre si.

Identificar se existem estruturas formais de tomada de decisão e como funcionam.

Observar o envolvimento da comunidade nas atividades de turismo.

Atividades Turísticas:

Registrar as atividades turísticas oferecidas pela comunidade.

Observar a infraestrutura e os recursos utilizados para essas atividades.

Verificar a autenticidade e sustentabilidade das práticas turísticas.

Relações com os Turistas:

Observar como os turistas interagem com os membros da comunidade.

Identificar se há trocas culturais e educacionais entre os turistas e a comunidade.

Verificar se os turistas respeitam as normas e costumes locais.

Impactos Socioeconômicos e Ambientais:

Observar os impactos do turismo na economia local.

Avaliar os efeitos do turismo na preservação do meio ambiente.

Identificar iniciativas de desenvolvimento sustentável promovidas pela comunidade.

Participação Comunitária:

Verificar o nível de participação da comunidade nas decisões relacionadas ao turismo.

Observar se há iniciativas de capacitação e empoderamento dos membros da comunidade.

Métodos de Observação

Observação direta das atividades e interações.

Realização de entrevistas formais/informais com membros da comunidade e turistas, quando possível, após aprovação do comitê de ética.

Bola de neve, diário de campo, registro fotográfico e/ou de vídeo, respeitando a privacidade dos envolvidos, após aprovação do comitê de ética.

Considerações Éticas

Respeitar a privacidade e os direitos das pessoas durante a observação.

Obter consentimento sempre que necessário para fotografar ou entrevistar indivíduos.

Não interferir nas atividades naturais da comunidade ou dos turistas.

Notas Finais

Registrar todas as observações de forma clara e objetiva.

Identificar padrões e tendências nas práticas de turismo de base comunitária.

Utilizar as informações coletadas para promover o desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade.